



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS



SAMUEL DE SOUZA MATOS

**PROCESSOS REFERENCIAIS E ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVO-
RETÓRICAS COMO INDÍCIOS DO *ETHOS* DISCURSIVO
DO ATIVISTA LGBT**

São Cristóvão
2020

SAMUEL DE SOUZA MATOS

**PROCESSOS REFERENCIAIS E ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVO-
RETÓRICAS COMO INDÍCIOS DO *ETHOS* DISCURSIVO
DO ATIVISTA LGBT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de pesquisa: Descrição, análise e usos linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima

São Cristóvão
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M433p Matos, Samuel de Souza
Processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas como indícios do *ethos* discursivo do ativista LGBT/ Samuel de Souza Matos; orientadora Geralda de Oliveira Santos Lima.–São Cristóvão, SE, 2020.
150 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Análise do discurso. 2. Minoria sexual. 3. Identidade de gêneros. 4. Discriminação de sexo. I. Lima, Geralda de Oliveira Santos, orient. II. Título.

CDU 81'42

SAMUEL DE SOUZA MATOS

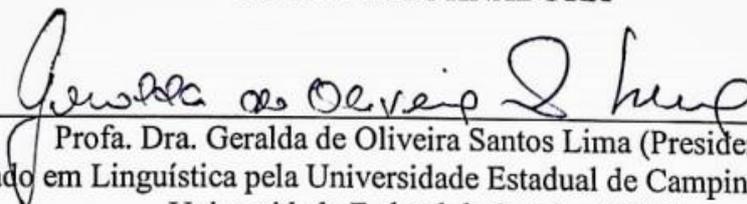
**PROCESSOS REFERENCIAIS E ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVO-
RETÓRICAS COMO INDÍCIOS DO *ETHOS* DISCURSIVO
DO ATIVISTA LGBT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de pesquisa: Descrição, análise e usos linguísticos.

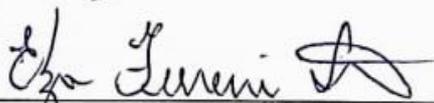
Orientação: Profa. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima

Dissertação defendida em 27 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima (Presidente)
Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)



Profa. Dra. Elza Ferreira Santos (1ª Examinadora - Externa)
Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)



Profa. Dra. Márcia Regina Curado Pereira Mariano (2ª Examinadora – Interna)
Doutorado em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

São Cristóvão, fevereiro, 2020

Dedico este trabalho a todos/as os/as ativistas LGBT de Sergipe e às pessoas LGBT que, na história da humanidade, tiveram/têm suas vidas feridas e ceifadas pela discriminação, pelo desamor, pela LGBTfobia.

AGRADECIMENTOS

Produzir uma dissertação de mestrado não é, nem de longe, uma tarefa simples ou pouco afetiva. A complexidade da vida e a profundidade dos afetos, somadas ao contragosto destes tempos difíceis, me conduziram até aqui, envolvendo-me em diferentes sensações, memórias, dores e coragens. Outras vozes, mãos, corpos e existências estiveram comigo durante essa árdua caminhada, e, por essa razão, eu as acolho em meu gesto de carinho e gratidão:

Agradeço a minha mãe, Iraci, por me conceber como filho, por todo amor, carinho, incentivo, auxílio e orações nos momentos cruciais da minha jornada escolar e acadêmica. Também agradeço ao meu pai, João, que, em sua simplicidade, ensina-me a cada dia a rever a vida e seus mistérios.

Agradeço aos meus irmãos, Elizama, Davi, Josué e Joel, por sempre compreenderem as minhas ausências, incentivarem e reconhecerem o valor dos meus estudos e esforços. Sem sombra de dúvidas, vocês são parte das inspirações que me guiaram nesse caminho. Agradeço também aos/às meus/minhas primos/as e cunhados/as por suas palavras de esperança e coragem.

Agradeço à minha professora e orientadora, a Profa. Dra. Geralda Lima, por ser sempre luz em minhas pesquisas acadêmicas, por me ensinar a cada dia de uma maneira tão simples, tão forte e tão humana. É impossível medir a sua relevância acadêmica e humana em minha vida. Sou-lhe grato eternamente pelos nove anos de troca de conhecimentos e pelas contribuições valiosíssimas que fizeram e fazem de mim um pesquisador em constantes reaprendizagens.

Agradeço aos/às meus/minhas amigos/as do grupo de pesquisa *Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia* da UFS, por todos os saberes compartilhados, pelas experiências vividas, pelos *insights* epistemológicos, pelo encorajamento, pela partilha de resistências e pelas boas energias: Thiago Cardoso, João Paulo Nascimento, Isabela Marília, Lorena de Castro, Daniela de Sá, Emilly Silva, Danillo Silva, Isis da Penha, Flávio Santana, dentre outros/as.

Sou grato também aos meus colegas acadêmicos e amigos, Evandro Reis, Júnior Santana, Livia Ferreira, Fábio Pereira, Liviane Nascimento, Edilene Oliveira, Alisson França, Íris Souza, Larissa Lima, Andréa Mendonça, Gilvânia Souza, Walisson Bispo, Willamis Santana, Alexandre Santos, Marcelo Martins e Pedro Henrique, pelas conversas produtivas, pela partilha de experiências, pela força necessária e pelas contribuições nos momentos mais difíceis do curso e da pesquisa.

Agradeço aos professores que contribuíram grandemente com a minha pesquisa no exame de qualificação e na banca de defesa, Profa. Dra. Márcia Mariano, Prof. Dr. José Ricardo e Profa. Dra. Elza Ferreira Santos. Seus comentários e sugestões valiosíssimos foram fundamentais para o aprofundamento teórico-analítico e a relevância social desta Dissertação.

Agradeço também àqueles/as amigos/as que a longa distância ou virtualmente me enviaram pequenos gestos de carinho, apoio e incentivo sob as mais diferentes formas.

Sou imensamente grato aos/às ativistas LGBT de Aracaju que me acolheram em suas respectivas ONGs, pela infinita e impagável troca de experiências, pela solicitude, pela compreensão e por me auxiliarem no processo de construção do *corpus* desta pesquisa. Tudo o que eu aprendi com vocês foi fundamental em meu percurso, em minhas reviravoltas,

indagações e tomada de novas decisões. Não há preço no mundo que represente a minha generosidade e gratidão a todos vocês!

Também tenho muito a agradecer ao meu namorado, Bruno Barbosa, pelos momentos de discussão harmônicos/desarmônicos sobre o tema da pesquisa, pelo apoio e por compreender a minha ausência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa e pelo comprometimento no fazer científico de cunho sociopolítico neste país.

Ademais, sou inelutavelmente grato a Deus, o grande Maestro do meu destino e da minha vitória. Todo esse percurso só foi possível graças ao Seu incondicional amor por mim. Ele me fez ver, sentir e desvelar toda a escuridão social e elevou-me à luz do conhecimento. Fez-me compreender a minha essência e ensinou-me a resistência. OBRIGADO, MEU DEUS!!!

Censura

*Foi a bala que saiu
Do cano da violência
Foi a morte que partiu
Da sádica prepotência
E calou uma boca inocente.*

*Mas calaram todo o amor?
Quem disse que a dor superou?*

*Gritos deixaram de ecoar
Prantos cessaram num tiro
Forças foram aprisionadas
Vidas foram extraviadas*

*Mas a saliva não acabou
Pois não calaram todo o amor.
Quem disse que a dor suplantou?*

*O que é eterno e grandioso
Jamais irá se calar
Diante da dura violência
Que não sabe que o amor
É espinha dorsal da resistência!*

(Samuel de Mattos)

RESUMO

Na conjuntura dos movimentos sociais, o uso da linguagem faz-se evidente e relevante, constituindo uma prática social baseada em valores, crenças, ideologias e visões de mundo de grupos específicos. Em diversas situações enunciativas, por meio do *ethos*, do *logos*, do *pathos* e/ou outras estratégias linguístico-discursivas, ativistas desses movimentos combatem discursos hegemônicos e lutam por mudanças sociais que lhes garantam mais direitos e oportunidades de participação cidadã. No que tange aos embates político-identitários e argumentativos do movimento LGBT contemporâneo, as pesquisas no âmbito acadêmico pouco privilegiam a análise de textos produzidos por seus ativistas e a construção do *ethos* discursivo (AMOSSY, 2008, 2018) desses sujeitos, sobretudo, na cidade de Aracaju/SE. Diante desse panorama, partimos da problemática da defesa da diversidade sexual e de gênero e da luta contra a LGBTfobia, no intuito de responder a seguinte questão de pesquisa: que *ethos* discursivo coletivo é indiciado por processos referenciais (MONDADA; DUBOIS, 2003) e estratégias argumentativo-retóricas no discurso do/a ativista LGBT de Aracaju acerca de suas ações político-identitárias? Nesse sentido, o nosso objetivo geral consiste em investigar os processos referenciais e as estratégias argumentativo-retóricas que indiciam a construção do *ethos* discursivo coletivo do/a ativista LGBT de Aracaju, contribuindo, assim, para o diálogo entre a Linguística Textual (MARCUSCHI, 1983, 2008; BENTES, 2001; KOCH, 2009), a teoria da Argumentação Retórica (PERELMAN; TYTECA, 1996; FERREIRA, 2010; FIORIN, 2018) e os estudos sobre ativismos sociais (FACCHINI, 2003; MELO, 2013; MELO, 2016; GREEN et al, 2018; MENEZES, 2018). Para essa empreitada, assumimos as perspectivas sociocognitivo-interacional e retórico-discursiva dos estudos linguísticos e apostamos numa metodologia de base qualitativa, descritiva e interpretativista (GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013; MARCONI; LAKATOS, 2017; CAVALCANTE et al, 2016), a fim de analisar o *corpus* constituído (entrevistas abertas), o qual foi sistematizado em quatro motes temáticos referentes às ações político-identitárias de ativistas LGBT aracajuanos/as: i) ser LGBT em Aracaju; ii) combate à LGBTfobia; iii) visibilidade trans e acompanhamento sócio-jurídico; iv) conscientização da diversidade sexual e de gênero. Os resultados obtidos pelas análises desta pesquisa apontam, por um lado, para a construção de um *ethos* individualista, desumano e violento de pessoas LGBTfóbicas, e, por outro, para a indiciabilidade de um *ethos* resistente, corajoso e ponderado do/a ativista LGBT de Aracaju, relativo a) à natureza de sua(s) existência(s); b) às suas lutas em prol dos direitos humanos da população LGBT em articulação com os órgãos públicos municipais e estaduais; c) à(s) sua(s) resistência(s) cotidiana(s) perante a LGBTfobia.

Palavras-chave: Ativismo LGBT. Processos referenciais. Estratégias argumentativo-retóricas. *Ethos* discursivo. Ações político-identitárias.

ABSTRACT

In the context of social movements, the use of language becomes evident and relevant, constituting a social practice based on values, beliefs, ideologies and world views of specific groups. In several enunciative situations, through *ethos*, *logos*, *pathos* and/or other linguistic-discursive strategies, activists from these movements combat hegemonic discourses and fight for social changes that guarantee them more rights and opportunities for citizen participation. Regarding the political-identity and argumentative clashes of the contemporary LGBT movement, researches in the academic field do not favor the analysis of texts produced by their activists and the construction of the discursive *ethos* (AMOSSY, 2008, 2018) from these subjects, especially in Aracaju/SE city. Due to this panorama, we start from the problem of defending sexual and gender diversity and the fight against LGBTphobia, in order to answer the following research question: what is the collective discursive *ethos* indicted by referential processes (MONDADA; DUBOIS, 2003) and strategies argumentative-rhetorical in the speech of the LGBT activist from Aracaju about their political-identity actions? In this sense, our general objective is to investigate the referential processes and argumentative-rhetorical strategies indicate the construction of the collective discursive *ethos* of the LGBT activist from Aracaju, thus contributing to the dialogue among Textual Linguistics (MARCUSCHI, 1983, 2008; BENTES, 2001; KOCH, 2009), the theory of Rhetorical Argumentation (PERELMAN; TYTECA, 1996; FERREIRA, 2010; FIORIN, 2018) and studies on social activism (FACCHINI, 2003; MELO, 2013; MELO, 2016; GREEN et al, 2018; MENEZES, 2018). For this endeavor, we assume the sociocognitive-interactional and rhetorical-discursive perspectives of linguistic studies and we also bet on a qualitative, descriptive and interpretive methodology (GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013; MARCONI; LAKATOS, 2017; CAVALCANTE et al, 2016), in order to analyze the constituted corpus (open interviews), which were systematized in four thematic motives referring to the political-identity actions of LGBT activists from Aracaju: i) be LGBT in Aracaju; ii) combating LGBTphobia; iii) trans visibility and socio-legal monitoring; iv) awareness of sexual and gender diversity. The results obtained by the analyzes of this research, point, on the one hand, to the construction of an individualistic, inhuman and violent *ethos* of LGBTphobic people, and, on the other hand, to the indication of a resistant, courageous and thoughtful *ethos* of the LGBT activist from Aracaju, relating to *a*) the nature of their existence; *b*) their struggles for the human rights of the LGBT population in conjunction with municipal and state public bodies; *c*) their resistance(s) to LGBTphobia.

Keywords: LGBT activism. Referential processes. Argumentative-rhetorical strategies. Discursive *Ethos*. Political-identity actions.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	12
INTRODUÇÃO	13
1 MOVIMENTO LGBT: ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICO-IDENTITÁRIOS	22
1.1 Brevíssima história do movimento LGBT	22
1.2 O movimento LGBT em Sergipe: lutas, avanços e desafios	37
2 REFERENCIAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS.....	43
2.1 O texto nas perspectivas sociocognitiva e interacional.....	43
2.2 Referenciação e processos referenciais na construção argumentativa.....	48
2.3 Argumentação na perspectiva da Nova Retórica	56
2.4 <i>Ethos</i> discursivo e outros expedientes retóricos	62
2.5 Atividades referenciais e argumentativas como práticas político-identitárias.....	72
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTO DA PESQUISA	75
3.1 Delimitações da pesquisa descritiva, qualitativa e interpretativista.....	75
3.2 Técnicas e instrumentos de coleta do <i>corpus</i>	76
3.3 Lugar da pesquisa e observações realizadas	77
3.4 Entrevistas com ativistas LGBT de Aracaju	85
3.5 Procedimentos de análise	87
4 A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> DISCURSIVO DO ATIVISTA LGBT DE ARACAJU	89
4.1 Ser LGBT em Aracaju	90
4.2 Combate à LGBTfobia.....	99
4.3 Visibilidade trans e acompanhamento sócio-jurídico	109
4.4 Conscientização da diversidade sexual e de gênero	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	145

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Fases históricas do movimento LGBT	23
QUADRO 2 – Processos referenciais.....	52
QUADRO 3 – Diferenças entre demonstração e argumentação	59
QUADRO 4 – Principais aspectos e técnicas argumentativas da Nova Retórica	61
QUADRO 5 – Desenho geral da proposta de análise.....	74
QUADRO 6 – Sujeitos da pesquisa.....	89

INTRODUÇÃO

[...] Foi a primeira vez que, realmente, além de ver que estavam com medo, senti que estavam com medo. Ficamos felizes, pois os policiais não estavam vencendo. [...] Éramos umas seis pessoas, e, àquela altura, havia milhares lá fora. [...] Era bom saber que havia muita gente lá fora torcendo por nós. [...] De repente, ouvi umas viaturas ao fundo, e ficamos tranquilos. Ouvimos uma atrás da outra. Então os policiais chegaram em uns cinco ônibus. Eram todos do batalhão de choque. [...] Chegaram a formar um paredão. Marcharam [...] empurrando a gente. [...] A Miss Nova Orleans e o povo ao redor começaram a marchar, e a polícia começou a recuar. [...] Não havia como nos deter. [...] De repente, a polícia se deparou com algo inédito. Os gays não deveriam ameaçar os policiais, deveriam ser homens fracos, maricas, incapazes de fazer qualquer coisa. Mas estavam levantando objetos, enfrentando, atacando e batendo. [...] Chegaram mais policiais, e a revolta não parou. Começaram a quebrar as janelas. De repente, virou um pandemônio. [...] Quando vimos que a noite havia acabado, decidimos fazer algo mais. Sabíamos que não queríamos deixar aquele momento passar, pois poderíamos usá-lo para unir mais os grupos. [...] No sábado à noite, reabriram o Stonewall. [...] Havia gays do lado de fora. [...] Pessoas do bairro, as mais improváveis, começaram a nos apoiar. [...] Na 2ª noite, o batalhão de choque chegou ainda em maior número e foi bem mais violento. [...] Chegamos a ver pessoas sendo espancadas ou desaparecendo no meio dos policiais. [...] Começamos a ver corpos estendidos na calçada e gente com a cabeça sangrando. [...] Pela primeira vez, não deixamos que nos levassem presos. Os homossexuais reagiram assim como os pacifistas reagiram. Foi incrível. [...] Nos tornamos uma unidade. [...] Queríamos propor algo para que todos os grupos participassem, e acabamos criando a Parada do Orgulho Gay. [...] Não sabíamos se concluiríamos a parada. [...] Éramos umas 100, 120 pessoas, e havia gente na calçada para nos ver passar. [...] Recebemos ameaças de bomba. Podiam atirar em nós. Estávamos com medo! Mas, à medida que subíamos a 6ª avenida, a multidão aumentava. Olhei para trás, e havia umas 2 mil pessoas. Então vi que tínhamos conseguido. [...] foi aí que percebemos que éramos nós mesmos pela primeira vez¹. [...] (A REVOLTA DE STONEWALL, 55:16 – 1:17:49).

A madrugada de 28 de junho de 1969 marca o primeiro momento de revolta e luta pelos direitos LGBT² na história da humanidade. O depoimento acima, perpassado por várias outras vozes, narra trechos dessa e das outras primeiras manifestações de *drag queens*, travestis, gays, lésbicas, etc. contra as invasões constantes da polícia ao bar *The Stonewall Inn*, na região de Manhattan, na cidade de Nova Iorque (EUA). Numa época em que ser gay, por exemplo,

¹Áudio transcrito de vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>>. Acesso em: 04/05/2019.

²Referência genérica para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Há também outras siglas, tais como LGBTI, LGBTQ+, LGBTQIA+ ou LGBTQI+, incluindo-se aí pessoas *queers*, assexuais, agêneras, intersexuais e pansexuais. Mas a expressão que utilizaremos aqui é “LGBT” pelo fato de ser a mais recorrente nos estudos acadêmicos e no ativismo sergipano, o que não exclui, todavia, os demais segmentos e variações identitárias que aí possam estar inseridas.

correspondia à criminalidade, pecado, degeneração social e/ou patologia sexual, pequenas organizações LGBT e muitas outras pessoas aliadas juntaram as mãos pela causa LGBT e, dali em diante, o movimento se estendeu ao mundo inteiro.

Antes mesmo da Revolta de Stonewall (COLLING, 2011; RIBEIRO, 2011), havia muita repressão por parte da polícia contra o funcionamento dos bares que abrigavam pessoas LGBT naquela região. Nos depoimentos do documentário (cf. link na 1ª nota de rodapé), consta que, na época, “o movimento homófilo era basicamente a *Mattachine Society*, a *Daughters of Bilitis* e pequenas organizações gays. [...] A *Mattachine Society* foi a 1ª organização pelos direitos gays e eles se reuniam com as cortinas fechadas” (A REVOLTA DE STONEWALL, 2014). Nessa mesma época, também, outras mobilizações de LGBTs já se faziam em outros países americanos, tais como Argentina, México, Colômbia e Porto Rico (TRINDADE, 2018). Assim, com o alvorecer dessas primeiras manifestações contra a opressão e a LGBTfobia³, o movimento LGBT então começou a percorrer seus primeiros passos, ampliando suas pautas e reivindicando seus direitos, conquistando espaços sociais até então inacessíveis. Sem sombra de dúvidas, dois fatores foram fundamentais na formulação desse marco histórico: a força física e o uso da língua.

A linguagem, sim, é o meio mais pacífico e natural pelo qual os sujeitos sociais exercem a sua liberdade, as suas ações, estabelecem acordos sociais e instauram novas realidades contextuais. Por meio da linguagem, os sujeitos podem exercer a democracia no debate, na discussão e na polêmica, fazendo emergir, no seio de relações políticas, a preocupação e a visibilidade pelos problemas sociais emergentes que assolam a existência humana. Graças à linguagem e ao seu poder fundador, sujeitos marginalizados socialmente podem expor suas visões da realidade e lutar por direitos que lhes são negados no cotidiano. Por meio dela é que, desde a Revolta de Stonewall, por exemplo, o movimento LGBT tem desencadeado, ao longo dos anos, um amplo debate acerca do tema da diversidade sexual e de gênero em suas ações político-identitárias. Destarte, essas questões fazem-nos observar uma possível relação entre os usos da linguagem e o ativismo LGBT.

Na contemporaneidade, o interesse dos estudos linguísticos pela relação entre linguagem e contexto levanta reflexões amplas acerca do modo como podem ser desenvolvidas

³Segundo o *Manual de Comunicação LGBTI+* (2018, p. 35), a LGBTfobia ou LGBTifobia “pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. A LGBTifobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos”.

pesquisas de caráter crítico-analítico na discussão de problemas sociais que permeiam a vida dos sujeitos. Quando pensamos no progresso científico e no avanço epistemológico que a Linguística vem alcançando no que tange aos diálogos teóricos voltados para temáticas polêmicas e de difícil maleabilidade, podemos afirmar que uma visada democrática se instaura, a cada dia, nesse campo do conhecimento. Isso se deve, em parte, a algumas pretensões de se buscarem explicações sociológicas, antropológicas, filosóficas para os usos linguísticos, bem como à relevância social que determinadas investigações podem fazer valer àqueles grupos sociais abjetos e vulneráveis.

Dentro desse contexto, adeptos da compreensão de que a linguagem assume papel relevante nas práticas sociais e cientes do compromisso que a pesquisa acadêmica pode propiciar à discussão de temáticas que põem sujeitos marginalizados socialmente em lugares de maior visibilidade, durante o curso do Mestrado Acadêmico em Letras (PPGL/UFS), mediante a elaboração do nosso projeto de pesquisa⁴ que lidaria com um objeto empírico até então pouco estudado na área — o ativismo LGBT —, especialmente nas disciplinas de *Metodologia de Pesquisa em Linguística* (2018.1), *Estudos em Análise Crítica do Discurso* (2018.2) e *Introdução aos estudos de retórica e argumentação* (2018.2), alguns questionamentos se nos impuseram frequentemente, tais como:

- a) se a linguagem, numa perspectiva democrática e sociointeracional, é uma atividade incompleta, contextual, polissêmica e plurilinear, qual a sua relação com os usos argumentativos e persuasivos de sujeitos vulneráveis na sociedade?
- b) se a linguagem pode, simultaneamente, ferir ou apaziguar, oprimir ou libertar, qual a sua relevância no engajamento sociopolítico de grupos marginalizados e de identidades não normativas?
- c) e, se a linguagem pode contribuir para as mudanças do real e das relações sociais, como seria possível delinear as suas marcas na vida, no cotidiano e nos modos de lutas de ativistas LGBT, concretizando-se em textos?

⁴O projeto da pesquisa, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, era inicialmente intitulado “Processos de referência: estratégias textuais-discursivas na construção argumentativa de depoimentos de ativistas LGBT de Aracaju/SE”. A mudança de título se deu pelos redirecionamentos que se fizeram necessários na metodologia de análise do nosso *corpus*. O parecer de aprovação no Comitê encontra-se na seção Anexos.

No influxo desses questionamentos, propomos realizar uma pesquisa de cunho linguístico-textual que procurasse dar conta do problema da defesa da diversidade sexual e de gênero e da luta pelos direitos humanos LGBT. Assim sendo, adotamos como ponto de partida de nossas reflexões a Linguística de Texto (LT) de base sociocognitivo-discursiva e interacional. Focalizamos nosso interesse na análise de textos produzidos por agentes sociais situados em contextos de (re)construção de pontos de vista e em posições estigmatizadas das práticas sociais. Mais especificamente, como objetos teóricos desta pesquisa, selecionamos o texto e duas categorias de análise — a referenciação e a argumentação —, bem como um objeto empírico — o discurso do/a ativista LGBT da cidade de Aracaju/SE. Justificamos tais escolhas investigativas em três aspectos centrais:

- Nos últimos anos, os temas das identidades de gênero e da orientação sexual têm repercutido massivamente e em forma de debate nos mais diversos espaços sociais, sobretudo, na mídia e na comunidade acadêmica;
- A relevância de um estudo que investigue o modo como ativistas LGBT, sujeitos sociais, empreendem o uso da linguagem para argumentar/persuadir a sociedade em torno de suas causas e lutas, especialmente, num cenário sociopolítico⁵ difícil, o qual vivenciamos no Brasil (descompromisso do governo federal brasileiro frente às questões minoritárias e o seu desserviço quanto à construção de políticas públicas para a população LGBT);
- Na produção acadêmica disponível, há pouquíssimos trabalhos sobre os usos linguísticos de sujeitos LGBT e, no âmbito da LT, não há pesquisas que utilizem as teorias da referenciação e da argumentação retórica na análise de textos produzidos por ativistas LGBT, muito menos no estado de Sergipe (neste, encontramos apenas

⁵Nas palavras de Green et al (2018), após o golpe jurídico-parlamentar-empresarial de 2016 (o impeachment da presidenta Dilma Rousseff) e, acrescentemos, após as eleições presidenciais que elegeram como novo presidente da república Jair Bolsonaro (candidato que afirmou abertamente, antes e durante a sua campanha, ser contra as minorias e os direitos da população LGBT), diversas formas de reação contrárias à comunidade LGBT têm sido executadas, por exemplo: i) proibição de espetáculos artísticos cujos elencos tenham participação de atrizes travestis; ii) “magistrados retomam discursos patologizantes para permitir que se ressuscitem terapias psicológicas de “reconversão ou reorientação sexual”. Exposições artísticas e performances em museus são perseguidas e canceladas apenas porque tematizam, de modo livre – como deve ser a arte –, questões humanas como gênero e sexualidade. Patrulhas morais invadem escolas e buscam retirar de docentes a liberdade de cátedra e de ensino, tentando impor um obscurantismo que só vem ganhando mais força com o crescimento das bancadas fundamentalistas religiosas nas casas legislativas por todo o país. Isso sem falar na persistência dos índices alarmantes de LGBTfobia, que colocam o Brasil no topo dos rankings internacionais como o país que mais mata LGBTs no mundo. Apenas em 2017, segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), foram 445 assassinatos por motivação de ódio” (GREEN et al, 2018, p. 12-13).

três trabalhos de pós-graduação acerca dos ativismos LGBT sergipano e digital, nas áreas de Sociologia (MELO, 2013), Comunicação (CRUZ, 2014) e Educação (MENEZES, 2018));

Ao perscrutar produções acadêmicas dentro da área de Letras e Linguística, observamos que, mais recentemente, no contexto da UFS, foram publicados alguns estudos concernentes à articulação entre linguagem e representatividade LGBT. No primeiro volume da Coleção *Questões de Linguagem e Sociedade*, organizada por Silva, Melo e Castro (2017), o capítulo de Cunha e Mariano analisa a construção das imagens discursivas de pessoas homossexuais e transgêneros em duas narrativas cordelistas, sob a ótica da retórica aristotélica e da neoretórica perelmaniana. Já no artigo de 2019, as autoras ampliam a abordagem epistemológica ao analisarem a representatividade de pessoas LGBTQ num comercial da mídia televisiva, por meio do arcabouço teórico-metodológico da semiótica greimasiana e da Nova Retórica de Perelman, mobilizando categorias analíticas como tematização, figurativização e figuras de argumentação e retórica. Assim, tais trabalhos versam não apenas sobre a produção de textos argumentativos, mas também sobre a construção do *ethos* da pessoa LGBT mediante o discurso de outrem. Todavia, a produção atual nessa seara de estudos possui uma lacuna: a análise do *ethos* do/a ativista LGBT.

Diante desse panorama, ao refletir sobre a relação entre referenciação, argumentação e a produção de textos persuasivos por ativistas LGBT, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: que *ethos* discursivo coletivo é indiciado por processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas no discurso do/a ativista LGBT de Aracaju acerca de suas ações político-identitárias? Nesse sentido, se, para a LT, a construção argumentativa é constitutiva da atividade textual, e, também, se o/a ativista LGBT atua na (re)construção da realidade em prol do reconhecimento de seus direitos, pensamos, então, que é possível identificar inter-relações entre processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas que indiciam a construção do *ethos* coletivo positivo do/a ativista LGBT de Aracaju.

Perseguindo o problema e a hipótese acima levantados, o objetivo geral deste trabalho consiste em investigar os processos referenciais e as estratégias argumentativo-retóricas que indiciam a construção do *ethos* discursivo coletivo do/a ativista LGBT de Aracaju, contribuindo, assim, para o diálogo entre a LT, a teoria da argumentação retórica e os estudos sobre ativismos sociais. Diante disso, desdobram-se três objetivos específicos:

- Observar a recorrência de expressões referenciais e estratégias argumentativo-retóricas na progressão temática e referencial do discurso do/a ativista;
- Analisar as inter-relações entre processos referenciais, estratégias argumentativo-retóricas e as ações político-identitárias dos/as ativistas da pesquisa;
- Propiciar maior visibilidade das causas e lutas dos/as ativistas LGBT entrevistados/as, fortalecendo a sua voz política na capital sergipana.

No âmbito da LT, a teoria da referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003) lida com o pressuposto de que a linguagem não designa uma mera cópia da realidade, mas pode transformá-la em função de objetivos comunicativos, interacionais e sociodiscursivos. Já no campo da Argumentação Retórica (PERELMAN; TYTECA, 1996), o trabalho que sujeitos podem realizar com/pela linguagem permite estabelecer debates, discussões e diálogos que visam persuadir/convencer quanto à defesa de pontos de vista, argumentos, crenças, ideologias e valores específicos. *Grosso modo*, ambas as teorias comungam do pressuposto básico de que a interação textual-discursiva abarca a (re)elaboração da realidade mediante as posições discursivas dos sujeitos na enunciação. A atividade de referenciação opera com a instabilidade de categorias entre língua e mundo, e a argumentação retórica, com o pressuposto de que não há verdade absoluta nos raciocínios mobilizados pelos sujeitos sociais em seu projeto persuasivo. Assim, nos textos permeiam saberes, visões e objetivos comunicativos distintos (MARIANO, 2016) via processos referenciais e direcionamentos argumentativos.

No cerne dessa proposta, a noção de *ethos* discursivo aqui assumida tem respaldo na abordagem retórico-discursiva de Ruth Amossy (2008, 2018). Para essa estudiosa, o *ethos* discursivo se constrói na enunciação propriamente dita, no momento em que o orador toma a palavra diante de seu coenunciador (auditório), buscando repetir a representação social disponível no acervo sociocultural sobre ele ou modificá-la à medida que o seu texto/discurso avança, mediante o estabelecimento de acordos retóricos, contingências contextuais, uso de técnicas argumentativas (PERELMAN; TYTECA, 1996) e outros recursos textuais-discursivos. Nesse sentido, pressupomos que os processos referenciais e algumas estratégias argumentativo-retóricas (figuras, lugares e argumentos) podem constituir indícios textuais-discursivos do *ethos* do/a ativista LGBT de Aracaju. Desse modo, pretendemos focalizar a construção da imagem discursiva coletiva desse agente social.

Situando-se na linha de pesquisa de *Descrição, análise e usos linguísticos* (PPGL/UFS), este trabalho desemboca na preocupação pela produção de sentidos no nível textual/discursivo

da língua em contextos sociopolíticos. Entretanto, este não é um trabalho meramente descritivo (exceto por uma questão formal/institucional), tendo em vista a perspectiva teórica hoje adotada pela LT. Com base em Marcuschi (2008): i) a LT não se dedica ao estudo dos níveis da língua (fonológico, morfológico, sintático, semântico) e não tem uma preocupação descritivista; ii) a concepção de texto em LT não compreende um artefato formal cujas propriedades e regras seriam estáveis, rígidas e intrínsecas; iii) em LT, a produção de sentidos ocorre na língua em funcionamento “quando os falantes estão situados em contextos sócio-históricos e produzem textos em condições específicas” (MARCUSCHI, 2008, p. 74); iv) o texto significa muito mais um plano do uso do que um nível de análise da língua, pois de seu funcionamento dependem os aspectos enunciativo, cognitivo, pragmático e discursivo. Nesses termos, preferimos dizer que esta pesquisa assume um caráter descritivo-interpretativista (GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013; MARCONI; LAKATOS, 2017; CAVALCANTE et al, 2016).

Dessa visada, o lastro epistemológico e conceitual do nosso trabalho se ancora tanto à linha de pesquisa acima explicitada quanto às abordagens textuais/discursivas assumidas pelo *Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia (LETTEC)* da UFS. Tal grupo de pesquisa, liderado pela Profa. Dra. Geralda Lima, tem como objeto teórico o texto e seus usos nos mais diversos contextos. As categorias utilizadas nas metodologias de análise são, sobretudo, a referência, a intertextualidade e a argumentação (SANTANA; LIMA; MARIANO, 2016; SANTANA, 2017; SANTOS, 2018). Mais recentemente, no conjunto de trabalhos produzidos pelo grupo, assistimos a um crescente interesse pelas práticas sociais de grupos vulneráveis, violências sociais (CASTRO; LIMA, 2016; SILVA, 2019a) e algumas questões culturais e identitárias (LIMA, 2008). Nesta pesquisa, o percurso teórico-metodológico toma por base estudos desenvolvidos no LETTEC e em outros grupos de pesquisa⁶ no Brasil, que investigam sobre a referência, a argumentação e as práticas socioculturais. Além disso, consideramos também inúmeros estudos produzidos sobre ativismos sociais e o movimento LGBT (FACCHINI, 2003; COLLING, 2011; GREEN et al, 2018; MENEZES, 2018, etc.).

⁶O grupo de pesquisa *Prottexto*, coordenado pela Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, na Universidade Federal do Ceará (UFC), aproxima-se das abordagens do nosso trabalho no que tange, principalmente, às relações entre a teoria da referência e os expedientes retórico-argumentativos no escopo da linha de pesquisa “Práticas discursivas e estratégias de textualização”. Por sua vez, o grupo de pesquisa *Linguagem como prática social: analisando a produção, a recepção e a avaliação de interações, gêneros do discurso e estilos linguísticos*, coordenado pela Profa. Dra. Anna Christina Bentes, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), aproxima-se das abordagens do nosso trabalho no que tange, principalmente, às relações entre práticas referenciais, práticas sociais e atitudes/ideologias linguísticas no escopo da linha de pesquisa “Língua, cultura e sociedade”.

Portanto, para desenvolver a pesquisa, a nossa metodologia compreendeu o aprofundamento bibliográfico sobre as abordagens teóricas da referenciação, argumentação retórica e movimentos sociais e LGBT, bem como o trabalho de campo (observação direta) e a realização de entrevistas abertas com ativistas LGBT da cidade de Aracaju/SE. Para isso, utilizamos como instrumentos de coleta do *corpus* o diário de campo, o roteiro de entrevista e o gravador de voz. Realizamos, no primeiro semestre do ano de 2019, 05 (cinco) entrevistas com ativistas de duas entidades LGBT de Aracaju: i) Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES); ii) ASTRA - Direitos Humanos e Cidadania LGBT.

Quanto ao tratamento dos dados coletados, seguimos superficialmente os padrões da Análise da Conversação (MARCUSCHI, 2007a), e, no que se refere aos procedimentos de análise, optamos por agrupar os fragmentos das entrevistas em motes temáticos relativos às pautas de luta cotidianas do movimento LGBT aracajuano. Assim, à medida que a nossa pesquisa avançava, observávamos a diversidade de entidades LGBT na capital sergipana, como, por exemplo, grupos voltados exclusivamente para o segmento homossexual, para o segmento lésbico, para o segmento trans, dentre outros. Diante dessa amplitude, direcionamos a coleta de dados nas práticas sociais de entidades que focalizassem a comunidade LGBT em geral, respaldando, então, coerentemente os nossos interesses investigativos e políticos.

De posse dessa contextualização e das delimitações realizadas, estruturamos a presente Dissertação em quatro capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. No capítulo 1 – “Movimento LGBT: aspectos sociais e político-identitários”, fazemos, neste primeiro momento, um breve percurso teórico-reflexivo sobre o movimento LGBT em âmbito mundial, nacional, estadual e municipal.

No capítulo 2 – “Referenciação, argumentação e práticas sociais”, fazemos um excuro teórico sobre a abordagem contemporânea do texto em LT. Com base nisso, discutimos sobre o fenômeno da referenciação, procurando relacioná-la à visada argumentativa em linguagem. Também refletimos sobre a perspectiva retórica da argumentação, *ethos* discursivo e outros expedientes retóricos. Apontamos, ainda, inter-relações entre pressupostos e categorias analíticas da referenciação e da argumentação retórica para a análise do nosso *corpus*.

No capítulo 3 – “Procedimentos metodológicos e contexto da pesquisa”, apresentamos, de forma detalhada, todos os aspectos lógicos, práticos e etapas percorridas entre os anos de 2018 e 2019 para a realização deste trabalho, o *locus* da pesquisa e os procedimentos necessários realizados no tratamento dos dados e na análise do *corpus* constituído.

No capítulo 4 – “A construção do *ethos* discursivo do ativista LGBT de Aracaju”, procedemos à análise textual/discursiva do *corpus*, apontando a relevância dos processos referenciais e das estratégias argumentativo-retóricas para a indicialidade do *ethos discursivo* do/a ativista e, conseqüentemente, para o seu engajamento político-identitário e o enfrentamento das opressões no cenário social contemporâneo.

1 MOVIMENTO LGBT: ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICO-IDENTITÁRIOS

Neste primeiro capítulo, fazemos um excuro sobre o nosso objeto de pesquisa. Inicialmente, percorremos, de forma sucinta, a história do movimento LGBT em seus aspectos mundial, nacional e estadual. Em seguida, situamos o movimento LGBT em âmbito municipal, isto é, na cidade de Aracaju/SE, nosso *locus* da pesquisa, apontando um breve panorama de suas lutas, conquistas e desafios ao longo de 38 anos de existência.

1.1 Brevíssima história do movimento LGBT

O relato em forma de epígrafe no início deste trabalho remonta a uma das principais origens do movimento LGBT na história da humanidade. Na opinião corrente de ativistas LGBT, quando se lhes perguntam acerca da história do movimento, um referente é reativado em suas memórias: Stonewall. Sim, um pequeno bar situado na cidade de Nova Iorque/EUA trata-se do local onde o primeiro contato com pessoas do movimento LGBT organizado obteve sua primeira marca na luta efetiva pelo respeito à diversidade. *The Stonewall Inn*, um bar que, constante e violentamente, era invadido pela polícia civil sob a suspeita de ali haver ligações com a máfia da região. Então, em decorrência dos insultos e da repressão por parte da polícia, ocorreu que, na madrugada do dia 28 de junho de 1969, o movimento LGBT iniciou sua agenda política em favor da conquista de direitos e da luta pela sobrevivência. Esse fato histórico é conhecido como a Revolta de Stonewall (COLLING, 2011; RIBEIRO, 2011).

Em palestra⁷ proferida no dia 17 de maio de 2019, no auditório do Ministério Público de Sergipe, em comemoração aos 50 anos de existência do movimento LGBT mundial e do Dia Internacional de Combate à LGTBfobia, o professor de Direito, ativista e pesquisador no campo dos direitos humanos e de diversidade sexual, Renan Quinalha, apresentou determinados fatos históricos que, em conjunto, resumiam fases do movimento LGBT e suas respectivas características no mundo e no Brasil, as quais organizamos no quadro a seguir:

⁷No Seminário “Dia Internacional da Luta contra a LGTBfobia”, realizado pelo Ministério Público do Estado de Sergipe, por meio da Escola Superior, em parceria com a Comissão de Promoção dos Direitos LGTBs, o professor Renan Honório Quinalha apresentou a fala “História do movimento LGBT no Brasil” e, também, a pesquisadora Leticia Vieira da Silva discorreu sobre “Direitos LGBTI no sistema internacional” (vide certificado de participação em Anexos).

QUADRO 1 – Fases históricas do movimento LGBT

1. GAY POWER – ANTECEDENTES
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lavender Scare</i> (50's) • <i>Mattachine Society</i> (1951) • <i>Daughters of Bilitis</i> (1955)
2. GAY POWER – STONEWALL
<ul style="list-style-type: none"> • Geração Beat e contracultura <i>hippie</i> • <i>Revolta de Stonewall</i> – 28 de junho de 1969 • <i>Gay Liberation Front</i> (1969) • <i>Nuestro Mundo</i>
3. PRIMEIRA ONDA (1978-1983)
<ul style="list-style-type: none"> • Politização x gueto • Luta “principal” x luta das “minorias” • Grupo <i>Somos</i> e mais 22 grupos no eixo RJ/SP • Caráter antiautoritário e contra a ditadura
4. SEGUNDA ONDA (1984-1992)
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição de grupos/Epidemia HIV/AIDS • Organizações formalizadas pelo direito à diferença e mais coesas • <i>Grupo Gay da Bahia</i> - GGB (1980) e <i>Triângulo Rosa</i> (1985) • Despatologização da homossexualidade (1990)
5. TERCEIRA ONDA ⁸ (1992-2019)
<ul style="list-style-type: none"> • Ampla participação no movimento de direitos humanos • Internacionalização das redes e mercados • Pressão nos poderes (executivo, legislativo e judiciário). • Despatologização da transexualidade – OMS (2018)

Fonte: adaptado de Quinalha (2019)

Podemos perceber que, no quadro exposto acima, Quinalha (2019) não apenas menciona fases históricas, mas também discorre sobre pautas de lutas, reivindicações e algumas conquistas do movimento LGBT durante os seus cinquenta anos de existência. Os itens 1 e 2, por exemplo, remetem exclusivamente aos primeiros momentos de atuação do movimento

⁸Face à complexidade inerente aos desafios/retrocessos enfrentados pelo movimento LGBT contemporâneo, julgamos que a existência de uma “quarta onda” já esteja em ebulição. Porém, contentamo-nos a considerar o percurso histórico traçado por Quinalha (2019) e Pereira (2016).

organizado em nível mundial (ou, mais especificamente, em solo norte-americano e sul-americano), ao passo que os itens 3, 4 e 5 compreendem o ativismo no âmbito brasileiro. Identificamos também no quadro acima que, muito antes da Revolta de Stonewall, havia já um engendramento inicial do movimento LGBT nos idos dos anos 50 do século passado, isto é, com pequenas organizações atuantes em favor da causa LGBT: *Lavender Scare*, *Mattachine Society*, *Daughters of Bilitis*, etc.

No repertório de pesquisas que fizemos até agora, não nos foi possível encontrar relatos precisos e/ou menções diretas a esses e outros grupos de mobilização estadunidenses pré-Stonewall. O pouco do que conhecemos até aqui é, portanto, fruto dessa palestra, de alguns filmes e leituras (MELO, 2016) que, vagamente, nos oferecem pistas do que teriam sido as primeiras organizações LGBT no cenário mundial. Em primeiro lugar, os estudos acadêmicos, bem como produções de outro teor, privilegiam o “olhar” sobre a revolta no bar *The Stonewall Inn*. Em segundo lugar, poucos estudiosos discorrem sobre mobilizações ocorridas à época já em terras sul-americanas, como veremos a seguir.

Nas obras fílmicas *A revolta de Stonewall*⁹ (2014) e *A morte e a vida de Marsha P. Johnson*¹⁰ (2017), encontramos relatos de pessoas LGBT, principalmente, homossexuais e transgêneros¹¹, que participaram do enfrentamento à hostilização policial no bar Stonewall. Eram LGBTs que frequentavam aquele local e eram atacados e levados à prisão, sob a suspeita de que ali houvessem ligações criminosas com a máfia da região, bem como a acusação de venda ilegal de bebidas alcóolicas (MELO, 2016). A única explicação, porém, mais plausível era a de que, movidos pelos ideais de uma nação “pura”, livre de imoralidade sexual e de práticas abomináveis, as quais eram imputadas às pessoas LGBT, os policiais atacavam e incomodavam aquele local todas as noites. Só a partir da madrugada de 28 de junho de 1969 e de cinco dias de batalha contra a força policial é que a posição social das pessoas LGBT nos EUA começou a mudar: de “bichas fracas” para “bichas empoderadas” (MELO, 2013).

⁹Documentário exibido pelo DCE UNA Contagem e MOOCAH na Faculdade UNA Contagem, no dia 27/06/2014. Produção: Gemini Media HD. Direção: Buddy Squires. Duração: 1h20min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>>. Acesso em: 22/04/2019.

¹⁰Documentário disponível na Netflix. Direção: David France. Duração: 1h40min. Data de lançamento: 06/10/2017.

¹¹De acordo com o *Manual de Comunicação LGBTI+* (2018, p. 30), transgêneros são “pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade [...]. [...], não faz sentido escrever “travestis, transexuais e transgêneros”, ou usar TTT na sigla LGBTI+, uma vez que travestis e transexuais são transgênero por definição. Ou escreva-se travestis e transexuais, ou escreva-se transgêneros, ou, de preferência, pessoas trans”.

No segundo filme (*A morte e a vida de Marsha P. Johnson*), a narração se volta para uma das figuras mais importantes do primeiro ato na Revolta de Stonewall: Marsha P. Johnson. Esta era uma mulher trans negra que esteve na linha de frente na madrugada de 28 de junho de 1969. O filme narra também a vida de mais duas mulheres trans da época, Victoria Cruz e Sylvia Rivera. Essa última era uma grande amiga de Marsha e, juntas, fundaram a *Gay Liberation Front*, em 1969, bem como uma instituição para abrigar pessoas LGBT, a *Street Transvestite Action Revolutionaries* (S.T.A.R). Em 1992, o corpo de Marsha foi encontrado num rio próximo ao bairro onde ela morava, apontando-se o suicídio como causa da morte. O caso foi encerrado pelas investigações policiais e, mesmo após algumas tentativas de esclarecimento anos depois, outras possíveis explicações (transfeminicídio, por exemplo) não puderam ser levadas em frente.

No Brasil, a produção científica disponível considera, na maioria das vezes, a Revolta de Stonewall como o primeiro passo para o estabelecimento e a instituição do sentido de movimento social LGBT em termos técnicos (QUINALHA, 2018). Embora já houvessem, em solo norte-americano, pequenas organizações de pessoas LGBTs que pensassem em um projeto comum na busca da conquista de seus direitos humanos e civis, não podemos afirmar que elas constituíam modos específicos de ações políticas coletivas, datadas historicamente e “com características próprias de repertório, mobilização de recursos e estrutura de oportunidades” (GREEN et al, 2018, p. 11).

Nessa linha de raciocínio sobre movimentos sociais, Melo (2013), com base em Gohn (2008) e Alonso (2009), afirma que há certas perspectivas, no campo dos estudos sociais, que traçam modelos interpretativos das mobilizações coletivas sobre a década de 60 do século passado: o modelo “marxista” e o paradigma norte-americano de “mobilização de recursos”. O primeiro modelo está vinculado a mobilizações em função de privações econômicas e opressão sociopolítica, visando a alteração das condições de existência, ao passo que o segundo tem um fundo utilitarista e pragmático, assemelhando-se aos partidos políticos. Mas essa classificação foi atacada por vários estudiosos, pois não daria conta de explicar os novos movimentos sociais surgidos a partir dos anos 60.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais, afirma o autor, deixando de lado as demandas político-econômicas e privilegiando as questões culturais emergentes, aponta para o desaparecimento do proletariado em função do surgimento de agentes sociais preocupados em mudar visões de mundo, divulgar e defender identidades particulares e alcançar direitos iguais aos previamente privilegiados. Tais agentes são, por exemplo, mulheres, negros, homossexuais

e lésbicas. O foco se distancia da sociedade industrial e se aproxima da sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1989; 1999; 2006 apud MELO, 2013). Dessa maneira, essa Teoria se volta para o estudo de movimentos sociais contemporâneos e é considerada por enfatizar “a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 1997, p. 121 apud MELO, 2013, p. 47). Preocupados em modificar estados de realidade social, tais movimentos sociais se caracterizam por tentar resolver problemas sociais por meio de ações diretas sobre a sociedade civil via persuasão (ALONSO, 2009 apud MELO, 2013).

Na linha histórica que faz vislumbrar indícios da emergência do movimento LGBT no mundo, Melo (2016) observa que, entre o final do século XIX e meados do século XX, já havia na Europa mobilizações socialistas, comunistas, trabalhistas, anarquistas, revolucionárias e reformistas de diversos matizes que iam de encontro às forças do conservadorismo, do patriarcado, do racismo, do imperialismo, do grande capital, das injustiças sociais, etc., lutando pela conquista de direitos civis e políticos. Nesse sentido, foram conquistados certos direitos para as pessoas LGBT, como o direito de assumir uma identidade oposta à heterossexualidade, com a abolição de leis anti-homossexuais na Rússia, no ano de 1917. Porém, com o governo nazista a partir de 1930, homossexuais perderam a recente liberdade até então conquistada, sendo condenados, aprisionados e submetidos ao trabalho nos campos de concentração, a tratamentos de choque, à castração e à morte.

Acerca da segunda fase ou momento efetivo do ativismo LGBT nos EUA, que teve origem a partir dos anos 50 e 60, Melo (2016) diz que as primeiras organizações homófilas surgiram aliadas aos movimentos negro e feminista. Todos tinham o interesse de assumir suas verdadeiras identidades para o enfrentamento da opressão e dos preconceitos. Assim fora possível levar a cabo a Revolta de Stonewall, pois tais organizações já existiam ao lado do clima de politização crescente de libertação sexual, da geração Beat dos anos 1950 e da contracultura *hippie* dos anos 1960. Era o momento de “assumir-se”, de “sair do armário” (*outing*), expressar seus próprios desejos e suas verdadeiras maneiras de ser e sentir a vida. Nessa visão de conjunto, *A Gay Liberation Front*, como dissemos, criada por Marsha Johnson e Sylvia Rivera, e que depois ganhou ramificações na Europa, possuía uma orientação fortemente política e combatia, dentre outras questões, a “classificação do termo ‘homossexualismo’ como doença psíquica, exigindo o fim dos ataques policiais contra LGBT e da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nos ambientes de trabalho etc.” (MELO, 2016, p. 228).

Nesse cenário de construção de políticas LGBT organizadas, há outros estudiosos que apontam, porém, uma outra gênese. É o caso de Trindade (2018), cujo estudo propõe investigar a invenção do ativismo LGBT brasileiro por meio de seus intercâmbios e ressignificações e para o qual essa narrativa hegemônica que se constitui em torno do movimento LGBT estadunidense põe em xeque a dicotomia centro-periferia, o que denuncia e continua a submeter, de forma velada, a população LGBT aos discursos hegemônicos que lhe oprimem cotidianamente. Sendo assim, o autor menciona que, na América Latina, países como Argentina, México, Colômbia e Porto Rico já combatiam o patriarcado, a violência contra as mulheres e a opressão às sexualidades dissidentes, a partir de novembro de 1969, isto é, um pouco depois da Revolta de Stonewall, mas no mesmo ano.

Conta-nos Trindade (2018) que, no ano de 1969, foi criado o primeiro grupo de ativismo LGBT, o *Nuestro Mundo*, na cidade de Buenos Aires, na Argentina, por 14 sindicalistas homossexuais ligados à esquerda. Já em 1971, o grupo ganhou uma nova denominação, *Frente de Liberación Homosexual Argentina* (FLHA), passando a assumir pautas principais de luta como o combate à discriminação dos homossexuais e a conquista de direitos humanos para eles. Assim como foi com os primeiros grupos organizados nos EUA, os da Argentina também se encontravam associados ao movimento feminista, posto que acreditavam estar comprometidos com uma luta muito maior, isto é, os motivos e as pautas de lutas mesclavam tanto a defesa de suas identidades e direitos quanto a necessidade de estabilização econômica, diferentemente do contexto no qual houve a revolta estadunidense. Assim argumenta o autor:

[...] é comum se ouvir dizer no Brasil, e talvez em todo o continente latino americano, que as políticas sexuais urdidas nos EUA serviram de inspiração ou forneceram as bases para o ativismo político LGBT que se constituiria nesses países. Trata-se de uma versão hegemônica, que conserva a velha dicotomia centro-periferia e que reafirma o imperialismo político-ideológico dos países centrais sobre o terceiro mundo. Meu incômodo com isso é que ao se reiterar essa perspectiva hegemônica LGBT acabamos por suprimir nossa própria história, pois, diferentemente dos gays e lésbicas estadunidenses, que viveram aqueles conturbados anos de 1960 e 1970, o Brasil e seus vizinhos latino-americanos se viam imersos em regimes ditatoriais, exploração econômica, elevadas taxas de pobreza, baixos salários, desigualdade social, violência, além da presença sufocante das perspectivas morais cristãs conservadoras que serviam historicamente de suporte ideológico ao sistema colonial. (TRINDADE, 2018, p. 233).

Com base nessas reflexões e pontos de vista do autor, visualizamos que, de modo geral, na formação histórica do movimento LGBT em várias partes do continente americano, as motivações sociais que induziam a discriminação e a violência contra pessoas LGBT advinham

de uma classe social branca, rica, heterossexual e de direita, apoiada em valores cristãos conservadores e na defesa da família tradicional. Do lado oposto, então, encontravam-se tais movimentos sociais revolucionários de esquerda, que lutavam em favor de suas liberdades, dos direitos de suas individualidades, da igualdade social e econômica e em defesa de crenças e valores necessários à sua plena participação social. Mas concordamos parcialmente quanto a esse distanciamento que o autor busca operar acerca da revolta estadunidense, porque no ato de Stonewall também havia motivações LGBTfóbicas baseadas em crenças cristãs conservadoras mediante a disputa travada entre capitalismo e socialismo e a implementação da ditadura militar.

Se, no apogeu do movimento LGBT em Nova Iorque e na Argentina, a repressão contra sujeitos de sexualidades e identidades de gênero dissidentes/não normativas (QUINALHA, 2018) se deu por parte da polícia, aqui, no Brasil, tal fenômeno ocorreu de forma similar: uma ideologia moral e conservadora, apoiada em ideais cristãos, estava na base na conduta policial em confronto aos cidadãos que não se alinhavam ao discurso cissexual¹² e heteronormativo¹³. Isso foi o que dificultou o movimento LGBT adentrar mais cedo no contexto brasileiro. Como demonstra Quinalha (2018), a ditadura brasileira, que se estendeu entre os anos 1964 e 1988, guiada pela tarefa de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, pregava um discurso regulador das identidades, das sexualidades, da vida privada, dos afetos e dos desejos, e combatia tudo aquilo que designasse corrupção, “perversão”, fuga da homogeneidade e dos valores éticos e morais. Era constituída por um governo inimigo das classes populares da periferia (nas quais se incluíam LGBTs), as quais podiam resumir todo o retrato degenerativo da sociedade brasileira e que, por essa razão, precisaria ser “expurgado” da nação:

[...] o cerne da política sexual da ditadura não era exterminar fisicamente estes grupos vulneráveis do mesmo modo como se fez com a subversão política. Antes, o objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, “dessexualizar” o espaço público expulsando estes segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo. A função da

¹²O termo “cissexual” tem a ver com cisgeneridade, termo relativo àquelas “pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans-” [...]. Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer”, de acordo com o *Manual de Comunicação LGBTI+* (2018, p. 27).

¹³Segundo o *Manual de Comunicação LGBTI+* (2018, p. 69), a heteronormatividade “é uma expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBTI+, principalmente os relacionados à formação de família e expressão pública”.

ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades. Sem sombra de dúvidas, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra homossexuais fossem cometidas por agentes públicos, dado a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tal. (QUINALHA, 2018, p. 36).

A título de exemplo, uma ação que reforçava o estigma contra homossexuais naquela época era a exploração caricatural/estereotipada do gay afeminado, vestido com roupas extravagantes, na mídia televisiva, principalmente, em programas de entretenimento na TV e em telenovelas, aparentemente com intenções humorísticas. Além disso, nesse período ditatorial, pessoas LGBTs também podiam ser perseguidas, presas, torturadas e até mortas devido às suas identidades sexuais e de gênero dissidentes. Mas isso começou a mudar quando alguns ativistas começaram a fazer alianças e a estabelecer contatos com outros dos EUA ou de países vizinhos sul-americanos. É, então, devido a essas movimentações e viagens de ideias intercambiadas entre ativistas brasileiros e estrangeiros que passamos a vistoriar o início do movimento LGBT no Brasil, mesmo que a passos lentos e com muita dificuldade em virtude dos ditames repressores do governo ditatorial.

Pereira (2016), com base em Facchini (2005), procura recompor um breve histórico do movimento LGBT brasileiro, apresentando, assim, três “ondas”. A primeira “onda” se situa entre os anos de 1978 e 1983. A segunda “onda”, por sua vez, compreende o interstício de 1984 a 1992. Subsequentemente, a terceira “onda” concerne ao período que vai de 1992 a 2005, chegando também, acrescentemos, até os nossos dias, isto é, ao ano de 2020.

A primeira “onda” do movimento LGBT brasileiro ocorreu durante o período ditatorial (1964-1988) quando se iniciou uma reorganização da sociedade civil e o regime civil-militar resolveu conter o aparato global de repressão, este constituído por uma rede de instituições e organizações sob poder do Estado que atuaram em ações conjuntas rumo à restauração social, econômica, política, moral e sexual (QUINALHA, 2018; MACRAE, 2018). Dessa maneira, chegamos a compreender que, nesse cenário propício de contestação cultural do sistema, houve uma “abertura democrática” para o redimensionamento e a continuidade de lutas sociais, como afirma MacRae (2018). Até então as lutas seguiam uma tradição ortodoxa, isto é, de base esquerdista, mas com valores ainda conservadores. Com base no Quadro 1 (p. 23), percebemos que começou a existir uma divisão no âmbito dessas lutas, compreendendo, assim, uma “luta principal” de esquerda tradicional (luta do proletariado, “luta de classe”) e uma luta de outros grupos específicos, conhecidos como “minorias”. Essa segunda luta exigia a assunção de temas específicos e novas posições contra a ideologia de direita, de tal modo que a “luta principal”

combatia o regime autoritário e o capitalismo, ao passo que uma outra lutava, por exemplo, pela politização da homossexualidade (PEREIRA, 2016).

É dentro desse contexto de rupturas que começa a nascer o movimento LGBT brasileiro, denominado na época como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Movimentações de estudantes, mulheres lésbicas e heterossexuais e homens homossexuais criticavam a noção tradicional de esquerda e defendiam arduamente questões como a liberdade sexual, o uso permissivo de drogas, relações sexuais extraconjugais, condenando tudo aquilo que fosse tedioso e afastasse o sujeito social do seu prazer (MACRAE, 2018). Ao mesmo tempo em que desprezavam a noção de hierarquias sociais e burocráticas, também iam de encontro a certos efeitos do autoritarismo, uma das principais marcas do regime ditatorial. Entendiam que esse fenômeno estava atrelado aos ideais do fascismo, do machismo e do racismo.

Em consonância com Trindade (2018), no ano de 1976, Nestor Perlongher, um dos integrantes da *Frente de Liberación Homosexual Argentina* (FLHA), participou de um evento na Universidade do Rio de Janeiro e conheceu João Silvério Trevisan, este que seria o principal fundador do primeiro grupo homossexual no Brasil. Diz esse autor (2018, p. 235) que “Nestor Perlongher deve ser tomado como um elo fundamental de ligação entre o nascente ativismo LGBT brasileiro com as questões debatidas na América Latina”, visto que, além de sua participação no evento, em 1976, manteve interação direta com os primeiros militantes LGBT brasileiros nos anos seguintes, 1977 e 1978, quando de sua aproximação da Convergência Socialista (grupo de ideologia trotskista) e de seu exílio no Brasil atuando como docente da Universidade de Campinas.

De acordo com Trevisan (2018), a ligação dos militantes homossexuais brasileiros com Nestor Perlongher, ativista argentino, influenciava significativamente o movimento que aqui nascia, de tal sorte que, no ano de 1978, foi criado o *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, na cidade de São Paulo. Sim, as semelhanças existentes entre esse e o grupo argentino não eram à toa. Primeiramente, a similaridade entre eles estava no nome do grupo: “Somos” fora a primeira revista exclusiva para o público homossexual na América Latina, no ano de 1973 (TRINDADE, 2018). Em segundo lugar, diz-nos MacRae (2018), o *Somos* também fundara o primeiro jornal homossexual do Brasil, o *Lampião da Esquina*, contando também com a colaboração de Nestor Perlongher. Dessa maneira, além de homossexuais, o grupo *Somos* incluía também a atuação de mulheres lésbicas. Valem ser ressaltadas algumas particularidades políticas do *Somos*:

[...] os militantes do Somos formavam um grupo bastante *sui generis*, diferente dos frequentadores do gueto [locais de sociabilidade LGBT da época: bares, discotecas, parques, etc.] e de outros militantes políticos. Sua maneira de organização ultralibertária também os diferenciava de outros homossexuais com experiências de militância em grupos de oposição mais tradicionais. Estes estranhavam a “anarquia” das reuniões do Somos, o desrespeito com que eram tratados conceitos considerados quase sagrados pela esquerda tradicional (como a luta de classes, por exemplo) e a total falta de precisão em relação aos objetivos do grupo ou às maneiras pelas quais deveriam ser alcançados. Diferenças desse tipo eram especialmente evidentes entre os membros da Somos e aqueles da Fração Gay da Convergência Socialista, por exemplo. (MACRAE, 2018, p. 58).

Como podemos ver, a existência do grupo *Somos* significava uma reação absolutamente contrária aos ideais conservadores ainda presentes em outros movimentos sociais de ideologia de esquerda, contestando valores hegemônicos e antidemocráticos. Pregavam a dissolução de hierarquias no grupo, a valorização exacerbada das experiências individuais como formas de politização e de defesa de uma identidade coletiva homossexual e lésbica, dentre outros quesitos (MACRAE, 2018). Com base nesses valores afirmados pelo grupo, as formas de ação levavam em conta a destruição de estereótipos cristalizados quer fora, quer dentro da comunidade LGBT da época. Apesar de forjar alianças com outras “minorias”, tais como negros, feministas, índios e representantes do movimento ecológico, o *Somos* atuava em função de pautas específicas em prol da comunidade à qual pertencia.

Afirma Trevisan (2018), um dos fundadores do *Somos*, que o grupo, procurando distanciar-se de qualquer concentração de poder e de lideranças centralizadoras, tinha apreço por objetivos políticos centrados em dois pilares: a absoluta autonomia de sua voz excluída e a solidariedade fundamental para que tal autonomia fosse consolidada. Como dissemos, o grupo, atrelado a pautas de luta do movimento feminista, combatia igualmente as hierarquias das relações de sexo e gênero que estabeleciam ligações com estereótipos sociais. Isso se concretizava, sobretudo, no jornal *Lampião*, no qual, por exemplo, divulgavam novas visões acerca da representação estereotipada do “bofe” (homem homossexual masculinizado) e da “bicha” (homem homossexual efeminado), bem como sobre a separação “ativo/passivo”, “dominador(a)/dominado/(a)”. Atacavam o estereótipo do homossexual obrigatoriamente efeminado e o da lésbica necessariamente masculinizada (MACRAE, 2018). Na visão do grupo, essas categorizações¹⁴ antigas fundavam-se em preconceitos e em relações de dominação

¹⁴O *Manual de comunicação LGBTI+* (2018), publicado pela Aliança Nacional LGBTI+ e Rede Gay Latino, traz a maioria das categorias identitárias catalogadas pelo ativismo LGBT contemporâneo. São apresentados quatro aspectos distintos nos quais se incluem tais categorias: i) **sexo biológico**: macho, fêmea, intersexo/intersexual; ii) **identidade de gênero**: cisgênero, transgênero, agênero, gênero fluido,

socialmente naturalizadas, a exemplo do machismo, característica essa marcante numa sociedade patriarcal. Assim, procuravam combater tais limitações geradoras de exclusões.

Uma das metas do *Somos* vislumbrava propagar a necessidade de relações sexuais/afetivas igualitárias entre os/as seus/suas integrantes. Então, a concepção que tinham desses sujeitos girava em torno de outras nomeações, a saber: homem gay ou homossexual (em vez de “bicha”) e mulher lésbica (em vez de “sapatona/sapatão”). Todavia, conta-nos Macrae (2018) que, nas áreas do gueto, o qual não necessariamente era composto por ativistas, outras categorizações circulavam, como “entendido” e “entendida”, a título de ilustração. Essas não remetiam apenas a homossexuais e lésbicas, mas também àqueles sujeitos que procurassem vivenciar relações igualitárias na comunidade LGBT. É importante ressaltar que, na atualidade, os termos “bicha” e “sapatão” estão ressignificados dentro de alguns segmentos da população LGBT, ou seja, deles são destituídos os sentidos negativos e pejorativos que se lhes impunham inicialmente. Melo (2013) faz um comentário importante sobre isso:

[...] na esfera da “política sexual”, as dinâmicas que envolvem **a criação ou a ressignificação dos sentidos** atribuídos às **antigas categorias identitárias**, têm vínculo direto com as “lutas” estabelecidas. Estas funcionam como importantes elementos na **“categorização” sexual** engendrada pelo movimento político LGBT e, por consequência, definidor de agendas políticas. [...] as identificações engendradas em outros campos são retrabalhadas [recategorizadas], reapropriadas pelos agentes em benefício da luta, pois geralmente se estabelecem como uma resposta à dominação e se apresentam como um contraenquadramento, definindo parte das **metas de mobilização**. (MELO, 2013, p. 22-23, grifos nossos).

Podemos compreender que tal categorização identitária procura construir uma identidade coletiva da comunidade LGBT, embora isso possua certas limitações. Ainda assim, a ressignificação é uma importantíssima ação político-identitária em defesa da população LGBT. Mas as particularidades do *Somos* (categorização identitária, por exemplo), citadas anteriormente, funcionaram até certo tempo, pois, a partir da ocorrência de várias reuniões e, principalmente, da realização do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), um evento nacional, as divergências entre os gays e as lésbicas do grupo começaram a surgir. Um dos motivos oriundos dessa situação era o fato de os homens gays do grupo sempre se

queer; iii) **orientação sexual**: heterossexual, homossexual, lésbica, bissexual, panssexual, assexual; iv) **expressão de gênero**: andrógino, *cross-dresser*, transformista, *drag queen/king*. Tais categorias identitárias não encerram, todavia, toda a diversidade sexual e de gênero existente, mas ilustram didaticamente uma visão específica do movimento LGBT sobre questões identitárias que extrapolam a dimensão da cisheteronormatividade e do heterossexismo, que consideram a cisgeneridade e a heterossexualidade como possibilidades únicas de identidade de gênero e sexualidade humana.

imporem quanto às decisões das ações, bem como a misoginia disfarçada que surgia em forma de piadas por eles (MACRAE, 2018). Isso contradizia firmemente a defesa do grupo pela dissolução de hierarquias ou relações de poder. As relações afetivas desenvolvidas entre os/as integrantes não foram suficientes para diminuir as tensões que se intensificaram na ocasião do evento, levando, então, as militantes lésbicas a deixarem o grupo e formarem um novo inteiramente autônomo, composto apenas por mulheres: *Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF)*.

Embora tenha repercutido negativamente a saída de várias mulheres do *Somos*, em alguns momentos posteriores o grupo realizou conquistas relevantes ao respeito e à cidadania da população LGBT, como, por exemplo, a retirada do código 302,0 utilizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), “que classificava a homossexualidade como um ‘desvio e transtorno mental’ constituindo um dos únicos exemplos de discriminação formal contra a homossexualidade no Brasil” (MACRAE, 2018). Foi uma conquista imensa, podemos dizer. Porém, outro problema ainda necessitava de solução naquele cenário: a despatologização da homossexualidade e a troca da expressão “opção sexual¹⁵” por “orientação sexual” (FACCHINI, 2005 apud PEREIRA, 2016). Segundo este estudioso, a derrocada dessas concepções só foi possível graças à ação efetiva do primeiro grupo homossexual do Nordeste: o *Grupo Gay da Bahia (GGB)*. Surge também nesse momento o grupo *Triângulo Rosa*, no Rio de Janeiro. É a partir daqui que passa a ser desenhada a segunda “onda” do movimento LGBT brasileiro.

O *Grupo Gay da Bahia (GGB)*, sediado em Salvador/BA, conforme Mott (2018), o seu principal fundador, trata-se do mais antigo grupo LGBT brasileiro em funcionamento ininterrupto, do ano de 1980 até os dias atuais. Foi a primeira entidade LGBT a ser reconhecida como utilidade pública e como organização não governamental (ONG). Dentre algumas conquistas identitárias, o GGB contribuiu na assunção do uso do termo “homofobia” no que diz respeito ao preconceito sofrido pelos homossexuais e outros segmentos da população LGBT,

¹⁵ “[...] o termo “opção sexual” evolui para “orientação sexual” na década de 80 no bojo das lutas pela despatologização da homossexualidade perante a Organização Mundial de Saúde. Esse mesmo autor desenvolve uma crítica à essencialização do termo “orientação sexual”, para quem essa seria uma expressão bem comportada frente à ideia de opção sexual em que as liberdades, escolhas e preferências deveriam estar em primeiro lugar. Nessa lógica, o Movimento LGBT tem utilizado o termo “orientação sexual” como forma de legitimar suas identidades ao explicar que não se torna LGBT e sim se nasce LGBT. [...] apostar nessa expressão para combater o preconceito é uma estratégia equivocada, dados os argumentos conservadores que indicam terapias reversivas para “mudar” essa orientação sexual homossexual. O flerte com abordagens científicas conservadoras e naturalizadoras da sexualidade como a medicina e a psicologia seria um perigo.” (SOUSA FILHO, 2009 apud PEREIRA, 2016, p. 121).

bem como o uso do feminino para se referir às pessoas travestis e transexuais, dentre inúmeras outras ações. De acordo com Mott (2018), estes sempre foram os objetivos centrais do GGB:

1. Defender os interesses da comunidade homossexual (LGBT) da Bahia e do Brasil, denunciando todas as expressões de homofobia, lutando contra qualquer forma de preconceito e discriminação contra as minorias sexuais;
2. Divulgar informações corretas sobre a homossexualidade e transexualidade, desconstruindo o complô do silêncio contra o “amor que não ousa dizer o nome”, propondo um discurso alternativo científico e politicamente correto, lutando contra comportamentos, atitudes e práticas que inviabilizam o exercício da cidadania plena da população LGBT;
3. Trabalhar na prevenção do HIV/Aids e apoio aos soropositivos junto à nossa comunidade e outros grupos vulneráveis à epidemia;
4. Conscientizar o maior número de LGBT da necessidade urgente de lutar por nossos plenos direitos de cidadania, fazendo cumprir a Constituição Federal que garante tratamento igualitário a todos os brasileiros. Por defender tais bandeiras o GGB é carinhosamente chamado em Salvador de “Sindicato dos Gays”. (MOTT, 2018, p. 213).

Em seu trabalho, Pereira (2016), citando Facchini (2005), afirma que o segundo momento do movimento LGBT no Brasil se deu entre 1984 e 1992. Essa fase ficou marcada pelo enfrentamento ao vírus HIV/AIDS e à violência contra gays, lésbicas e travestis (GREEN, 2000). O primeiro caso da epidemia de AIDS tinha sido diagnosticado em 1982. Como dito na citação acima, o GGB contribuiu muito no sentido de combater o HIV/AIDS que assolava e levava a várias mortes a população LGBT. A mídia da época denominou tal epidemia de “peste gay”. Circulava de modo geral a ideia de que se tratava de uma doença que assolava apenas a classe LGBT quando, na verdade, pessoas heterossexuais também por ela estavam sendo acometidas. Nessa mesma época, diz Facchini (2003) que outros grupos se destacaram na luta contra a epidemia, tais como o *Outra Coisa* (SP), *Lambda* (SP), *Atobá* (RJ) e o *Dialogay* (SE).

No que diz respeito ao combate à homofobia, o GGB produziu uma série de diagnósticos importantes que traziam dados estatísticos dos assassinatos a pessoas LGBT da época. Entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, o Boletim do GGB divulgou que, no ano de 1998, 1.200 pessoas homossexuais, lésbicas e travestis tinham sido assassinadas (GRUPO GAY DA BAHIA, 1998 apud GREEN, 2000). Além desse, muitos outros boletins foram publicados e continuam sendo até os dias de hoje. Diante disso, os grupos de ativistas, nessa segunda fase do movimento, estabeleciam estratégias de combate à violência e ao assassinato da população LGBT.

Já a respeito da terceira “onda” do movimento LGBT no Brasil, que teve início no ano de 1992, Pereira (2016), com base em Facchini (2005), demonstra que houve um “aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos do Movimento LGBT (setoriais partidários,

grupos informais, grupos religiosos, núcleos universitários, etc.) em todo o país” (PEREIRA, 2016, p. 122). O caráter preventivo do HIV/AIDS torna-se uma das principais questões de pauta do movimento, e aí verdadeiramente percebemos uma troca de favores relevante e necessária entre ativistas e representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Acrescentamos aí, também, a contribuição do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente, nos governos Lula e Dilma, na criação e/ou concessão de “políticas de direitos humanos e cidadania com a implantação de políticas afirmativas e participativas” (PEREIRA, 2016, p. 122).

Nesse novo momento, os grupos se diversificam ao mesmo tempo em que as lutas se multiplicam, denotando interesses ainda mais particulares dentro do movimento LGBT como um todo. Por exemplo, há tanto grupos mistos quanto grupos de ativistas exclusivamente compostos por lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais (PEREIRA, 2016). Observamos que, nessa terceira “onda”, o movimento LGBT assume uma complexidade ainda maior no que diz respeito à segmentação por categorias identitárias, filiações com partidos políticos, especificidade de pautas e distintos enquadramentos (FACCHINI, 2018). Nesse mesmo período começam a surgir grandes redes nacionais em prol de uma maior organização do movimento LGBT brasileiro: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, etc. (PEREIRA, 2016).

Na conjuntura sociopolítica atual, a comunidade LGBT vive um momento de perdas de direitos constitucionais. Green et al (2018) afirmam que ataques de toda sorte são constantemente feitos à liberdade de expressão de sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. Por exemplo, censuras a atividades artísticas, a exposições de livros e feiras e a produções cinematográficas vinculadas à população LGBT estão fundamentadas, na maioria das vezes, por ideologias conservadoras de base religiosa judaico-cristã. Mais ou menos do ano de 2017 para cá, discursos e projetos encaminhados por membros de governos municipais e estaduais, bem como tomadas de ações com vistas a ferir e a aniquilar conquistas do movimento LGBT nos governos de Lula e Dilma (PT), vêm numa imensa avalanche. Destaquemos os ataques proferidos pelo então governo federal às minorias sociais e, principalmente, à população LGBT brasileira. Um exemplo: em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro assinou a Medida Provisória 870, que retira a comunidade LGBT do novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Durante e após as eleições presidenciais de 2018, a gestão do governo federal brasileiro procura instituir projetos consistentes de aniquilamento da democracia no tocante à garantia dos direitos humanos LGBT, tanto por meio de discursos e ações sem fundamento na realidade (dentre eles, o uso do termo “ideologia de gênero”¹⁶ e a polêmica do “kit gay”¹⁷) quanto por via de ação efetiva em seus diversos canais de comunicação: TV, rádio, internet, etc. Por essa razão, desde a realização das campanhas eleitorais desse governo, há a afirmação corrente pelos membros de oposição de que ele tenha sido eleito somente com base na criação estratégica de *Fake News* (notícias falsas) e na (re)legitimação de preconceitos, estereótipos e violências sociais de toda sorte às minorias sociais brasileiras.

São algumas das ações realizadas até aqui por esse governo eleito: i) a retirada da cartilha de saúde para o homem trans pelo Ministério da Saúde; ii) a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) no Ministério da Educação; iii) a exoneração de funcionários comprometidos com a pauta LGBT no Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS e Hepatites Virais. Tais medidas recentes afetam a garantia da cidadania LGBT em relação ao seu acesso aos serviços de saúde, de educação, dentre outros. Mas, ao contrário do que possa parecer, elas afetam também os direitos das pessoas cisgêneras e heterossexuais, prejudicando, por exemplo, o acesso dessas pessoas ao tratamento e prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

¹⁶“É uma falácia inventada e divulgada por setores (ultra)conservadores e fundamentalistas sob o pretexto velado de negar a igualdade de direitos e o respeito às mulheres e às pessoas LGBTI+, alegando que “ideologia de gênero” induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, negando a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBTI+ comprovadas com dados oficiais e estudos científicos [...]. Na verdade, o que há são estudos de gênero que comprovam a inferiorização das mulheres e pessoas LGBTI+, inclusive com altos índices de homicídios” (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. GAY LATINO, 2018, p. 29 apud REIS; EGGERT, 2017).

¹⁷“Em maio de 2004, o governo federal lançou o Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, elaborado em estreita articulação com o movimento social LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e outras forças sociais e políticas. [...] Este Caderno e o *kit* de ferramentas educacionais que o acompanha compõem a base teórica e material com que se pretende dar o passo inicial para a promoção e garantia de uma escola livre de homofobia.” (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2004, p. 8-9). Porém, o livro apresentado ao vivo pelo candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, na entrevista com o *Jornal Nacional*, em 2018, não era o Caderno Escola Sem Homofobia (o qual não tinha sido distribuído nas escolas), mas o livro *Aparelho Sexual e Cia.*, de Bruller (2018), um autor francês. Esse livro em nenhum momento trata de diversidade sexual e de gênero; ao contrário, mostra bem como ocorre o processo da puberdade e as relações íntimas entre pessoas cisgêneras e heterossexuais.

1.2 O movimento LGBT em Sergipe: lutas, avanços e desafios

Nos estudos produzidos por Melo (2013), Costa e Melo (2014) e Menezes (2018), encontramos um panorama detalhado de lutas, avanços e desafios inscritos na constituição e na trajetória do movimento LGBT no estado de Sergipe e em sua capital, Aracaju. Embora algumas datas se choquem em relação a ações político-identitárias e conquistas alcançadas, selecionamos as informações por autor/es, julgando quais referências melhor desenvolvem e descrevem os fatos apresentados em termos de aprofundamento e detalhes.

Com base no panorama traçado na seção 1.1, o movimento LGBT em Sergipe teve origem entre a primeira e a segunda “ondas” no conjunto de outras mobilizações estrangeiras realizadas anteriormente. Em seu trabalho *Avanços, lutas e desafios: trajetórias do movimento LGBT de Sergipe*, Menezes (2018) afirma que, antes mesmo da formação de um primeiro grupo organizado como entidade não governamental, começaram a ocorrer em Aracaju algumas pequenas mobilizações, que culminaram no lançamento do jornal *O Lampião*, o qual remetia ao nome do jornal do *Somos*. A publicação do jornal, assim como a realização de eventos com apresentações de transformismo e debates sobre a promoção dos direitos humanos LGBT, foram mobilizações organizadas por Wellington Gomes de Andrade e Marcelo Déda Chagas (ex-governador de Sergipe, falecido em 02 de dezembro de 2013), à época integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFS.

Em sua tese de doutorado, intitulada *Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)*, Melo (2013) afirma que o primeiro movimento organizado em terras sergipanas foi o *Grupo Dialogay de Sergipe* (GDS), criado no dia 14 de março do ano de 1981, no Centro da cidade de Aracaju. Com base em fontes documentais e entrevistas gravadas, o autor relata que a vinda do presidente e fundador do *Grupo Gay da Bahia* (GGB) a Sergipe foi o que contribuiu para a criação do Dialogay. Dos anos 1980 até os anos 2000, as lideranças que participaram do Dialogay foram compostas predominantemente por homens (MELO, 2013), assim como foi com o *Somos*. Era um grupo de amigos que tinham se conhecido em alguns pontos de sociabilidade LGBT da época, tais como praças, sorveterias, bares, etc. A maior parte dos seus integrantes pertencia à classe média baixa e vinha de origens sociais muito simples (COSTA; MELO, 2014).

O grupo Dialogay tinha como objetivos iniciais, por exemplo, realizar atividades diversas para angariar fundos e ajudar homossexuais que viviam em zonas periféricas da cidade de Aracaju (GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1981 apud MELO, 2013). Diz este pesquisador que algumas principais causas ou pontos de pauta relevantes naquele período para

o Dialogay consistiam em: a) dar visibilidade ao público gay na capital; b) lutar pela liberdade homossexual; c) construir uma identidade política para as pessoas LGBT no movimento. Por meio da arte, da “desmunhecação”, do escândalo e da autoafirmação pública, os/as ativistas desse grupo buscavam construir na sociedade imagens respeitáveis pela via daquilo que era considerado transgressão (MACRAE, 1982 apud MELO, 2013). Assim, buscavam construir novos valores em torno da realidade homossexual, como, por exemplo, a noção de que se constituíam sujeitos “normais” e dignos de plena participação social.

Foi na segunda metade da década de 80 do século XX que a epidemia do HIV/AIDS provocou mudanças nas ações de ativistas LGBT no Brasil e em Sergipe. Isso afetou a integração dos grupos existentes naquele momento, levando ao ponto de se desfazerem, ao passo que outros, comprometidos com a luta contra esse problema de saúde, juntaram ainda mais as mãos em apoio aos LGBTs necessitados. Direta ou indiretamente, a epidemia que se alastrou por toda a década possibilitou gradativamente as formas de ação do movimento com as políticas públicas que foram sendo criadas em articulação com o estado para atender à população. Comenta Melo (2013) que, em 1989, foi criado pelo presidente do Dialogay o Comitê de Apoio às Vítimas da AIDS (Coavita), que intensificou as ações em prol da prevenção por meio de divulgação de cartazes, palestras, distribuição de preservativos, etc. Ao mesmo tempo em que realizavam o combate ao HIV/AIDS, os/as militantes continuavam a conduzir a luta pela afirmação identitária.

Por um lado, apesar de as alianças forjadas entre militantes LGBT e entidades do governo terem sido eficientes no combate à epidemia do HIV/AIDS, por outro, vários membros do governo não aceitavam a importância política do Dialogay. Por isso é que o registro de entidade do Dialogay não pôde ser efetivado quando de seus 10 anos de existência, em 1991. Com o apoio de outros parlamentares vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), somente em 1993 a entidade foi registrada devidamente como um “Comitê de Solidariedade às Vítimas do HIV/AIDS” e, subsequentemente, como “utilidade pública” pela Assembleia Legislativa de Sergipe (MELO, 2013).

Ao comemorar os dez anos de sua existência, o Dialogay realizou a campanha contra a “Violência Anti-Gay” em virtude do grande número de agressões, estupros e assassinatos contra pessoas LGBT no estado sergipano. Os dados eram divulgados pela própria entidade, nos mesmos moldes do GGB. Aí começa a se desenhar efetivamente a luta contra a homofobia e, anos mais tarde, contra a LGBTfobia. Em função dessa luta, a partir dos anos 2000, várias

conquistas foram alcançadas pelo Dialogay e pelas novas entidades que começaram a surgir. Melo (2013) discorre um pouco sobre essas conquistas:

Em Sergipe, alguns eventos apontam a aceitação e o apoio político local às reivindicações em torno do “combate à homofobia”: 1) a criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis [transformado em “departamento” no ano de 2010], em 2003, com atendimento exclusivo a mulheres, crianças, adolescentes e grupos vulneráveis (homossexuais, idosos, negros e indígenas) [...]; 2) a aprovação, em 2007, na Câmara Municipal de Aracaju, de um projeto de lei que institui o dia “17 de maio” como “Dia Municipal de Combate à Homofobia” [...]; 3) a criação, em 2008, numa articulação entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado e a militância local, de um “Centro de Combate à Homofobia”. (MELO, 2013, p. 127).

De acordo com Menezes (2018), outras ações realizadas pelo Dialogay e pelo *Grupo Homossexual do Bugio* (instituído legalmente na zona periférica de Aracaju, em agosto de 2001 por seu primeiro líder, Aterciano Alves) foram festas populares como Garoto Sexy, Gaymes, 1ª Parada da Paz, Fest Gay de Sergipe, Fest LGBT do Bugio, dentre outras, nas décadas de 80 e 90. O primeiro casamento LGBT foi feito em comemoração aos 15 anos de existência do Dialogay, por ocasião do projeto de lei nº 1.151/95 da ex-deputada do PT, Marta Suplicy, em 27 de março de 1996. O fato provocou polêmica no estado e foi criticado por determinados membros do governo municipal de Aracaju. Nessa mesma época, grupos de pesquisa na UFS surgiam voltados para a discussão dessas temáticas. Um deles foi o HAPAPIRUS, criado e liderado por José Marcelo Domingos.

Em 2008, surgiu o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Sexualidade Humana da UFS (SexUs¹⁸). Ainda em funcionamento, o SexUS desenvolve atividades de formação, pesquisa e intervenção na área de sexualidade humana, estando vinculado ao Departamento de Psicologia e ao Mestrado em Psicologia Social da UFS. Suas pesquisas e discussões atuais concentram-se em temas como sexualidade na adolescência, exploração sexual de crianças e adolescentes, estudos LGBTQ e masculinidades. Outros grupos existentes na UFS são o Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC/UFS) e o Xique-Xique – Grupo de Pesquisa Gênero e Sexualidade, os quais promoveram, em outubro de 2018, o I Seminário Internacional Diálogos Interdisciplinares em Saúde, Cultura e Educação e I Encontro Internacional Interdisciplinar de Grupos de Pesquisa. Vale mencionar também a existência do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG), bem como o Grupo de Estudos em Psicanálise e Dissidências Sexuais e de Gênero.

¹⁸Disponível em: <sexusufs.wordpress.com>. Acesso em: 20/02/2020.

Além disso, outras mobilizações em outras instituições federais e municipais têm sido feitas, como é o caso do I Fórum de Diversidade de Gênero, sediado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), em novembro de 2017.

Como vemos, muitas foram as ações político-identitárias e conquistas do grupo Dialogay na capital sergipana. Por razão de algumas irregularidades financeiras, o grupo acabou sendo extinto no ano de 2003. Mas deixou muitos frutos em termos de ativistas sérios/as e comprometidos/as com a questão e as lutas em prol da população LGBT em Aracaju, por exemplo: i) Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Sergipe (ADHONES); ii) Grupo Diversidade de Sergipe; iii) Grupo Homossexual do Bugio; iv) Grupo Axé Kizomba; v) Associação de Travestis Unidas (UNIDAS); vi) Grupo Athena; vii) Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS); viii) Grupo ASTRA; ix) Grupo Greta Garbo; x) Mexam-SE; xi) Associação e Movimento Sergipano de Travestis e Transexuais (AMOSERTRANS); xii) CasAmor LGBT; dentre outros.

De acordo com Costa e Melo (2014), o Dialogay marcou um importantíssimo pioneirismo no estado de Sergipe, de tal sorte que não apenas influenciou na aparição de grupos de ativistas na capital, mas também em grande parte de outros municípios interioranos. São alguns nomes de entidades LGBT espalhadas no estado: i) Associação de Transgêneros de Lagarto (ASTRAL); ii) Associação Sergipana de Transgêneros Estanciana (ASTRAES); iii) Associação Gay Simãodiense (Simão Dias); iv) Grupo Arco Íris (Salgado); v) Grupo Flor De Lis (Lagarto); vi) Grupo Juventude Sempre Alerta (Boquim); vii) Velha Casa GLBT (São Cristóvão); viii) Associação Comunitária Igualdade (Tobias Barreto); ix) Grupo Homo-Cidadã (Itaporanga); x) Grupo Lésbico de Lagarto (Lagarto); xi) a Associação GLBT Flor do Sertão (Poço Verde), etc.

Menezes (2018) também discorre sobre algumas dessas entidades LGBT que surgiram após a dissolução do Dialogay, além de relatar muitas de suas ações realizadas no estado sergipano, suas histórias de vida com o movimento, suas trajetórias de militâncias e resistências, suas principais conquistas e participações significativas no combate à LGBTfobia, à retificação dos nomes civis das pessoas trans e ao respeito à diversidade sexual e de gênero. Em 2001, quando surgiram o Grupo Homossexual do Bugio e a ASTRA, outro grupo foi criado (o APA-PLUS) com o objetivo de integrar a comunidade LGBT da época em algumas festas populares, mas acabou sendo extinto no ano de 2004. Por sua vez, a ADHONES tinha sido fundada no ano de 2003 por Marcelo Lima de Menezes, presidente da instituição até o dia de hoje.

A ASTRA, liderada por Tathiane Aquino de Araújo, e a ADHONES fortaleceram a Parada do Orgulho LGBT, cuja primeira edição ocorrera em 28 de julho de 2001. Encabeçada todos os anos pela ASTRA, a Parada conta com seminários, palestras, oficinas temáticas e a própria festa de rua, compondo o que é chamado de Circuito do Orgulho LGBT. Trata-se da maior manifestação da visibilidade LGBT no estado de Sergipe. Além disso, essas duas instituições LGBT, desde suas respectivas fundações, forjam alianças na organização de outros eventos, na participação em eventos nacionais, na articulação com os órgãos públicos e com parlamentares da capital e do estado na criação de políticas públicas e aprovação de projetos de lei em prol da população LGBT. Em consequência disso, Menezes (2018) menciona alguns projetos de lei e decretos aprovados na capital:

- Lei nº 3.461/2007 – Instituição do Dia Municipal Contra a Homofobia;
- Lei Complementar 076/2008 – União estável entre pessoas do mesmo sexo;
- Lei nº 3.723/2009 – Combate à LGBTfobia;
- Lei nº 3.730/2009 – Instituição da Parada do Orgulho LGBT;
- Lei nº 4.821/2016 – Instituição do Dia de Combate à LGBTfobia;
- Decreto Nº 30.374/2016 - Nome social de transgêneros nos registros municipais.

Essas leis e decretos são exemplos de muitas outras conquistas sócio-jurídicas para a população LGBT desencadeadas pelo ativismo aracajuano nos últimos trinta e oito anos de lutas. Na atualidade, embora vários retrocessos se façam presentes na conjuntura sociopolítica brasileira, as várias entidades LGBT hoje existentes no estado e na capital continuam trilhando seus caminhos na luta pela promoção de direitos humanos da população LGBT, alavancando pautas político-identitárias sempre relevantes, dentre elas: i) combate à LGBTfobia em espaços públicos e privados; ii) qualidade e adequação do atendimento às pessoas trans no equipamento público de saúde; iii) alternativas de mercado de trabalho para travestis e transexuais; iv) ensino de gênero e sexualidade nas escolas. Esses são alguns dos muitos desafios a serem conquistados no atual contexto sociopolítico.

Diante desse panorama, podemos compreender que, no processo sócio-histórico de construção de movimentos sociais organizados pelas pautas LGBTs, alianças diversas são forjadas entre sujeitos das classes populares e estudiosos do âmbito acadêmico. Assim, o movimento LGBT revela-se como um processo sociopolítico coletivo e complexo, um

fenômeno social diverso, composto por distintas intersecções, enquadramentos políticos, redes de relações e repertórios de atuação (cf. FACCHINI, 2018; ZANOLI, 2019).

Há muitas outras questões que poderiam ser ditas aqui, mas, em virtude dos objetivos deste trabalho, cremos ser suficiente essa breve contextualização do nosso objeto de pesquisa. No capítulo 2 a seguir, discorreremos sobre os objetos teóricos assumidos nesta investigação.

2 REFERENCIAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS

Neste capítulo, fazemos um excursão sobre as perspectivas teóricas escolhidas para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Inicialmente, falamos da concepção de texto assumida pela LT contemporânea, situando-a em suas respectivas noções de língua, sujeito e sentido. Em seguida, revisamos alguns dos estudos em referenciação e a sua importância para a análise de textos numa visada argumentativa. Subsequentemente, abordamos a noção de argumentação na perspectiva da Nova Retórica. Num quarto momento, aprofundamos a discussão sobre o *ethos* discursivo e outros expedientes retórico-argumentativos, destacando seu papel para a análise textual e a construção da persuasão. Para finalizar, procuramos estabelecer inter-relações entre atividades referenciais e argumentativas e práticas político-identitárias.

2.1 O texto nas perspectivas sociocognitiva e interacional

Nos anos 60 do século XX, como formas de reação contrária ao paradigma formalista, novas tendências começaram a surgir nos estudos da linguagem, dentre elas, a Linguística Textual, Análise de Discurso, Análise da Conversação, Sociolinguística, Psicolinguística, Etnografia da Comunicação (MARCUSCHI, 2008), cuja preocupação inicial foi e é o estudo da linguagem em uso, ou seja, a inter-relação linguagem e contexto, desprivilegiando abordagens centradas puramente no sistema linguístico e em suas abstrações descontextualizadas. Essas tendências são chamadas por alguns estudiosos de “linguísticas discursivas”¹⁹ (PAVEAU; SARFATI, 2006), cada qual, a seu modo, assumindo perspectivas e objetos teóricos distintos numa visada funcionalista²⁰ da linguagem, privilegiando usos efetivos e ações intersubjetivas.

Em sua obra *Linguística de texto: o que é e como se faz*, Luiz Antônio Marcuschi (1983, p. 27) apresenta uma definição do ponto de vista técnico para a Linguística Textual (doravante, LT): “[...] estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e

¹⁹Na elaboração de uma radiografia de estudos linguísticos do século XX, Marcuschi (2008, p. 40) diz que esse grupo de estudos da natureza discursiva da língua “se dedica ao estudo do discurso em sua visão mais ampla, bem como às condições enunciativas”.

²⁰O funcionalismo, segundo Pezatti (2004), constitui um ponto de vista dentro da Linguística que rejeita o estudo da língua única e exclusivamente pautado no sistema linguístico. Não é uma corrente de investigação homogênea, mas conta com muitas tendências que desconsideram a teoria gerativa e o paradigma formalista. Além disso, de acordo com Marcuschi (2008), a “guinada pragmática”, motivada parcialmente pelos filósofos da linguagem L. Wittgenstein e J. L. Austin, foi o que também possibilitou às tendências dos anos 60 do século XX a necessidade da observação da linguagem em seus usos efetivos. É nessa perspectiva que aqui nos situamos.

controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso”. Acrescentemos a essa formulação a existência de outras modalidades textuais, tais como os textos não verbais, os textos multissemióticos e a hipertextualidade, tendo em vista as propostas e desenvolvimentos teórico-analíticos da LT na atualidade.

Em outra obra posterior, Marcuschi (2008) menciona algumas vertentes da LT cujas posições consideram que: i) a LT é orientada pela investigação do funcionamento da língua em dados autênticos, embora não seja descritivista; ii) a língua deve ser tratada não como produto, mas analisada em seus processos sociocognitivos; iii) a LT não se dedica ao estudo dos subdomínios estáveis do sistema linguístico, tal como procede a linguística tradicional; iv) a LT trata-se de uma linguística da enunciação em oposição a uma linguística do enunciado, pois sua preocupação vai, por exemplo, desde o estudo da concatenação dos enunciados até o aspecto social e o funcionamento discursivo da língua; v) o ponto central da LT são as relações entre teoria e prática e entre o processamento e o uso do texto.

Como objeto central nessa vertente científica, o texto passou por diferentes concepções, indo desde uma perspectiva gramatical a uma abordagem sociocognitivo-interacional. De acordo com Koch (2009) e Bentes (2001), três fases orientaram/orientam o estatuto da LT desde meados dos anos 60 até os dias atuais. A primeira fase, segundo as autoras, compreendeu a análise transfrástica e a proposta de elaboração de gramáticas textuais, ou seja, uma preocupação com o estudo da língua para além dos limites da frase, considerando-se a coesão e a coerência como fenômenos linguísticos intrínsecos ao texto. Por sua vez, em decorrência da “virada pragmática”, a segunda fase teve um redirecionamento dos estudos, voltando-se para fatores de textualidade (dentre eles, a coesão e a coerência), atos de fala, relações dêiticas, etc.

Já a terceira fase da LT, então influenciada pela “virada cognitiva”, é aquela cujo foco de análise se situa nas relações entre texto, cognição e práticas sociais, tomando como questões centrais o processamento textual, produção/compreensão de sentidos, uso de sistemas de conhecimento, estratégias sociocognitivas e interacionais, referenciação, inferenciação, oralidade/escrita, gêneros textuais, e, dos anos 90 para cá, a hipertextualidade e a multimodalidade. Nesse sentido, ainda segundo Koch (2009), cerca de oito concepções de texto²¹ estiveram presentes na trajetória da LT, as quais não foram e não são jamais excludentes, mas que paralelamente seguem propostas distintas (concepções de base gramatical, semiótica, semântica, pragmática, discursiva, comunicativa, cognitiva e sociocognitivo-interacional).

²¹Não trazemos uma explanação detalhada dessas concepções tendo em vista não ser o foco deste trabalho. Ao/à leitor/a interessado/a, ver Koch (2009).

Em consonância com Marcuschi (2008), a perspectiva sociocognitivo-interacional é a que vem predominando nos estudos em LT dos anos 80 para cá. *Grosso modo*, tal perspectiva compreende o texto como “atividade sociointerativa situada” e seus aspectos cognitivos, históricos e discursivos. Em outros termos, Marcuschi (2008, p. 76) afirma que, não sendo uma unidade formal da língua como, por exemplo, o morfema, o sintagma e a frase, o texto é “uma ‘unidade comunicativa’ (um evento)” e “uma ‘unidade de sentido’ realizada tanto no nível do uso como no nível do sistema”. Koch (2009), com base em Beaugrande (1997), também acredita que, nessa concepção, o texto é o lugar da interação social, no qual convergem “ações linguísticas, cognitivas e sociais” e no qual os sujeitos se constroem ao (re)construírem sentido(s) sobre a língua e o mundo.

Nas perspectivas sociocognitiva e interacional da linguagem aqui assumidas, a noção de língua é “um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas”, e o sujeito é “aquele que ocupa um lugar no discurso e que se determina na relação com o outro” (MARCUSCHI, 2008, p. 70). Nesse sentido, nem a língua nem o sujeito tornam excludentes certos parâmetros de investigação, como é o caso dos paradigmas formalista e funcionalista em sentido amplo. Isso significa dizer que a análise textual deve situar a relação entre as formas da língua e seus usos e funções, e o sujeito social não pode ser encarado nem como “assujeitado nem totalmente individual e consciente, mas produto de uma clivagem da relação entre linguagem e história” (MARCUSCHI, 2008, p. 70).

As noções de língua e de sujeito sempre possibilitaram à LT a elaboração de uma definição, ainda que provisória e difícil, de coerência textual, questão essa que preocupa muitos estudiosos no tocante à produção de linguagem em contextos diversos, pois os sujeitos são distintos e possuem as suas particularidades. Segundo Koch (2009), a coerência deixou de ser concebida como mera propriedade do texto com a terceira fase e a assunção de uma oitava concepção: texto como lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentido. Koch e Travaglia (1993 [1990]), em *A coerência textual*, concebem a questão do sentido como resultante da interação entre os sujeitos sociais numa dada situação comunicativa. Dessa maneira, para eles, a continuidade de sentidos no texto se realiza por meio de processos cognitivos e fatores socioculturais e interpessoais.

Mesmo atrelados a uma noção de texto estritamente linguística (isto é, processo verbal), Koch e Travaglia (1993 [1990]) apartam-se daquela noção de coerência como propriedade inerente ao texto e defendem que vários fatores estão à disposição dos interlocutores na (re)construção de sentido(s). Considerando os objetivos deste trabalho, convém definirmos

alguns deles. Primeiramente, o conhecimento de mundo diz respeito aos modelos cognitivos globais que se acham estocados na memória dos sujeitos sociais (*frames*, esquemas, planos, *scripts*, superestruturas). O conhecimento partilhado, por sua vez, compreende as experiências individuais e coletivas adquiridas pelos sujeitos e demarca os níveis de explicitude e implicitude que eles podem considerar na interação. Já a situacionalidade diz respeito às duas facetas da interação: o contexto imediato e o contexto sócio-político-cultural. Por fim, afirmam os autores, a intencionalidade diz respeito à atitude linguístico-discursiva e aos mecanismos diversos usados pelos sujeitos na interação para influenciarem uns aos outros segundo suas intenções.

Os fatores de textualidade aqui elencados se relacionam de alguma maneira à construção do *ethos* e à apelação ao *pathos*, noções essas a serem abordadas na seção 2.4. Alguns deles correspondem, pois, aos sete critérios de textualidade definidos por Beaugrande e Dressler (1981): coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Segundo a argumentação de Marcuschi (2008), tais padrões não devem ser considerados como regras de boa formação textual como tinham sido até então, mas como condições de uso e processamento do texto. Eles se fazem presentes nas práticas sociais.

Já em Koch (2011, p. 30), mediante a concepção de texto assumida nas perspectivas sociocognitiva e interacional, a coerência é definida a partir do postulado basilar de que “o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação”. Mais adiante, a autora vai dizer que a coerência “é resultado de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional” (KOCH, 2011, p. 52). Na ocasião da interação verbal (e/ou não verbal, multimodal, hipertextual, acrescentemos), segundo ela, os sujeitos sociais mobilizam diversos tipos de conhecimento²² (linguístico, enciclopédico ou de mundo, sociointeracional, etc.) e estratégias textuais (de organização da informação, de formulação, de referenciação, de balanceamento entre “explícito” e “implícito”), cognitivas (proposicionais, de coerência local, macroestratégias, esquemáticas, estilísticas, retóricas, não verbais, conversacionais) e sociointeracionais (preservação das faces, de polidez, de negociação, de atribuição de causas aos mal-entendidos, etc.).

Os sistemas de conhecimento e as diversas estratégias acima listadas são acessadas e mobilizadas pelos sujeitos sociais na interação via texto. A rigor, o conhecimento linguístico diz respeito aos elementos do sistema da língua que se organizam na superfície textual

²²Não sendo aqui nossa intenção o detalhamento desses tipos de conhecimento e estratégias, remetemos o/a leitor/a à Koch (2011).

(cotexto/explicitude). Por seu turno, os demais conhecimentos aqui mencionados são considerados extralinguísticos, isto é, tudo o que está para além do cotexto (contexto/implicitude²³). Todos os fatores, estratégias e tipos de conhecimento apresentados pelos autores podem ser encapsulados sob o rótulo de “contexto sociocognitivo” (KOCH; ELIAS, 2008), pois é ele que fornece condições para as atividades de produção e compreensão de sentidos na língua e orienta o estudioso do texto em sua prática analítica. Em conformidade com Koch e Elias (2011),

[...] em uma situação de interação, quando levamos em conta os interlocutores, os conhecimentos considerados como compartilhados, o propósito da comunicação, o lugar e o tempo em que nos encontramos, os papéis socialmente assumidos e os aspectos histórico-culturais, estamos atuando com base **no contexto e em seus elementos constitutivos**. (KOCH; ELIAS, 2011, p. 76, grifos nossos).

Na verdade, as práticas sociais realizadas por meio de textos têm como pano de fundo o contexto sociocognitivo. As autoras ainda afirmam que, com essa perspectiva nos estudos textuais, ganha destaque, primeiramente, o contexto imediato (situação sociocomunicativa) e, posteriormente, o contexto mediato (entorno sócio-histórico-cultural). Tal bifurcação, a nosso ver, não deve privilegiar um caminho, mas considerá-los de forma equivalente, visto que assumimos o pressuposto de uma atividade interacional como prática social²⁴ não apenas localmente emergente e situada, mas contextualmente incorporada (HANKS, 2008). Quer no ato de produção textual, quer no ato de compreensão, os sujeitos sociais agem de forma sistematizada e orientada por propósitos comunicativos, conhecimentos prévios e imposições/restrições socioculturais (BENTES; REZENDE, 2017). No processo de produção textual, por exemplo, segundo Koch e Elias (2011), o sujeito leva em consideração um objetivo comunicativo, um quadro espaço-temporal e recorre a várias estratégias linguísticas, pragmáticas, cognitivas, discursivas e interacionais para elaborar seu projeto de dizer, tendo em vista um ouvinte/leitor específico ou universal/idealizado.

Sendo a língua uma forma de ação no mundo (MARCUSCHI, 2008) e o sujeito aquele que dispõe de atributos conscientes e inconscientes nas práticas sociais (CAVALCANTE,

²³A separação entre cotexto e contexto é meramente didática, posto que, em termos práticos, o texto se constrói pela conjunção de ambos.

²⁴Como veremos na seção 2.5 e no Capítulo 4, as práticas sociais de ativistas LGBT, isto é, sujeitos marginalizados e atuantes na vida política, realizam-se por meio de textos, tendo por base fatores situacionais/circunstanciais e sócio-político-culturais ao mesmo tempo.

2016), o texto pode ser percebido como um evento sociocomunicativo complexo e dinâmico que se constrói por mecanismos linguísticos (ou não), cognitivos, sociais, interacionais, culturais, históricos e discursivos. Para a LT contemporânea, interessa uma análise que valorize tanto aspectos formais quanto funcionais e discursivos. Dito de outro modo, nas análises textuais devem ser abordados fenômenos da língua que só se efetivam e significam na relação do sujeito com o mundo, com a realidade social. Isso significa que nenhuma análise em LT deve ser feita sem considerar o par cotexto-contexto. Nessa direção, Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 58) defendem que “o texto emerge de um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção de sentidos”.

Na seção a seguir, tratamos do fenômeno da referenciação e de seus processos, a fim de apresentá-los como relevantes nesta investigação e associá-los à questão da argumentação.

2.2 Referenciação e processos referenciais na construção argumentativa

Na esteira das reflexões sobre a natureza da linguagem, diversos estudiosos sempre se preocuparam com a busca pela explicação da relação entre linguagem e mundo. A Filosofia da Linguagem se encarregou de direcionar a questão sob dois paradigmas: essencialismo e relativismo. De acordo com Martins (2011, p. 469), no paradigma essencialista, as línguas humanas são instrumentos prontos para “falar objetivamente sobre as coisas, como *sistemas de descrição* ou *representação* de uma ordem externa universal”. Já no paradigma relativista, todavia, a linguagem opera como “práxis circunstanciada pela cultura, pela história, pelas idiossincrasias de cada ocasião do contato verbal”, desempenhando “um papel não meramente descritivo, mas antes *constitutivo* nos assuntos humanos” (MARTINS, 2011, p. 469).

Com efeito, os dois paradigmas filosóficos possuem uma vinculação com determinadas concepções de linguagem, língua e sujeito no campo da Linguística, a saber:

- i) linguagem como representação do mundo (sujeito e língua pré-determinados por um sistema lógico e interno que lhes antecede) – metáfora do espelho e do reflexo;
- ii) linguagem como atividade de (re)construção do mundo (sujeito e língua são construtores sociais ligados a uma instabilidade própria de sistemas sociocognitivos).

Para tratar dos pressupostos básicos do fenômeno da referenciação, Cavalcante (2015) relaciona os dois paradigmas às duas perspectivas existentes sobre a questão referencial. Na

primeira perspectiva, a linguagem e o mundo possuem uma relação direta e transparente. Em contraposição, na segunda tendência, a relação direta entre linguagem e mundo não existe, de tal modo que há como pressuposta uma opacidade constitutiva da língua mediante a realidade. A primeira tendência, de base essencialista, foi abraçada pela LT em seus primeiros anos de investigação sobre o fenômeno textual, ao passo que a partir dos anos 80 passou a vigorar na área o foco da segunda tendência, de base relativista e cunho funcionalista.

Na concepção de linguagem como representação do mundo, a referência feita pela língua ao mundo se dá de forma designativa. Os referentes utilizados na comunicação são uma contraparte oferecida pela língua diante da necessidade de descrever e explicar o mundo. Tudo o que é comunicado cumpre a função de etiquetar o mundo de forma única e simplificadora. As expressões linguísticas referem fielmente a realidade observada pelos indivíduos que dela participam. Sobre essa concepção, Koch e Cunha-Lima (2005) dizem o seguinte:

Numa perspectiva clássica, as palavras co-variam com o mundo de uma maneira ótima (ou seja, otimamente adaptada). Os conceitos funcionam como peças de um jogo de armar com as quais é possível montar todas as idéias e teorias sobre o mundo. Esses conceitos e idéias são expressáveis por meio da língua: a língua aqui é o meio de transmitir o conteúdo de uma mente a outra. É claro que, se esta mente estiver bem sintonizada com o mundo, a língua é uma maneira de expressar convenientemente esta realidade. Dito de outra maneira, as palavras, para a perspectiva clássica, são etiquetas para os conceitos e os conceitos são representações: se forem de boa qualidade, a palavra que a elas se refere é um bom ponto de apoio para ter acesso à realidade, ao *representandum*. A dificuldade fica, então, entre a percepção e os conceitos; as palavras escolhidas para designar, desde que estejam em uso literal, são puras e confiáveis (KOCH; CUNHA-LIMA, 2005, p. 294-5, grifo das autoras).

Nessa definição da referência, a língua é externa ao sujeito e, assim, a maneira com que ele refere o mundo não passa de um produto, um repertório pronto para ser usado discretamente. A língua é tida como instrumento e consiste numa cristalização pré-fabricada a que o sujeito não pode oferecer qualquer mudança ou desestabilização. Em contrapartida, a perspectiva da referenciação compreende a língua como algo estável e/ou instável (CAPISTRANO JÚNIOR, 2017) e que o modo como o sujeito atua sobre a realidade não deixa de ser um ato que a sua percepção cognitiva e cultural permite realizar (BLIKSTEIN, 1995). A respeito do fenômeno da referenciação, argumenta Marcuschi (2007b, p. 64-65, grifos do autor):

A maneira como nós dizemos as coisas aos outros é decorrência de nossa atuação linguística *sobre* o mundo com a língua, de nossa inserção sócio-cognitiva no mundo e de componentes culturais e conhecimentos diversos. A *experiência* não é um dado, *mas* uma construção cognitiva, assim como a

percepção não se dá diretamente com os sentidos, mas é a organização de sensações primárias. O mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva e não de uma identificação de realidades discretas apreendidas diretamente. O mundo é um contínuo de sensações e a realidade empírica não tem um contorno imediatamente apreensível.

Na perspectiva da referenciação, a língua é então vista como atividade e o texto como evento (MARCUSCHI, 2008). Os objetos ou entidades do mundo não são discretamente apreensíveis pela nossa capacidade perceptual e motora, mas, sim, representados em nossa mente de modo instável, visto que são continuamente manipuláveis a depender dos diferentes pontos de vista e/ou contextos levados a cabo na interação dos sujeitos sociais. Desse modo, qualquer ato de linguagem, efetuado por sujeitos sociais, interativamente, requer a assunção não de objetos de mundo, mas de *objetos de discurso* (MONDADA; DUBOIS, 2003). Tal tendência investigativa é seguida por Lorenza Mondada e muitos outros estudiosos da LT que, evidentemente, são adeptos das perspectivas sociocognitiva e interacional da linguagem. Nas palavras de Mondada (1994, p. 17 apud MARCUSCHI, 2008, p. 140), na medida em que se considera o objeto de discurso em detrimento do objeto de mundo,

[...] interessa ter em conta a imbricação das práticas cognitivas e sociais nas operações de referenciação, onde a referência é construída pela atividade enunciativa e orientada em primeiro lugar para a dimensão intersubjetiva no seio da qual ela é negociada, instaurada, modificada, ratificada.

Dentro dessa visada, a questão da referenciação opera, sobretudo, com a instabilidade, a inserção dos sujeitos sociais no trabalho com a língua e a não correspondência entre as palavras e as coisas (CAPISTRANO JÚNIOR, 2017). Aqui, não se pode afirmar que haja uma ligação direta entre língua e realidade social, pois, como defendem Bentes e Rezende (2008, p. 35), “o contexto não é dado ‘a priori’, mas construído segundo as negociações efetuadas pelos sujeitos durante sua própria atividade comunicativa”. As práticas sociais realizadas por sujeitos sócio-históricos possibilitam uma estabilização/desestabilização constante da realidade observada graças às suas necessidades comunicativas e humanas e às possibilidades discursivas situadas no contexto no qual eles estão inseridos. A atividade de referenciação é eminentemente discursiva, propensa a (re)contextualizações em diversos níveis.

O estudo de Mondada e Dubois (2003) é um dos trabalhos seminais da teoria da referenciação. Para as autoras, o termo *referenciação* se reporta ao estudo de atividades humanas, cognitivas e linguísticas que atribuem sentido ao mundo por meio de práticas intersubjetivas, contradições de pontos de vista, maleabilidade contextual e múltiplas versões

da realidade. Consoante esse fundamento, as categorias e objetos de discurso são assinalados por “uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17). Nesse sentido, os objetos de discurso (referentes) sofrem modificações tanto por variações contextuais quanto pelas constantes reavaliações negociadas e efetuadas pelos sujeitos nas práticas textuais e sociais.

Seguindo a perspectiva de Blikstein (1995) e de Mondada e Dubois (2003), a linguista Koch (2009, p. xx) afirma que “as categorias utilizadas para descrever o mundo alteram-se tanto sincrônica quanto diacronicamente: quer nos usos ordinários, quer nos discursos científicos, elas são plurais e mutáveis, antes de serem fixadas normativa ou historicamente”. Dessa maneira, ela aponta as distinções existentes entre “referir”, “remeter” e “retomar”:

Referir é, portanto, uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação especular língua-mundo; *remeter* é uma atividade indexical na cotextualidade; *retomar* é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou não. Ressalte-se, mais uma vez, que a continuidade referencial não implica referentes sempre estáveis nem identidade entre eles. (KOCH, 2009, p. 59-60, grifos da autora).

Como vemos, os três termos significam atividades distintas realizadas na língua pelos sujeitos no uso/fabricação de objetos de discurso, sendo o primeiro mais propenso à instabilidade referencial entre língua e realidade e os dois últimos relativos à dinâmica/processamento cotextual. Cavalcante (2012b), adepta do postulado de Mondada e Dubois (2003) e de Koch (2009), apresenta três características básicas do fenômeno: i) a referenciação é uma elaboração da realidade; ii) a referenciação é uma negociação entre interlocutores; iii) a referenciação é um trabalho sociocognitivo. Assim, a autora elabora uma definição geral para o fenômeno:

O processo de referenciação pode ser entendido como o conjunto de operações dinâmicas, **sociocognitivamente motivadas**, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de **elaborar as experiências vividas e percebidas**, a partir **da construção compartilhada** dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s). (CAVALCANTE, 2012b, p. 113, grifos da autora).

A autora, mais adiante, aponta a existência de três grandes processos referenciais: introdução (responsável pela apresentação de referentes novos no texto), anáfora (responsável pela continuidade referencial do texto) e dêixis (responsável por demarcar as coordenadas pessoais, locais, espaciais, temporais, sociais, discursivas, etc. dos referentes no texto). Koch

(2009), por seu turno, fala da existência de dois processos como a introdução referencial (não ancorada/pura e ancorada/anáfora indireta) e reconstrução/manutenção referencial (o que corresponde à progressão referencial e às recategorizações/transformações dos referentes). Também ela menciona algumas funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais: organização macroestrutural, categorização metaenunciativa, orientação argumentativa, etc.

Com base nos trabalhos de Koch (2009), Cavalcante (2003, 2012b) e Custódio Filho (2012), esquematizamos abaixo os principais processos de referenciação:

QUADRO 2 – Processos referenciais

INTRODUÇÃO REFERENCIAL	ANÁFORAS/ RECATEGORIZAÇÃO	DÊIXIS
<ul style="list-style-type: none"> • Não ancorada/pura • Ancorada/anáfora indireta 	<ul style="list-style-type: none"> • Anáfora direta/correferencial total • Anáfora correferencial co-significativa • Anáfora correferencial recategorizadora • Anáfora parcial co-significativa • Anáfora encapsuladora <ul style="list-style-type: none"> a) prospectiva b) retrospectiva • Anáfora encapsuladora com dêitico • Anáfora por nomeação • Anáfora por silepse • Anáfora indireta • Anáfora associativa • Anáfora intertextual • Recategorização sem menção explícita • Rótulo 	<ul style="list-style-type: none"> • Dêitico pessoal • Dêitico espacial • Dêitico temporal • Dêitico textual • Dêitico discursivo • Dêitico social • Dêitico de memória

Fonte: elaboração própria

Para evitarmos generalizações, convém afirmar que o quadro acima não encerra a tipologia de processos referenciais existentes em funcionamento nas atividades textuais nem no arcabouço teórico já delineado por estudiosos em LT, no Brasil. A divisão em três processos é meramente didática, ressaltando-se que, muitas vezes, por exemplo, há casos de anafórico-dêiticos (CAVALCANTE, 2012a) em determinadas configurações textuais. O fato, porém, de afirmarmos que a atividade referencial é inerente ao funcionamento textual não significa que em todo e qualquer texto se farão presentes, necessariamente, todos os processos listados, ou que haja, sempre, uma progressão/continuidade referencial. Há textos, por exemplo, em que

determinadas introduções de objetos de discurso aparecem apenas uma vez e jamais retornam ao cotexto em forma de anáforas. Noutros, todavia, a progressão referencial funciona com uma grande variedade de expressões anafóricas e dêiticas, pondo em funcionamento uma série de estratégias textuais/discursivas, as quais são relevantes para o projeto de dizer de quem interage. São imprevisibilidades e dinâmicas próprias do fenômeno da referenciação que tanto podem indicar os efeitos de sentido pretendidos pelos interlocutores quanto podem auxiliar o analista do texto em seus propósitos de pesquisa.

Prosseguindo em nossa reflexão, podemos dizer, com base na discussão feita até agora, que o fenômeno da referenciação se assenta no paradigma relativista da Filosofia da Linguagem e na abordagem funcionalista desenvolvida dentro da Linguística. Em vistas disso, os processos referenciais ganham reformulações e são alvos de várias pesquisas ao longo da trajetória da LT, apartando-se de metodologias de análise restritas ao paradigma essencialista/representacionista de linguagem. Com efeito, muitas podem ser as possibilidades de trabalho com os processos de referenciação. Assim, com o intento de situar uma parte das pesquisas realizadas nesse âmbito, Custódio Filho (2012) aponta a existência de duas tendências:

- i) Primeira tendência – estudos que partem do paradigma sociocognitivista para a análise da construção referencial, cuja questão central é a seguinte: “de que maneira os usos referenciais (= expressões referenciais) elucidam/confirmam os postulados assumidos pela referenciação?” (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 839);
- ii) Segunda tendência – estudos que partem do cotexto/construção referencial para chegar a explicações sobre o paradigma sociocognitivista que o/a orienta, cujo ponto fulcral é o seguinte: “de que maneira os vários elementos que participam da configuração textual (materialidade verbal e não verbal, aparato cognitivo, aspectos sócio-históricos e circunstanciais) são acionados para a construção de referentes?” (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 841).

As duas tendências, conforme aponta o autor, embora apresentem propostas analíticas distintas, não são jamais excludentes, visto que assumem os mesmos pressupostos. A primeira tendência, como vemos, abarca os estudos seminais da referenciação e corresponde àqueles que se destinam a refletir sobre a natureza sociocognitivo-discursiva do fenômeno a partir da descrição de expressões referenciais acionadas nos textos. Dentro desse grupo, as investigações partem da materialidade textual para refletir, por exemplo, sobre mecanismos e estratégias

como a progressão textual, o caráter argumentativo das expressões referenciais, a anáfora direta, a anáfora indireta, a anáfora recategorizadora, o encapsulamento anafórico, a dêixis, etc.

Na segunda tendência, por sua vez, tem-se como proposta a ideia de que a construção dos referentes no texto “possa se estabelecer por estruturas e mecanismos não diretamente relacionados à menção referencial” (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 841). Dentro dessa outra vertente, partem-se dos usos linguísticos realizados pelos sujeitos sociais para enveredar na análise da atividade referencial que se processa por meio da integração de diferentes fatores, mediante a concepção de texto como objeto multifacetado e a interação como prática social. Na última década, cita o autor, diversas pesquisas foram realizadas nessa segunda tendência, dentre elas, as de Mondada (2005), Costa (2007), Leite (2007a, 2007b) e Custódio Filho (2009, 2011), as quais trataram da contribuição de fatores multimodais para a construção referencial, a constatação de anáforas intertextuais por meio da retomada de objetos de discurso presentes em outros cotextos, a recategorização referencial como resultante não da ligação direta entre expressões referenciais, mas, sim, da conjunção de várias porções cotextuais.

No *Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia* (LETTEC/UFS), desde o ano de 2008, diversos estudos sobre o fenômeno da referenciação têm sido realizados. Para citar apenas alguns, o trabalho de Lima (2008) investigou a construção da memória discursiva sobre Lampião por meio de processos referenciais e cadeias coesivas referenciais que cristalizavam/reiteravam/reconstruíam de forma híbrida a imagem daquele cangaceiro no sertão sergipano. Além desse, vale mencionar outros trabalhos desenvolvidos sobre os processos de anáfora indireta na produção textual de estudantes (PORTO, 2013), o encapsulamento anafórico em editoriais de jornais (MORAIS, 2016), implicações no estudo do dêitico de memória (SANTOS, 2014), a recategorização sem menção anafórica e a construção da persuasão no discurso político (SANTANA, 2015), a recategorização metafórica em fatos de petição inicial (ROCHA, 2016), a construção referencial e multimodal nos memes (CASTRO, 2017), dentre outros.

Na grande maioria desses trabalhos, sempre houve uma preocupação com o caráter argumentativo da atividade referencial, quer em sentido amplo, quer em sentido estrito. No estudo de Santana (2015, p. 11), por exemplo, defende-se que, num contexto situacional, sociocultural e partilhado, o sujeito contribui para reelaborar, recategorizar a realidade “à medida que são escolhidos referentes e estratégias para convencer/persuadir seus pares por intermédio de um projeto intencional”. Isso revela que a atividade de referenciação está atrelada significativamente ao processo argumentativo imbuído nas práticas sociais dos sujeitos da

língua. Assim sendo, Morais (2016) compreende uma inter-relação fundamental entre processos referenciais e o projeto de dizer persuasivo do sujeito, visto que, com base em várias porções cotextuais, as anáforas encapsuladoras permitem resumir estágios de argumentos para a construção de sentidos do texto.

Tais diálogos teóricos e posturas investigativas não são novidades em LT. Graças à contribuição da Teoria da Argumentação na Língua (ATL), de Anscombe e Ducrot (1988 [1983]), a questão da argumentatividade foi trazida para os estudos linguísticos e, também, para os de LT. Esses autores acreditam que a argumentação está inscrita na língua, e essa, portanto, oferece-lhe condições e restrições. Nesse sentido, os sujeitos sociais utilizam a língua com a necessidade de sempre influenciar uns aos outros em interação, pois as escolhas lexicais não se limitam a informar, mas a demarcar uma direção argumentativa dos enunciados (CABRAL, 2017). Trata-se de uma argumentação linguística (argumentatividade), cujo objetivo é analisar o modo como os sujeitos utilizam a língua na elaboração do enunciado para produzir efeitos de sentido sobre seus interlocutores.

Em seu trabalho *Linguística textual e argumentação*, Pinto (2017) afirma que a ATL, porém, trouxe algumas limitações para a análise de textos, posto que a proposta inicial focalizasse o estudo do enunciado. Comenta a autora que somente com os trabalhos de Van Dijk (1983), com as estruturas textuais globais, e de Adam (1990, 1999), com o estudo das sequências prototípicas no âmbito da Análise Textual dos Discursos (ATD), é que os estudos da argumentação foram inseridos, efetivamente, no universo linguístico-textual (PINTO, 2017). Interessante notar, nesse sentido, que Van Dijk se fundamentou em outras abordagens da argumentação para o desenvolvimento de suas ideias, tais como a argumentação epistêmica, de Toulmin (2001 [1958]), e a Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (1996).

Koch (2006), em seu *Argumentação e linguagem*, procurou adaptar os expedientes da ATL a alguns parâmetros de análise da LT. A partir de pressupostos gerais assumidos tanto pela LT quanto pela ATL acerca de questões como intencionalidade, interação, organização textual e as várias estratégias de construção do texto e dos sentidos, é oportuno pensarmos numa construção argumentativa inerente a todos os textos produzidos pelos sujeitos sociais, tendo em vista seus propósitos comunicativos e as relações intersubjetivas presentes em cada situação enunciativa. Tal noção possibilita aos estudiosos do texto investigarem os usos linguísticos numa grande variedade de situações e contextos a partir de múltiplos pontos de intersecção que podem ser estabelecidos entre as questões textuais e os parâmetros das teorias argumentativas.

Hoje, muito do que se faz nos estudos em referência é em articulação com algumas abordagens da argumentação, a exemplo da Nova Retórica (PERELMAN; TYTECA, 1996). A articulação, lembremos, pode ser observada de duas maneiras: sentido amplo e sentido estrito. Quando pensamos, por exemplo, que certas avaliações e/ou juízos de valor influenciam a escolha lexical dos referentes (KOCH, 2012) num texto, estamos falando de argumentação em sentido amplo, pois aí é o ponto de vista que realiza uma orientação argumentativa, sem significar categorias específicas da análise argumentativa. Porém, quando há presença de expedientes argumentativos específicos em um texto, a exemplo das sequências prototípicas, no caso da ATD, e do *ethos*, do *logos* e do *pathos*, no caso da Nova Retórica, aí estamos tratando de argumentação em sentido estrito.

Por esse prisma, é notório afirmar que a orientação/construção argumentativa, uma das estratégias textuais/discursivas dos processos referenciais, *grosso modo*, passa aqui a ser concebida do ponto de vista de uma teoria argumentativa específica. Muito mais do que investir no estudo de uma sequência prototípica argumentativa, como a que foi formulada por Adam, pretendemos vincular os processos referenciais a um potencial argumentativo específico, a fim de situarmos o engajamento persuasivo de interação e textualização de sujeitos sociopolíticos. Antes, porém, de estabelecermos relações mais fecundas entre os estudos da referência e os estudos da argumentação, falamos um pouco da perspectiva retórica que elegemos para a nossa investigação, na seção a seguir.

2.3 Argumentação na perspectiva da Nova Retórica

A língua serve apenas para informar, para comunicar? Os textos apenas veiculam pontos de vista aleatórios sobre o mundo, sobre a vida? Se sim, os sujeitos sociais estariam limitados a reproduzir fórmulas engessadas de um sistema interno da língua ou elaborar textos de forma homogênea em quaisquer contextos. Dessa maneira, podemos nos perguntar se comunicar coisas prontas uns aos outros, na vida em sociedade, consegue resolver problemas cotidianos de diversas ordens. Se isso funciona, então, que importância teriam os pontos de vista controversos, as visões de mundo divergentes e as necessidades de comunicação, interação e de sobrevivência entre sujeitos sociais?

Questões como essas estão implicadas nos ambientes e grupos sociais mais diversos, quer democráticos, quer absolutamente autoritários. Elas refletem dois aspectos distintos na área do conhecimento científico, os quais foram abordados por Aristóteles: a demonstração analítica e a argumentação dialética e retórica. Em seu *Organon*, Aristóteles já dizia que a

demonstração analítica lida com proposições evidentes que visam a conclusões verdadeiras num discurso. Em oposição a ela, a argumentação dialética e retórica parte de enunciados prováveis que valorizam a verossimilhança, isto é, a assunção de ideias preferíveis e aceitáveis diante da discussão ou do debate acerca de determinado assunto. Tais modos básicos de raciocinar em uma interação social, segundo o autor, operam, respectivamente, por meio de silogismos com base numa lógica formal (rigorosa, matemática) ou numa dialética (*locus* do pluralismo, do opinável).

As discussões, os debates, as diferentes visões de mundo são constantes e constitutivas das práticas sociais de linguagem. Fazem parte da vida em sociedade a pluralidade, a variedade e a instabilidade de conceitos, convicções e saberes sobre os mais diversos assuntos que estão na base da cultura das civilizações. Diz-nos Fiorin (2018) que o surgimento das primeiras democracias está vinculado ao surgimento dos primeiros tratados de retórica, cujo foco epistemológico se situa na busca pelo acordo num contexto onde pontos de vista, intencionalidades e um ou mais conflitos se colocam à frente dos sujeitos sociais. A retórica se situa no *mundo das verdades contingentes*, isto é, no universo da *doxa* (FERREIRA, 2010), e os sujeitos sociais encontram lugar e meios diversos para debater e entrar em acordo sobre determinada polêmica.

A invenção da retórica é atribuída ao siciliano Córax desde o século V. a. C, segundo conta Amossy (2018). Mas Aristóteles, um dos maiores pensadores da Antiguidade, é também considerado um dos principais fundadores dos estudos retóricos. Com base no conhecimento produzido em sua época, ele reuniu grandes contribuições em sua obra acerca de estudos sobre lógica, dialética, retórica, etc. Inicialmente, a retórica consistia na arte de ensinar a produzir textos orais persuasivos. Tais textos se manifestavam basicamente em três gêneros distintos: deliberativo, epidíctico (laudatório) e judiciário (FERREIRA, 2010; FIORIN, 2018). Na atualidade, essa área apresenta uma ampliação, significando também uma teoria que permite ao sujeito compreender melhor os discursos (FERREIRA, 2010), isto é, os textos que circulam na vida social, sejam eles verbais (escritos e orais), não verbais ou multimodais. Defende-se que há argumentação em toda e qualquer prática social (PERELMAN; TYTECA, 1996).

No campo dos estudos em argumentação, podemos encontrar três conceitos distintos e complementares de retórica. Primeiramente, citando Aristóteles (s/d, I: 2), Ferreira (2010, p. 16) afirma ser a retórica “a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão”. Em segundo lugar, Perelman e Tyteca (1996, p. 4) compreendem-na como o “estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos

espíritos a teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Por último, o conceito de Meyer (1998, p. 27) compreende que retórica é “a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema”.

Diante desses três conceitos, podemos concluir, resumidamente, que a retórica se trata de uma teoria que permite aos agentes sociais, situados diante de uma questão polêmica, em um contexto enunciativo específico, a produção/interpretação de discursos persuasivos, por meio do debate e do “confronto das subjetividades” (FERREIRA, 2010, p. 12). Na vida em sociedade, os sujeitos procuram estabelecer normas de sobrevivência e regras sobre como devem agir em diversas situações diárias, nos demais setores da atividade humana. A linguagem é meio pelo qual todas essas ações são levadas a cabo, pois, não sendo possível a resolução de problemas por meio da força e da violência, faz-se necessário que vários acordos sejam produzidos. Preconiza Ferreira (2010, p. 14): “Argumentar é o meio civilizado, educado e potente de constituir um discurso que se insurja contra a força, a violência, o autoritarismo e se prove *eficaz* (persuasivo e convincente) numa situação de antagonismos declarados”.

Numa situação comunicativa, então, os sujeitos encontram maneiras diversas de resolver problemas sociais, econômicos, políticos, etc. via linguagem. Nessa negociação, há sempre conflitos entre os interlocutores devido às suas paixões, aspirações, sentimentos, valores, convicções e visões de mundo, visto que cada um entra no jogo enunciativo e discursivo guiado por opiniões e objetivos específicos (MARIANO, 2016), tendo como pano de fundo um contexto retórico bem situado. Os pontos de vista existentes entre os sujeitos podem separá-los ou não, de tal modo que o texto em coconstrução é orientado ora para um polo, ora para outro, ou até para uma outra alternativa, visando a resolução de um conflito que emergiu. Dessa maneira, como apontam Ferreira (2010) e Fiorin (2018), há retórica e argumentação onde há democracia. *Grosso modo*,

O discurso retórico, então, nasce desse contexto para tentar solver um *problema retórico* que é, basicamente, composto por três elementos que se associam: uma *questão*, que clama por uma discussão para ser solucionada, algo que é de um modo e o orador deseja que seja de outro; um *auditório* e, por fim, um *conjunto de limitações* e restrições – pessoas em posições antagônicas, eventos, leis, interesses, emoções, hábitos que atuam tanto sobre a audiência quanto sobre o orador e dão especificidade à situação.” (FERREIRA, 2010, p. 31, grifos do autor).

É nesse terreno em que se funda *O tratado da argumentação* de Perelman e Tyteca (1996). Foram esses autores que resgataram a retórica aristotélica após vinte e quatro séculos de relativa estabilidade. Dentre suas várias contribuições à retomada da retórica nos dias de

hoje estão a análise de textos não apenas orais, a decadência da “verdade absoluta”, a lógica dos julgamentos de valores, etc. A Nova Retórica afasta-se de uma concepção cartesiana racional-mecanicista e considera uma participação ampla dos sujeitos nos discursos argumentativos, em que os pontos de vista, os valores e os julgamentos não assumem uma racionalidade científica de base dedutiva, e as teses e os argumentos dos sujeitos nunca são considerados absolutamente verdadeiros ou falsos.

Fundamentados nesse campo de investigação, Grácio e Mosca (2016) afirmam que os usos da linguagem estão associados a uma racionalidade argumentativa não enquanto uma lógica da verdade, mas como lógica do preferível. As opiniões ou pontos de vista enunciados tratam-se de “verdades discursivas”, isto é, construções realizadas pelo orador/enunciador em uma determinada situação de interação. Na seção 2.2, vimos que a referenciação se trata de uma negociação, de uma elaboração da realidade por meio da linguagem. Com base nisso, percebemos que a construção argumentativa também opera com os mesmos princípios, visto que, de acordo com Grácio e Mosca (2016), o conflito, a discussão e o debate estão em jogo na arte da “convivialidade” dentro da sociedade. Esses autores apresentam um quadro de diferenças entre a demonstração e a argumentação, o qual julgamos ser muito contundente:

QUADRO 3 – Diferenças entre demonstração e argumentação

DEMONSTRAÇÃO	ARGUMENTAÇÃO
Racional	Razoável, plausível
Axiomática	Verossímil
Formalizável	Contextual, contingente
Indiscutibilidade	Controvérsia
Ambiguidade zero	Polissemia, plurissignificação

Fonte: Grácio e Mosca (2016)

A Nova Retórica considera o pluralismo de ideias e o não coercitivo em detrimento da univocidade da linguagem ou das teses unicamente válidas numa interação ou argumentação persuasiva. Perelman e Tyteca (1996, p. 1) apregoam que “O campo da argumentação é do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo”. Apartam-se do sentido de retórica como arte de persuadir ou como arte do bem dizer, pois interessa agora o estudo da capacidade de convicção pela linguagem ligada às preocupações contemporâneas da comunicação e da democracia (AMOSSY, 2018). Esta estudiosa afirma que “aquilo que é próprio dos assuntos humanos raramente é da ordem da verdade demonstrável ou demonstrada. O verossímil e o opinável constituem, assim, o

horizonte da retórica” (AMOSSY, 2018, p. 16-17). No influxo desse pensamento, é impossível pensarmos sobre a construção do discurso retórico baseada numa lógica formal.

O *Tratado* de Perelman e Tyteca (1996) cumpre o objetivo de expor as bases da argumentação e um conjunto de técnicas argumentativas utilizadas na busca de adesão dos espíritos. Interessa-lhes buscar uma solução para problemas que dividem o mundo. Na obra, a tese geral defendida é a de que questões formais e rigorosas não podem resolver questões polêmicas urdidas num espaço onde as soluções apontam para vários lados, porque os sujeitos são distintos e múltiplos em seus posicionamentos, anseios, crenças e valores. Funcionam de modo específico os usos linguísticos de que se servem os sujeitos sociais diante de um problema em emergência. Nos embates argumentativos, há espaço para o uso da razão e da emoção, aspectos diretamente relacionados à persuasão e ao convencimento.

Em consonância com Perelman e Tyteca (1996), há algumas diferenças entre persuadir e convencer. De modo geral, a argumentação persuasiva diz respeito àquela que se volta para um ouvinte/auditório particular, ao passo que a argumentação convincente se pretende a obter adesão de qualquer ouvinte racional. A primeira está mais relacionada à convicção e a segunda à inteligência. Mas tal distinção é meramente didática, pois a prática lhes mostra uma imprecisão perante a falta de especificidade do ouvinte/auditório a quem o locutor/orador se dirige. Em outros termos, não é possível afirmar genericamente em quais momentos de uma determinada situação argumentativa os sujeitos atuam para persuadir e/ou convencer uns aos outros.

Com base nos postulados da argumentação retórica, Ferreira (2010) comenta que a retórica tem duas funções básicas: persuadir e interpretar. A persuasão é levada a cabo quando lógica e emoção são consideradas juntamente, ou seja, quando razão e sentimento entram na configuração do discurso. No que diz respeito à interpretação, a retórica cumpre uma função hermenêutica, pois há lugar, diante do discurso, para crítica e análise da força e vulnerabilidade dos argumentos (FERREIRA, 2010). Essa última tarefa compete ao analista do discurso retórico. Assim, a persuasão compreende três ordens de finalidade: i) ensinar, convencer, transmitir conhecimentos (*docere*); ii) comover, atingir as emoções, os sentimentos (*movere*); iii) agradar e chamar/manter a atenção (*delectare*).

Com base no que explanamos até aqui, é possível afirmar que é na Nova Retórica de Perelman e Tyteca (1996) que o postulado da interação social, numa perspectiva sociocognitiva e interacional dos estudos textuais, ganha destaque e nos fornece possibilidades investigativas relevantes na nossa proposta de investigar uma articulação entre questões referenciais e

processo argumentativo. As reflexões sobre os expedientes²⁵ retóricos da argumentação, trazidos pelos autores, são, a nosso ver, os caminhos pelos quais podemos chegar aos efeitos de sentido desencadeados a partir dos textos em análise, bem como à construção do *ethos* discursivo do/a ativista LGBT. Por essa razão, elaboramos um pequeno quadro das categorias de análise que aparecem na obra desses autores:

QUADRO 4 – Principais aspectos e técnicas argumentativas da Nova Retórica

ASPECTOS GERAIS	TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS
<ul style="list-style-type: none"> • Orador • Auditório • Acordo retórico: <ul style="list-style-type: none"> a) premissas b) fatos c) verdades d) presunções e) valores f) hierarquias g) lugares 	<ul style="list-style-type: none"> • Figuras • Argumentos quase lógicos • Argumentos baseados na estrutura do real <ul style="list-style-type: none"> a) ligações de sucessão b) ligações de coexistência • Ligações que fundamentam a estrutura do real • Dissociação de noções

Fonte: elaboração própria

O quadro acima demonstra os elementos do triângulo retórico (orador, auditório e discurso) apontado já por Aristóteles em sua obra. Para levar a efeito o discurso retórico, o orador deve partir de um acordo inicial com o auditório por meio de premissas, valores, hierarquias, lugares, etc. e fundamentar sua argumentação em figuras e tipos de argumentos. Isso não deve necessariamente ser uma regra, mas uma condição previsível dentro do contexto retórico no qual se situa a questão polêmica a ser resolvida ou simplesmente discutida. O aparato teórico-analítico da perspectiva retórica da argumentação está, *grosso modo*, amparado no Quadro 4.

Na próxima seção, discorreremos sobre o *ethos* discursivo e outros expedientes da argumentação retórica.

²⁵Os expedientes ilustrados no Quadro 4 são uma demonstração geral do nosso recorte teórico-analítico. A listagem apresentada em Perelman e Tyteca (1996) é bem maior.

2.4 *Ethos* discursivo e outros expedientes retóricos

Em *Argumentação*, Fiorin (2018) afirma que o discurso retórico envolve a participação de pelo menos três fatores: enunciador (orador), enunciatário (auditório) e discurso (argumentação propriamente dita). São os elementos que compõem o triângulo retórico proposto inicialmente na retórica aristotélica e trazidos para o seio da Nova Retórica com algumas ressignificações teóricas. Toda argumentação envolve pelo menos uma dupla de sujeitos que interagem em face de uma questão polêmica: o orador e o auditório. A cada um desses elementos corresponde uma simbolização diferente. Dessa maneira, Ferreira (2010) diz que o orador é simbolizado pelo *ethos*, assim como o auditório é simbolizado pelo *pathos* e o discurso pelo *logos*. O primeiro elemento diz respeito à construção das imagens discursivas no discurso argumentativo. Por sua vez, o segundo elemento concerne às paixões que são mobilizadas na configuração do discurso, mas pode se basear também na construção de uma imagem discursiva.

Na construção do discurso retórico ou da argumentação, o orador/enunciador constrói uma imagem de si, ou seja, cria-se um *ethos*, “um domínio”, “um nível”, “uma estrutura” (MEYER, 2007). Citando Aristóteles (I, II, IV) e Barthes (1975), preconiza Fiorin (2018) que o *ethos* é o caráter construído pelo orador no discurso para provocar confiança, credibilidade e boa impressão no auditório. Esse autor, com base nos outros dois, ainda afirma que o *ethos* é uma conotação, uma imagem construída não no enunciado, mas na enunciação, visto que se explicita na maneira como o discurso é elaborado pelo orador. O que o orador diz no discurso não serve como prova para a construção do *ethos*. Dessa maneira, o *ethos* é composto por costumes, atitudes, moralidade, etc. apresentados pelo enunciador (FERREIRA, 2010).

Nessa perspectiva, Fiorin (2018) comenta que, para construir uma imagem de si, o orador pode apresentar basicamente três *ethé*, ou seja, existem três tipos possíveis de *ethos*: i) *phrónesis*: significa bom senso, ponderação, prudência, e as opiniões do orador são competentes e razoáveis; ii) *areté*: significa virtude (no sentido de qualidades distintivas de ser humano), coragem, justiça, sinceridade, e a apresentação do orador deixa transparecer simplicidade, sinceridade e franqueza; iii) *eúnoia*: significa benevolência e solidariedade, e a apresentação do orador revela simpatia pelo auditório. O autor ainda faz algumas relações entre as três espécies de *ethé* e os fatores do triângulo retórico:

O orador que se utiliza da *phrónesis* se apresenta como sensato, ponderado e constrói suas provas muito mais com os recursos do *logos* do que com os do *pathos* ou do *ethos* (em outras palavras, com os recursos discursivos); o que

se vale da *areté* se apresenta como desbocado, franco, temerário e constrói suas provas muito mais com os recursos do *ethos*; o que usa a *eúnoia* apresenta-se como alguém solidário com seu enunciatário, como um igual, cheio de benevolência e de benquerença e erige suas provas muito mais com base no *pathos*. (FIORIN, 2018, p. 71).

Modernamente, como aponta Ferreira (2010), a noção de *ethos* apresenta alguns aperfeiçoamentos em relação à retórica aristotélica, como dissemos anteriormente. Portanto, o *ethos* pode ser entendido como “a imagem que o orador constrói *de si e dos outros* no interior do discurso.” (FERREIRA, 2010, p. 90, grifo do autor). Isso quer dizer que, durante o discurso retórico, o orador pode construir várias imagens discursivas (*ethé*), quer em relação a si, quer em relação ao seu auditório. Sendo assim, ao procurar persuadir o seu auditório, ele age estrategicamente, utilizando raciocínios e argumentos específicos, condicionados pela(s) imagem(ns) que constrói do seu enunciatário (FIORIN, 2018). É sobre essa construção de imagens que ele vai direcionar a sua argumentação.

A perspectiva aqui assumida considera toda e qualquer modalidade textual construída num contexto específico pelo orador (considerando-se orador não como sujeito empírico, mas uma instância discursiva). Ainda que inconscientemente, ele elabora seu discurso sempre com base num conjunto de expectativas, conhecimentos compartilhados e na(s) imagem(ns) que faz de seu auditório, seja este universal ou particular, concordante ou discordante em relação ao seu posicionamento. Preconizam Perelman e Tyteca (1996) que, para argumentar, o orador precisa ter apreço pela adesão do seu interlocutor, pelo consentimento ou pela participação mental. Assim os autores prosseguem:

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 21).

No momento em que inicia sua participação na interação, o orador precisa ter consciência, ainda que limitada e relativa, das condições postas no contexto e vinculadas ao estado de crenças e valores do seu auditório. Defende Amossy (2018, p. 54) que “a necessidade de se adaptar ao auditório [...] ou a importância concedida às opiniões do outro é uma condição *sine qua non* de eficácia discursiva”. Centrado no *mundo das verdades contingentes* (FERREIRA, 2010), o orador deve agir levando em consideração as discordâncias relativas a conceitos, diferenças ideológicas, crenças antagônicas ou não, a depender da natureza do auditório ao qual direciona sua argumentação. Sendo assim, é importante lembrar que, em se

tratando de uma atividade argumentativa, em que há plena coparticipação do orador e do auditório, isso quer dizer que um pode influenciar muito mais o outro tendo em vista o poder de respostas mútuas e as imagens discursivas construídas durante ou após o discurso retórico. Essas questões trazidas pelo dialogismo bakhtiniano, por um lado, dizem muito sobre a ampliação da noção de *ethos* e a concepção de argumentação retórica na atualidade.

Ao refletir sobre a ampliação da noção de *ethos* nos estudos atuais, Ferreira (2010) aponta a existência de uma tipificação com base em Meyer (2007) e Ducrot (1981): *ethos imanente*, *ethos não imanente*, *ethos prévio*, *ethos institucional*. O primeiro tipo (*ethos imanente*) compreende a projeção que o *pathos* deve fazer sobre o *ethos*. O segundo tipo diz respeito a um *ethos* não projetado pelo *pathos*, mas efetivo. O terceiro tipo (*ethos prévio*) concerne à representação construída pela opinião pública, uma estereotipagem antecedente à enunciação. O *ethos* institucional, finaliza Ferreira (2010), corresponde à articulação entre um *ethos* puramente discursivo (constituído na enunciação) e um *ethos* exterior ao discurso, ou seja, a imagem não apenas de um ser, mas de toda uma organização, instituição.

Amossy (2018) aponta uma distinção relevante entre *ethos* prévio e *ethos* discursivo. Em primeiro lugar, o *ethos* prévio é compreendido como a imagem que o auditório constrói do orador antes de utilizar a linguagem, bem como o papel que ele exerce no espaço social e/ou a representação/estereótipo coletivo disponível sobre si mesmo em algum contexto. Tomando por base os estudos de Adam (1999a, 1999b), afirma a autora que, num estudo sobre o *ethos* prévio, faz-se importante examinar, por exemplo, “o *status* institucional do locutor, as funções ou a posição no campo que conferem uma legitimação ao seu dizer” (AMOSSY, 2018, p. 90). A construção desse *ethos* se faz no nível pré-discursivo.

Em contrapartida, o *ethos* discursivo compreende “a imagem que o locutor projeta de si mesmo em seu discurso, tal como ela se inscreve na enunciação, mais do que no enunciado, e a maneira como ele reelabora os dados pré-discursivos” (AMOSSY, 2018, p. 91). Portanto, a construção do *ethos* discursivo diz respeito ao plano discursivo de uso da linguagem. Assim, segundo a autora, no discurso retórico, o orador pode se basear nessa representação prévia que circula socialmente sobre sua pessoa com vistas a repeti-la ou transformá-la. Dessa forma, a interação entre o contexto situado e o contexto sócio-histórico torna-se relevante na análise da construção do *ethos* discursivo, uma vez que permite ao pesquisador observar se a imagem prévia se confirma ou não no ato enunciativo.

Com relação ao auditório, Perelman e Tyteca (1996, p. 22) o definem como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Não se trata apenas de um

auditório homogêneo, o qual compartilha com o orador de uma *doxa* comum, pois nem todos os interlocutores em uma situação de interação podem inexoravelmente partilhar das mesmas crenças e valores. Por essa razão, os autores indicam a existência de pelo menos três tipos de auditório: auditório universal (constituído por uma sociedade inteira), auditório particular (constituído por um ou mais ouvinte(s)/enunciário(s)) e o próprio sujeito (constituído pelo orador que consigo mesmo fala). Surge daí a noção de auditório heterogêneo:

É muito comum acontecer que o orador tenha de persuadir um auditório heterogêneo, reunindo pessoas diferenciadas pelo caráter, vínculos ou funções. Ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório. É a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador. (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 24).

Quando tratamos de argumentações persuasiva e convincente, aquelas que, segundo os autores, devem valer, respectivamente, para auditórios particulares e universais, torna-se impossível não considerarmos a pluralidade de crenças, valores e opiniões, sobre as quais repousa a disposição específica do orador diante de uma *tensividade retórica* (FERREIRA, 2010) colocada em jogo. As situações e os problemas são múltiplos e singulares, assim como os sujeitos da argumentação também o são. Nessa visada, Amossy (2018) fala de auditórios homogêneos e compósitos. Exemplos de auditórios homogêneos podem englobar *aqueles que pensam como o orador* (ambos possuem uma *doxa* compartilhada) e *aqueles que não pensam como ele* (ambos possuem divergências marcadas). Já no grupo dos auditórios compósitos, a autora cita o auditório diversificado (que possui pontos de vista distintos para serem afunilados em um só) e o auditório dividido (que possui pontos de vista contrários, sendo uma parte alinhada ao orador).

Como percebemos até aqui, a argumentação retórica e persuasiva pode levar a cabo quaisquer tipos de *ethé* e de auditório. As condições particulares nas quais surge o problema a ser resolvido ou a temática a ser debatida/discutida é que vão situar toda a elaboração do discurso. Nesse sentido, o orador não pode agir de qualquer modo em sua argumentação. Além de operar sobre a construção de imagens, ele também pode se servir do apelo às paixões, às emoções do outro, com vistas a encontrar o caminho da persuasão. Referimo-nos ao *pathos* do auditório. A persuasão, que, segundo Ferreira (2010), diz respeito a mover pela emoção, compreende três ordens de finalidade, como já explanamos: *docere*, *movere* e *delectare*. A *movere* está atrelada à persuasão pela apelação ao *pathos*. Quando um orador deseja persuadir seu auditório com base nas emoções, ele deixa de lado, pelo menos por um momento, o campo

racional do discurso. Para Ferreira (2010, p. 103), o *pathos* é “um argumento de natureza psicológica, está vinculado à afetividade, remete ao auditório, ao conjunto de emoções, a paixões, sentimentos que o orador consegue despertar no seu ouvinte”.

Dentro desse contexto, Amossy (2018, p. 206-207) apregoa que o *pathos* “é o efeito emocional produzido no alocutário [auditório]” e que esse “sentimento suscitado no auditório não deve ser confundido com aquele que é sentido ou expresso pelo sujeito falante”. Nessa direção, Fiorin (2018, p. 74) afirma que “o orador sempre escolhe e articula seus argumentos em função de um ponto de vista sobre o auditório”. Percebemos, durante a explanação do autor, que o fato de pensar em seu enunciatário faz com que o orador apele para as paixões via certos tipos de argumentos, como, por exemplo, *argumentum ad populum* (apelo ao povo), *argumentum ad misericordiam* (apelo à piedade) e *argumentum ad baculum* (apelo ao porrete, à violência). Então, “se o orador quer ser *eficaz*, é inevitável que considere a natureza do auditório a quem se dirige e conheça as contingências restritivas e amplificadoras do contexto e do discurso” (FERREIRA, 2010, p. 30).

O orador pode começar pelo acordo retórico, o qual, segundo Perelman e Tyteca (1996, p. 73), compreende “tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da argumentação”. Com efeito, aquele que se coloca numa situação de interação argumentativa e/ou se utiliza da linguagem para persuadir seu auditório/enunciatário, precisa conhecer as condições contextuais nas quais o seu discurso se concretizará. Os dois objetos de acordo que podem servir de premissas para o discurso retórico são o real (abarcando fatos, verdades, presunções) e o preferível (alocando valores, hierarquias e lugares). Essas premissas são as teses gerais que fundamentam o início e o desenrolar da argumentação, abarcando tanto a construção de imagens discursivas (*ethé*) quanto os elementos do acordo escolhidos pelo orador e/ou interlocutores. As diferenças básicas entre o real e o preferível são apontados pelos autores:

A concepção que as pessoas têm do real pode, em largos limites, variar conforme as opiniões filosóficas professadas. Entretanto, na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o **real** se caracteriza por uma pretensão de validade para o **auditório universal**. Em contrapartida, o que versa sobre o **preferível**, o que nos determina as escolhas e não é conforme uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um **auditório particular**, por mais amplo que seja. (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 74, grifos nossos).

Os autores fazem uma articulação entre o real e o auditório universal e entre o preferível e o auditório particular. Pensamos que essa equivalência nem sempre se dará de igual modo, pois, por exemplo, uma sociedade inteira (como é o caso do auditório universal) pode admitir

estratos distintos em termos de ideologias, crenças, valores, hierarquias e, conseqüentemente, distintas noções acerca do real. Esta categoria é algo demasiadamente abstrata. Por isso, o auditório universal é um ideal, um truque retórico. Além disso, em se tratando de interação e argumentação, na perspectiva sociocognitiva e interacional aqui defendida, é impossível considerar que à medida que o discurso se desenvolve os acordos e as imagens discursivas sejam sempre estáveis. Aqui tudo é dinâmico, relativo, passível de contínuas readaptações e recontextualizações. É evidente que há interações mais estabilizadas assim como há outras nas quais a desestabilização faz-se muito intensa.

Como dissemos, a categoria do real abrange fatos, verdades e presunções. Perelman e Tyteca (1996, p. 75) conceituam o fato como a “ideia que se tem de certo gênero de acordos a respeito de certos dados”, algo não controverso imposto aos sujeitos no discurso. Mas uma das partes do debate, da discussão, pode recusar ou questionar a qualidade do(s) fato(s) apresentados como argumentos. A noção de fato, na perspectiva dos autores, estaria ligada ao auditório universal e, podemos acrescentar, também ao auditório homogêneo proposto por Amossy (2018). É interessante notarmos que os fatos podem ser divididos em dois tipos: os de observação e os supostos/possíveis. Esse segundo tipo estaria ainda mais próximo da relativa natureza do real assumida pelo auditório universal.

Continuando em sua explanação, Perelman e Tyteca (1996) afirmam que a definição de fatos se aproxima muito da categoria das verdades, pois ambos são quase tratados como sinônimos quando levamos em consideração o conceito de real como algo vinculado inexoravelmente à origem das coisas. Porém, os autores versam sobre algumas diferenças existentes entre os dois elementos: os fatos dizem respeito à designação de objetos de acordo mais precisos, simples e limitados, ao passo que as verdades estão atreladas a sistemas de acordos mais complexos, remetendo a ligações entre fatos.

Ainda a respeito dos elementos dispostos na alçada do real, Perelman e Tyteca (1996) mencionam que as presunções são as que mais se distanciam conceitualmente dos fatos e das verdades. Para eles, “o uso das presunções resulta em enunciados cuja verossimilhança não deriva de um cálculo aplicado a dados de fato e não poderia derivar de semelhante cálculo, mesmo aperfeiçoado” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 79). As presunções são baseadas na noção de “normal” e, segundo os autores, “é ele que encontramos na base de todos os raciocínios sobre o comportamento” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 81). Todavia, tendo em vista a complexidade que se atribui à categoria de “normal”, as presunções ligadas a ela só podem pertencer a um grupo específico de referência.

Outro campo de objetos do acordo retórico é o preferível, que abrange os valores, as hierarquias e os lugares. Eles são imputados apenas à adesão de grupos particulares, conforme dizem Perelman e Tyteca (1996). Assim, os valores são “objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 84). Podem ser tratados como sinônimos de opiniões prováveis e estão vinculados a uma multiplicidade de grupos. Existem valores concretos (vinculados a entes vivos, objetos particulares e únicos) e valores abstratos (sentimentos, virtudes, etc.). Os valores concretos estão atrelados ao conservadorismo, e os abstratos, à renovação. Sabemos que um grupo social específico, genericamente, regula suas práticas sociais por meio de valores próprios, que estão na base das suas cultura e conduta. Daí as maiores possibilidades de obter sucesso o orador que constrói o seu discurso persuasivo com base em valores assumidos por um auditório particular.

Assim como ocorre com valores concretos em oposição ou superioridade aos valores abstratos, podemos também incluir as hierarquias nos objetos de acordo do preferível. São elas que definem que determinadas coisas são superiores a outras, definição que nos remete a alguns tipos de lugares retóricos. As hierarquias podem ser concretas e abstratas, isto é, algumas apontam para a superioridade de seres, objetos ou fenômenos em relação a outros, mas também há aquelas que expressam a superioridade de sentimentos e/ou virtudes em relação a outros, respectivamente. As aproximações entre valores e hierarquias são tamanhas que Perelman e Tyteca (1996) chegam mesmo a tratar de hierarquias de valores.

Os lugares da argumentação retórica são ainda incluídos por Perelman e Tyteca (1996) no grupo de elementos pertencentes ao acordo balizado na lógica do preferível. Os autores estabelecem uma inter-relação entre valores, hierarquias e os lugares retóricos:

Quando se trata de fundamentar valores ou hierarquias, ou de reforçar a intensidade da adesão que eles suscitam, pode-se relacioná-los com outros valores ou com outras hierarquias, para consolidá-los, mas pode-se também recorrer a premissas de ordem muito geral, que qualificaremos com o nome de *lugares*, os τόποι [tópoi], dos quais derivam os *Tópicos*, ou tratados consagrados ao raciocínio dialético. (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 94, grifos dos autores).

Na retórica antiga, falava-se de lugares como depósitos de argumentos à disposição do orador ou rubricas nas quais podiam ser classificados os argumentos. Mas, ao visarem distinções entre o real e o preferível, esses autores passam a chamar os lugares de “premissas de ordem geral que permitem fundar valores e hierarquias”, as quais “intervêm [no discurso persuasivo] para justificar a maior parte de nossas escolhas” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 95). Assim como Aristóteles, esses estudiosos dedicam a essa categoria uma distinção

didática: lugares comuns e lugares específicos. Os primeiros podem se fazer presentes em praticamente todos os contextos, ao passo que os outros ocorrem em situações mais peculiares.

No grupo dos lugares comuns encontram-se os da quantidade e os da qualidade. Em primeiro lugar, os lugares da quantidade dizem respeito a “alguma coisa [que] é melhor do que outra por razões quantitativas” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 97). Em contrapartida, podemos falar de lugares da qualidade quando a argumentação procura contestar a validade dos números, da quantidade. Sendo assim, os lugares da qualidade priorizam aquilo que é único em oposição ao comum, ao corriqueiro e vulgar (PERELMAN; TYTECA, 1996). Como afirmam os autores, “o único é original, distingue-se, por isso é digno de nota e agrada mesmo à multidão” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 102).

Já no grupo dos lugares específicos, os estudiosos em foco citam os lugares da ordem, do existente, da essência e da pessoa. Os lugares da ordem nos fazem lembrar os lugares da quantidade, pois “afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 105). Por sua vez, os lugares do existente “afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 106). No tocante aos lugares da essência, os autores apregoam que são aqueles aos quais é atribuído um valor superior a sujeitos representantes de determinada essência. Quanto aos lugares derivados do valor da pessoa, Perelman e Tyteca (1996) afirmam que estão atrelados à dignidade, mérito e autonomia de determinado sujeito. Por sua vez, Ferreira (2010) relaciona outros tipos de lugares específicos, como o da juventude, da beleza, do prazer, do *status*, da diferença, da tradição, da modernidade, da autenticidade, dentre outros.

Subsequentemente, quando tratam das figuras retóricas, Perelman e Tyteca (1996) mencionam que elas, longe de serem simples ornamentos do discurso, constituem, sim, elementos utilizados na argumentação que fogem do uso regular, comum, cotidiano. Assim, duas características podem indicar a presença de figuras no discurso persuasivo: i) uma forma sintática, semântica ou pragmática; ii) expressão incomum dessa forma, o que atrai a atenção de quem ouve ou lê o discurso. Mas isso não quer dizer que qualquer uso incomum de determinadas palavras, por exemplo, venha a constituir figuras argumentativas, pois o seu emprego no discurso se dá de forma contextualizada, acarretando no objetivo do orador em fazer o auditório aderir a sua proposta de dizer. Com isso, os autores situam as figuras em alguns grupos, tais como figuras de escolha, de presença, de comunhão, analogias, etc. Acerca dessa perspectiva, Ferreira (2010) comenta que as figuras de escolha ocorrem quando o orador utiliza

linguagem figurada para qualificar, caracterizar e interpretar certo fato, tendo em vista seu projeto argumentativo. Alguns exemplos desse primeiro grupo são a perífrase e o epíteto.

No tocante às figuras de presença, podemos dizer que elas cuidam de despertar “o sentimento de presença do objeto do discurso na mente do auditório” (FERREIRA, 2010, p. 123). Exemplos frequentes desse segundo grupo são a repetição, a anáfora e a anadiplose. Por sua vez, as figuras de comunhão visam a oferecer “um conjunto de características referentes ao acordo, à comunhão com as hierarquias e valores do auditório. Pretendem a participação ativa do auditório na exposição” (FERREIRA, 2010, p. 127). São exemplos de figuras de comunhão a alusão, a citação, as máximas e os provérbios. Por fim, as analogias compreendem o emprego de, por exemplo, metáforas e metonímias, visando a sensibilização do interlocutor do ponto de vista da emoção, do sentimentalismo e do prazer (FERREIRA, 2010). Como sabemos, esses dois exemplos de figuras estabelecem relações entre seres, coisas ou fenômenos distintos no plano da comunicação.

Após explanarem as bases gerais da argumentação retórica, Perelman e Tyteca (1996) chegam, finalmente, a tratar das técnicas argumentativas ou esquemas argumentativos do discurso persuasivo. O uso de argumentos numa interação entre orador e auditório implica que eles podem ser propostos e reformulados por ambas as partes, objetivando encerrar o debate levantado. Dessa maneira, utilizar argumentos no discurso persuasivo não é um fato isolado, descontextualizado, a exemplo do modo como procedem os processos de demonstração. Em contrapartida, a argumentação funciona com base numa interação constante entre todos os seus elementos, de tal forma que não se limita à apresentação de apenas um grupo fechado de argumentos, mas pode perfeitamente ser levada a cabo por uma sobreposição deles. Nesse sentido, entendemos que a análise de um discurso persuasivo pode indicar ao analista várias trilhas interpretativas, e as técnicas argumentativas não fogem a essa regra, conforme defendem os autores:

Para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos faltantes, o que nunca deixa de apresentar riscos. Com efeito, afirmar que o pensamento real do orador e de seus ouvintes é conforme ao esquema que acabamos de discernir não passa de uma hipótese mais ou menos provável. O mais das vezes, aliás, percebemos simultaneamente mais de uma forma de conceber a estrutura de um argumento. (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 211-212).

Nessa visada, as técnicas argumentativas são divididas em dois grupos: processos de ligação e processos de dissociação. Segundo os autores em questão, os processos de ligação são aqueles que “aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma

solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 215). Por seu turno, os processos de dissociação compreendem “técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 215). Nestes, encontramos exemplos como essência, aparência, pares, *argumentum ad hominem*, *argumentum ad humanitatem*, petição de princípio, etc. (FERREIRA, 2010; FIORIN, 2018). Apenas os processos de ligação englobam três subgrupos: i) argumentos quase lógicos; ii) argumentos baseados na estrutura do real; iii) ligações/argumentos que fundamentam a estrutura do real.

Os argumentos quase lógicos são os que têm força persuasiva por se aproximarem ou se assemelharem com a questão racional, formal, do discurso (PERELMAN; TYTECA, 1996). Nas palavras de Fiorin (2018, p. 116), são argumentos que “lembram a estrutura de um raciocínio lógico, mas suas conclusões não são logicamente verdadeiras”. Alguns exemplos de argumentos quase lógicos são a identidade, definição, analiticidade, tautologia, regra da justiça (ou *argumentum a pari*), reciprocidade, transitividade, inclusão da parte no todo, divisão do todo em partes, comparação, argumento pelo sacrifício, regra do precedente, *argumentum a contrario*, autofagia, retorsão, probabilístico, argumento do terceiro excluído, dilema, etc. Valemo-nos desses tipos de argumentos para falarmos de coisas possíveis, prováveis, plausíveis (FIORIN, 2018).

Quanto aos argumentos baseados na estrutura do real, Ferreira (2010, p. 162) afirma que eles se valem da realidade para “estabelecer as conexões que o orador pretende estabelecer com seu auditório. Uma vez que estão calcados nas ligações entre as coisas e fatos, não se apoiam na lógica, mas na experiência, nos elos reconhecidos entre as coisas”. Alguns tipos desses argumentos podem ser o argumento pragmático, os fins e os meios, desperdício, direção, superação, a pessoa e seus atos, autoridade, hierarquia dupla, implicação, concessão, causalidade, *argumentum ad consequentiam*, *argumentum tu quoque*, argumentos *a fortiori*, etc. (PERELMAN; TYTECA, 1996; FERREIRA, 2010; FIORIN, 2018).

Já os argumentos que fundamentam a estrutura do real, diz-nos Fiorin (2018), são os que não correspondem ao modo como se estrutura a realidade observada, mas que generalizam a partir de um caso particular ou transpõem para outro lugar o que é aceitável num certo domínio. Exemplos básicos de argumentos que fundam a estrutura do real são: exemplo, ilustração, modelo, antimodelo, analogia, metáfora, etc. (PERELMAN; TYTECA, 1996).

Na seção a seguir, procuramos elaborar uma síntese dos processos referenciais e das estratégias argumentativo-retóricas até aqui discutidos, com a tarefa de relacioná-los às práticas político-identitárias de ativistas LGBT e delinear, *grosso modo*, os caminhos da nossa análise.

2.5 Atividades referenciais e argumentativas como práticas político-identitárias

Numa visão geral dos estudos apresentados como propostas desta investigação, vislumbramos até aqui uma importante articulação entre pressupostos da referenciação e da argumentação retórica no tocante a alguns pontos específicos: saberes, ideologias, interação, propósitos comunicativos, pluralismo de pontos de vista, negociação, instabilidade do real, valores abstratos, etc. Isso revela uma complexidade inerente ao funcionamento da linguagem em sociedade, o que nos encaminha imediatamente para um dos nossos objetivos específicos: como se dá a inter-relação entre processos referenciais, estratégias argumentativo-retóricas e as práticas político-identitárias de ativistas LGBT?

Começemos com Fiorin (2018, p. 9): “Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os discursos são sempre o espaço privilegiado de luta entre vozes sociais, o que significa que são precipuamente o lugar da contradição, ou seja, da argumentação”. Quer dizer, ativistas de movimentos sociais são naturalmente sujeitos políticos, visto que, pelo uso que fazem da linguagem, em diversas situações de comunicação, para defenderem seus pontos de vista, procuram combater discursos hegemônicos e lutar por mudanças sociais que lhes garantam mais direitos e oportunidades de participação social plena. Nesse sentido, os textos persuasivos por eles produzidos constituem contradiscursos (FIORIN, 2018), procurando, assim, conquistar a adesão do(s) seu(s) auditório(s) seja pelas vias do *ethos*, do *logos* e/ou do *pathos*.

Levando em consideração que as constantes lutas pelo reconhecimento e respeito às identidades sociais dissidentes constituem situações privilegiadas para o embate de vozes sociais nos textos desses ativistas, chegamos a nos perguntar se o uso da língua não é continuamente reformulado e desestabilizado, tendo em vista as características básicas das atividades referenciais e argumentativas: a) (re)elaboração da realidade; b) negociação entre interlocutores; c) trabalho sociocognitivo; d) pluralismo de ideias; e) lógica do preferível e do provável. Pensamos que a realidade tende a ser reformulada toda vez que um/uma ativista LGBT defende os seus direitos numa interação social. A título de exemplo, como discutido na seção 1.1, o ato de ressignificar expressões e termos considerados negativos/violentos não constitui uma reelaboração da realidade observada pelo/a ativista LGBT? A estratégia de

recategorização referencial não seria, pois, uma das vias discursivas pela qual se realiza tal resignificação?

Situando-se na conjuntura dos movimentos sociais, o ativismo LGBT tem por base um discurso centrado na diversidade e na igualdade de direitos civis e morais. As práticas sociais nas quais ativistas LGBT se engajam politicamente condizem a espaços institucionais e/ou públicos onde pode sempre haver um público ouvinte que discorde, adira ou aumente a adesão mediante a apresentação dos pontos de vista, dos valores e argumentos daqueles. Não é seguro, todavia, admitirmos que os/as ativistas LGBT se baseiem apenas em argumentos universais ou particulares, pois isso depende do tipo de auditório ao qual a sua argumentação está sendo dirigida e das suas particularidades contextuais.

Suponhamos que, diante de um discurso em praça pública, produzido nesses eventos comuns de protesto do movimento, determinado/a ativista LGBT se encontre perante um público bastante heterogêneo. É de esperarmos que ele/ela se utilize tanto de argumentos universais, com o objetivo de tentar persuadir os que pensam diferentemente dele/a, como também, de argumentos particulares, para aumentar a adesão de quem pensa mais ou menos semelhante conforme seus valores e pontos de vista. Ou ele/ela pode simplesmente tomar uma terceira alternativa: mesclar seu texto persuasivo com ambos os tipos de argumentos, visando reelaborar a realidade observada, produzindo um ou mais contradiscursos.

Neste estudo, focalizamos o orador — ativista da ONG LGBT — que elabora seu discurso persuasivo em face de um auditório particular (pesquisador), tendo em vista o contexto situacional no qual foi construído o *corpus* da pesquisa, as expectativas e os conhecimentos partilhados (isso não exclui, porém, as influências do contexto sócio-histórico amplo). Acreditamos que é a partir do domínio do preferível, dos lugares, figuras e argumentos que se constrói o *ethos* discursivo do/a ativista LGBT em seus textos argumentativos, ganhando maior força persuasiva em associação com os processos referenciais. Assim, esse diálogo pode ser desenvolvido porque consideramos a linguagem como forma de interação, negociação e (re)elaboração do real, o contexto sociocognitivo e as estratégias argumentativo-retóricas como condições para o convencimento e a persuasão. A mesma visada se encontra em Santana e Lima (2016):

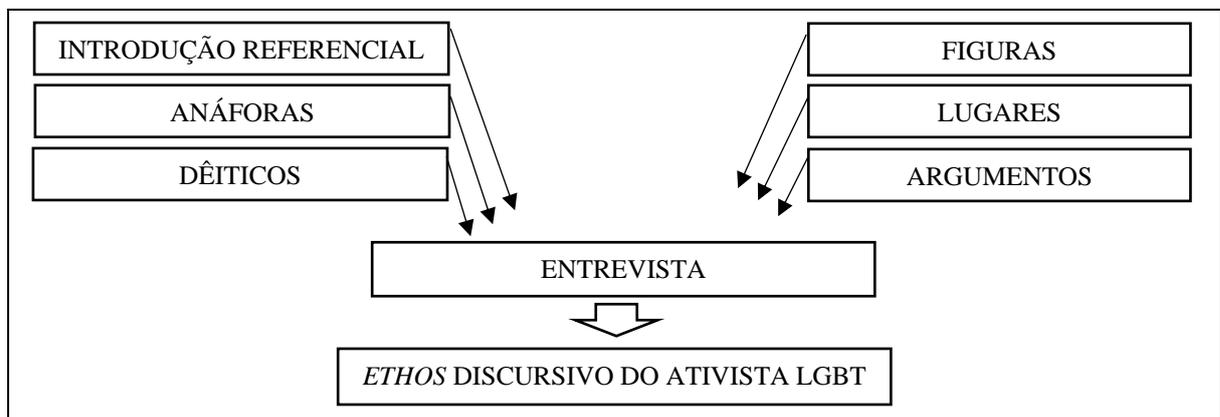
Daí o nosso interesse na argumentação retórica por se tratar de uma argumentação elaborada estrategicamente através da escolha de termos, de referentes, através de raciocínios, dentre outros, que equivalem a argumentos, valores e opiniões, sempre de acordo com um público-alvo, levando em conta seus saberes, seu conhecimento partilhado e objetivando uma ação

(persuasão), imediata ou não, preocupando-se, assim, com uma construção textual-discursiva. (SANTANA; LIMA, 2016, p. 66).

Diante disso, pressupomos que os/as entrevistados/as desta pesquisa constroem um *ethos* discursivo coletivo do ativista LGBT de Aracaju, deixando marcas argumentativas no cotexto/*logos*, veiculando suas visões de mundo, valores, crenças, conhecimentos e argumentos. Cremos que os vários indícios textuais auxiliam o analista a desvelar o caráter do orador construído no discurso, ou seja, o seu *ethos*. Nesse sentido, os processos referenciais podem servir para introduzir e retomar objetos de discurso, lugares, figuras e argumentos, bem como para localizar enunciadores, posicionamentos e realizar juízos de valor no tocante à construção dessa imagem discursiva, fazendo o texto progredir e erigir uma proposta de sentido contrária à LGBTfobia e ao discurso cisheteronormativo. Além disso, o postulado da (re)construção da realidade pode nos fazer compreender que o/a ativista realiza uma ancoragem dos referentes às suas práticas político-identitárias, (re)legitimando posições sociais cotidianas (BENTES; FERREIRA-SILVA; ACCETTURI, 2017).

Com base no que refletimos até aqui, apresentamos abaixo um quadro geral da nossa proposta de análise, o qual foi elaborado com base na amostra de dados:

QUADRO 5 – Desenho geral da proposta de análise



Fonte: elaboração própria

Como podemos perceber, as categorias dos lugares e figuras são aqui tomadas como parte das estratégias argumentativo-retóricas listadas por Perelman e Tyteca (1996), visto que se mostram de forma recorrente em nosso *corpus* e estão atreladas significativamente às demais. Tendo feito essas considerações teóricas, passemos à apresentação dos procedimentos metodológicos e do contexto da pesquisa no capítulo 3 a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTO DA PESQUISA

Neste capítulo, em um primeiro momento, discorremos sobre o método científico utilizado, a natureza e o tipo de pesquisa, a abordagem do problema e as etapas da pesquisa. Em segundo lugar, falamos sobre o procedimento técnico, as técnicas e os instrumentos da coleta de dados para geração do nosso *corpus*. Num terceiro momento, perscrutamos os apontamentos feitos sobre o lugar da pesquisa e as observações de ações do movimento LGBT em Aracaju. Continuando o percurso, relatamos a realização das entrevistas com ativistas LGBT e descrevemos os procedimentos de análise do *corpus*.

3.1 Delimitações da pesquisa descritiva, qualitativa e interpretativista

O método científico de procedimento escolhido para esta pesquisa foi o observacional. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 37 apud GIL, 2008, p. 16), “no estudo por observação, [o pesquisador] apenas observa algo que acontece ou já aconteceu”. Do ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa é básica porque pretende “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Já do ponto de vista de seus objetivos, caracteriza-se como descritiva, visto que procura descrever as características de determinado grupo social, comunidade ou fenômeno, bem como “levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42). Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), na pesquisa descritiva, “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles”. Dessa maneira, a abordagem do problema aqui se classifica como qualitativa, pois leva em consideração a interpretação de um fenômeno e a atribuição de significados (PRODANOV; FREITAS, 2013) sobre ele, mediante a estreita relação entre o sujeito social e o mundo.

Algumas limitações metodológicas podem ser observadas nos aspectos elencados acima, porém, podemos apontar pequenos contornos a partir de inter-relações que se fazem, a um só tempo, necessárias e coerentes. Queremos dizer que a nossa pesquisa, mesmo não se propondo a uma aplicação direta ao movimento LGBT, significa um ponto de partida teórico eficaz na divulgação e na visibilidade das práticas sociais cotidianas dos/as ativistas que lutam em favor da conquista de direitos LGBT. Dessa maneira, mesmo em se tratando de uma pesquisa descritiva, isto é, um estudo textual-discursivo das vozes de ativistas que revelam suas atitudes, pontos de vista e posições político-identitárias, ainda nos encaminha para uma

abordagem interpretativista²⁶, visto que nossa perspectiva sociocognitiva e interacional está atrelada às práticas sociodiscursivas de agentes sociais. Isso nos remete, inevitavelmente, ao potencial intersubjetivo e engajado dos interlocutores em situações enunciativas concretas. Por essa razão, apartamo-nos do idealismo cientificista que subjuga o estudioso da linguagem a uma postura neutra e objetivista. Assim, preferimos dizer que este trabalho cumpre, a um só tempo, uma abordagem qualitativa, descritiva e interpretativista. Diante desses aspectos e delimitações, as etapas elencadas na pesquisa foram as seguintes:

- i) Aprofundamento teórico sobre estudos em LT, argumentação e ativismo LGBT;
- ii) Observações de ações político-identitárias de entidades LGBT de Aracaju;
- iii) Realização de entrevistas semiestruturadas com ativistas LGBT;
- iv) Transcrição, seleção e categorização temática das entrevistas;
- v) Análise textual-discursiva e argumentativo-retórica do *corpus*;
- vi) Elaboração de roteiro de escrita e redação da dissertação.

3.2 Técnicas e instrumentos de coleta do *corpus*

O procedimento técnico adotado nesta pesquisa foi o estudo de campo, pois, segundo Gil (2002), ele leva o pesquisador a compreender grupos sociais mediante observação direta das atividades e entrevistas com seus informantes. Ou seja, nesse estudo de campo foram consideradas duas técnicas de pesquisa para a coleta do *corpus*: observação direta intensiva e entrevista. Em consonância com Marconi e Lakatos (2017), a observação direta intensiva foi assistemática (espontânea, sem planejamento e controle prévios), não participante (sem integração aos grupos investigados), individual (feita por apenas um pesquisador) e *in loco* (cenas da vida real). Por sua vez, as entrevistas foram não estruturadas (exploração ampla das questões/subtemas da pesquisa, sem linearidade única e específica) e não dirigidas (liberdade total dos entrevistados) (MARCONI; LAKATOS, 2017), embora dispondo de um roteiro inicial com perguntas abertas. A entrevista não estruturada e não dirigida pode ser denominada

²⁶A LT “tem, hoje, uma preocupação não apenas descritiva, mas, principalmente, interpretativa. O objetivo é privilegiar o texto, mas com vistas à dimensão das práticas discursivas, com um interesse especial pela produção e pela compreensão de sentidos veiculados por diversas semioses. [...] As características formais e as âncoras para a construção das relações ideológicas são vistas, na LT, como um meio de estabelecer coerência, de integrar-se a conhecimentos compartilhados e de organizá-los em unidades de sentido e de comunicação. [...] Analisar o texto dentro da dimensão das práticas discursivas é, inevitavelmente, considerar, nessa análise, os sentidos que os discursos codeterminam e a interdiscursividade que as pistas contextuais evidenciam.” (CAVALCANTE et al, 2016, p. 8).

também de entrevista aberta, pois, segundo Minayo (1993), citado por Boni e Quaresma (2005, p. 74), ela é utilizada “quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão”.

Para as duas técnicas de coleta adotadas na pesquisa, isto é, a observação direta intensiva e a entrevista, corresponderam, respectivamente, três instrumentos de coleta dos dados: diário de campo, roteiro de entrevista e gravador de voz. Para Falkembach (s/d), o diário de campo se trata de um documento de exercício acadêmico de um profissional; de caráter descritivo-analítico, visa a reflexão e a crítica da atuação do profissional por meio de registros quantitativos e qualitativos. Por seu turno, o roteiro previamente elaborado para as entrevistas foi feito com perguntas que buscaram atingir aspectos e pautas recorrentes no movimento LGBT em Aracaju: a) identidade LGBT; b) combate à LGBTfobia; c) luta pela visibilidade trans; d) luta pela conscientização da diversidade sexual e de gênero. Segundo Manzini (2003), o roteiro serve tanto para gerar as informações principais para as análises quanto para o pesquisador orientar o processo de interação com os sujeitos da pesquisa (ativistas LGBT de Aracaju) nas entrevistas.

3.3 Lugar da pesquisa e observações realizadas

Nesta seção, discorreremos de forma cronológica sobre as instituições LGBT investigadas e as observações realizadas. Convém afirmar que todas as atividades das quais participamos foram organizadas por ativistas LGBT de Aracaju. Foram 02 (duas) as entidades LGBT que nos acolheram em algumas ações político-identitárias realizadas e que nos concederam as entrevistas no primeiro semestre do ano de 2019. A saber:

- i) ASTRA - Direitos Humanos e Cidadania LGBT;
- ii) Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES).

Em seu trabalho *Avanços, lutas e desafios: trajetórias do movimento LGBT de Sergipe*, Menezes (2018) discorre sobre a origem, a história, as ações e principais conquistas de todas as entidades políticas LGBT sergipanas. O autor discorre de forma clara e sucinta sobre cada uma delas e, com base no que observamos, a ASTRA e a ADHONES são duas das instituições mais antigas no estado e na capital sergipana. Segundo ele, a Associação Sergipana de Transgêneros

(ASTRA), cujo nome fantasia é ASTRA – Direitos Humanos e Cidadania LGBT, foi fundada no ano de 2001 na cidade de Aracaju e reconhecida como Utilidade Pública Estadual pela lei nº 5.918 de 09 de junho de 2006. Em sua direção, a instituição sempre contou com homens gays, travestis e transexuais pertencentes a diferentes áreas do conhecimento, tais como Direito, Pedagogia, Serviço Social, Jornalismo, etc., além de voluntários de outras áreas. Foi pioneira no estado em pautar reivindicações voltadas para a população travesti e transexual, em lutar incisivamente pela criação de leis de combate à LGBTfobia e de políticas públicas no campo da saúde e educação para pessoas LGBT. Embora a população trans tenha sido o primeiro público alvo quando de sua fundação, a ASTRA, hoje, desenvolve seus projetos e reivindica pautas de interesse de toda a comunidade LGBT de Sergipe, daí os acréscimos atribuídos ao seu nome fantasia.

Continuando em sua explanação, Menezes (2018) afirma que a ASTRA foi grande incentivadora no surgimento de outras organizações não governamentais LGBT no estado sergipano e que passou a coordenar oficialmente, em seu ano de fundação, a Parada do Orgulho LGBT de Sergipe, contando também com outras entidades LGBT do estado, além de ter sido pioneira na gerência da ação de testes rápidos de IST²⁷/HIV/AIDS com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe. Essa instituição foi a primeira do Nordeste a levar para dentro do estado os testes de HIV por meio da campanha Fique Sabendo. Até os dias atuais, a Parada do Orgulho LGBT é encabeçada pela ASTRA e, além da festa de rua com shows ao vivo, tal evento conta com os testes rápidos e debates de várias pautas referentes aos direitos humanos LGBT. Vários projetos e ações já foram desenvolvidos pela entidade, como, por exemplo, seminários de hepatites virais, encontros regionais, fóruns específicos, atos públicos, passeatas, etc., além de ter participado da 1ª Campanha Nacional da Visibilidade Trans realizada na cidade de Brasília/DF. Hoje, a ASTRA possui 17 anos de existência e funcionamento e é afiliada da Rede Nacional de Pessoas Trans (RNPT). Ela possui também um espaço próprio que é aberto ao público e funciona no turno vespertino de segundas às sextas-feiras, no Centro da capital.

Por sua vez, a Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES) surgiu no mesmo ano em que o Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) foi extinto, isto é, em 2003, no dia 27 do mês de fevereiro, e registrada em 07 de março de tal ano, recebendo o mérito de Utilidade Pública Estadual na lei nº 5.745 em 1º de novembro de 2005. Vários ativistas participaram de sua

²⁷Infeções Sexualmente Transmissíveis (conhecidas até pouco tempo como Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST).

fundação, dentre eles, o fundador do GDS, Wellington Gomes de Andrade, e o seu atual presidente, Marcelo Lima de Menezes. A ADHONES iniciou sua trajetória com a inserção política nos movimentos sociais sergipanos, atuando em conjunto com outras entidades nas lutas populares e começando a desenvolver os seus primeiros projetos e ações. Menezes (2018) nos conta que a instituição ganhou sua primeira sede no dia 28 de junho de 2005 na Rua Capela no Centro da capital sergipana, passando a funcionar com doações de voluntários e associados ao movimento. Mesmo em seus dois primeiros anos de existência sem uma sede fixa, a ADHONES funcionou normalmente com reuniões nos dias de sexta-feira, onde havia espaço para debates e propostas com vistas à promoção dos direitos humanos LGBT e políticas públicas voltadas à prevenção das IST/HIV/AIDS.

Segundo a explanação de Menezes (2018), a ADHONES realizou cerca de 11 projetos para a comunidade LGBT em 15 anos de existência, tais como: a) Meu Brother – Prevenção das IST/HIV/AIDS; b) Balada GLBT – Prevenção das IST/HIV/AIDS; c) Segura Meu Rei – Prevenção IST/HIV/AIDS; d) Ciclo de Seminários sobre a Diversidade Cultural e Capacitação Profissional GLBT de Sergipe – Babado Forte (2006); e) 1ª Semana da Livre Orientação Sexual em Defesa da Vida e Combate à Homofobia; f) 1ª Semana Estadual de Travestis e Transexuais na Adolescência – Uma Realidade; g) 1ª Semana da Consciência LGBT de Sergipe; h) 2º Ciclo de Seminários sobre a Diversidade Sexual – Educando para a Diversidade; i) 1º Encontro Sergipano de Jovens LGBT; j) 1º Chá Cultural da Juventude. Além disso, essa instituição LGBT contribuiu muito na aprovação de leis e resoluções no estado de Sergipe voltadas à promoção dos direitos humanos e segurança das pessoas LGBT, a exemplo da própria Lei de Combate à LGBTfobia, lei nº 3.723 de 30 de junho de 2009. A ADHONES é atualmente afiliada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e, no ano de 2010, recebeu o prêmio de vencedora pelo Instituto Brasileiro da Diversidade Sexual (IBDSEX) por criação do projeto Educando para a Diversidade.

Com relação às observações diretas intensivas, no início do segundo semestre do ano de 2018, por meio de uma busca realizada no Google e em páginas do Facebook (digitando a sigla LGBT), conseguimos entrar em contato com Rogério, um ativista da ASTRA, via bate-papo no Facebook. Em conversa com ele, apresentamos o motivo do contato, o objeto e os objetivos da nossa pesquisa, com os quais ele concordou prontamente e se colocou à disposição, convidando-nos a fazer uma visita à sede da referida entidade. Além dele, entramos em contato também com mais outra entidade LGBT de Aracaju, mas não fomos respondidos.

Algumas semanas depois, dirigimo-nos à sede da ASTRA. Quando lá chegamos, fomos muito bem recepcionados por Rogério e outro ativista, que se encontrava na recepção. Rogério então nos convidou para uma conversa em uma sala reservada. Observamos que o local era simples, mas bem organizado, dispendo de algumas cadeiras e cartazes na recepção. Quanto à sala, notamos que dispunha de uma mesa de escritório e algumas cadeiras, vários materiais de divulgação da entidade, quadros históricos de algumas Paradas do Orgulho LGBT de anos anteriores, algumas caixas e um pequeno banheiro num canto. Sentamo-nos, pois, e conversamos um pouco sobre aspectos diversos do movimento LGBT de Aracaju e de Sergipe, os projetos²⁸ e o cotidiano da ASTRA. Na oportunidade, o ativista nos concedeu o contato telefônico de mais três ativistas de três entidades (ADHONES, UNIDAS²⁹ e AMOSERTRANS³⁰). Ao final, sinalizamos ao ativista que gostaríamos de participar de algumas atividades da programação da entidade e realizaríamos algumas entrevistas com ativistas dali que se dispusessem a contribuir com a nossa pesquisa. Despedimo-nos, agradecendo-lhe a atenção e as informações prestadas.

No mesmo dia, entramos em contato via WhatsApp com os três ativistas da ADHONES, da UNIDAS e da AMOSERTRANS, os quais nos foram encaminhados pelo ativista da ASTRA. Os três logo responderam às nossas mensagens e se prontificaram a nos ajudar. Alguns deles nos forneceram datas de algumas atividades que estariam realizando nos dias seguintes, das quais não poderíamos participar por conta do nosso horário de aulas na pós-graduação. Porém, como todos eles tinham/têm uma agenda semanal superlotada, não pudemos nos reunir na mesma semana.

Após algumas semanas, participamos de uma reunião da ADHONES. A reunião ocorreu no turno vespertino, na sede do Sindicato de Trabalhadores do Estado de Sergipe (SINTESE), que fica localizado no bairro São José, no Centro de Aracaju. Participaram da reunião membros

²⁸Um dos projetos da ASTRA é o *Pode Contar Conosco*, que tem como objetivo “disponibilizar atendimento sócio jurídico na sede da associação para a população LGBT e pessoas vivendo com HIV/AIDS que tenham passado por algum tipo de discriminação ou que tenham algum direito negado, além de abranger este atendimento para o público geral. Além do atendimento sócio jurídico o projeto realizará oficinas de capacitação com os parceiros para que esta população tenha maior conhecimento dos seus direitos e deveres dentro de cada assunto que será abordado como saúde, educação, segurança, assistência entre outros, com a finalidade de vinculação e repasse de informação entre ONG/PARCEIROS/PÚBLICO” (PROJETO PODE CONTAR CONOSCO – ASSESSORIA SÓCIO JURÍDICA, 2019, p. 5).

²⁹A Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania (UNIDAS) é a entidade LGBT mais antiga do estado de Sergipe e da cidade de Aracaju, sendo fundada em 12 de julho de 1999.

³⁰A Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS) é a entidade de ativismo trans mais recente do estado de Sergipe e da cidade de Aracaju, sendo fundada em 13 de fevereiro de 2014.

da entidade e outras pessoas LGBT voluntárias do movimento. Foram tratados alguns pontos de pauta: a) caso Laysa Fortuna³¹ e sugestão de denúncia a entidades do poder público; b) leitura do Manifesto da Rede Gay Brasil; c) propostas de dois atos públicos contra a LGBTfobia (um em uma praça da cidade e outro em frente à Secretaria de Segurança Pública de Sergipe); d) anúncio de dois eventos importantes: “Seminário de Formação Homossexualidade, História e Memória no Brasil” e “I Encontro Estadual sobre o Pacto de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica”. Na oportunidade, falou-se muito sobre o cruel assassinato da transexual Laysa Fortuna que ocorrera na noite anterior de 18 de outubro de 2018, os perigos da candidatura à presidência da república de extrema direita e o seu discurso de ódio contra a população LGBT, bem como o relato de uma adolescente presente (cena de violência física no Terminal D.I.A. por simpatia política distinta entre dois rapazes).

No início do ano de 2019, nossa primeira observação se deu em uma ação realizada pela Diretoria de Direitos Humanos (DDH) da cidade de Aracaju com o apoio da ADHONES. Era, portanto, a véspera do Dia Nacional da Visibilidade Trans, e aquela reunião tinha sido convocada para celebrar a recente conquista do movimento LGBT no tocante à decisão judicial de retificação de nome civil das pessoas trans. Ao chegarmos a um prédio localizado no Centro da cidade, fomos encaminhados para uma enorme sala do terceiro piso onde se achavam presentes várias travestis e mulheres trans, o presidente da ADHONES, Marcelo Lima, e outros funcionários da DDH e órgãos públicos. Logo em seguida chegaram dois homens trans e se juntaram a nós. Antes de se iniciarem os trabalhos, foi solicitado às pessoas trans ali presentes o preenchimento de uma ficha de dados pessoais, necessários no acompanhamento do processo de retificação junto aos cartórios e ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A reunião teve início com um pronunciamento breve feito pelo presidente da ADHONES e

³¹“Uma mulher transexual morreu após ser agredida e esfaqueada na noite da última quinta-feira (18 [de outubro de 2018]), no Centro de Aracaju, no Sergipe. Devido aos ferimentos, ela sofreu uma hemorragia e teve uma parada cardíaca no dia seguinte (19) e não resistiu durante tratamento no Hospital de Urgência Sergipe (Huse). [...] Segundo informações de testemunhas, Laysa Fortuna, de 25 anos, sofreu um ataque com o agressor, um morador de rua que percorria as ruas do centro da cidade ameaçando travestis através de motivação política, afirmando que caso ‘Jair Bolsonaro’ fosse eleito presidente todas as trans seriam mortas. O acusado também costumava provocá-las exibindo as suas partes íntimas. Na noite do ocorrido, o agressor tentou atacar um grupo de travestis que fugiram. Laysa tentou se defender de uma facada que seria desferida na região do seu peito, empurrando-o, mas não conseguiu desviar do golpe que atingiu o seu tórax. Inicialmente, a vítima foi levada para o Hospital Municipal Nestor Piva, sendo transferida em seguida para o Huse. A assessoria de comunicação do centro médico confirmou que a transexual recebeu uma facada na região do tórax que provocou uma hemorragia e também a parada cardíaca. O corpo de Laysa foi sepultado no sábado (20) [...]” (Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/10/transexual-morre-apos-ser-esfaqueada-por-apoiador-de-bolsonaro-em-aracaju>>. Acesso em: 08/04/2019).

também operador de direito na pasta LGBT da DDH. Ele falou sobre a importância daquele dia, da conquista da retificação e do significado real da identidade de gênero. Naquela ocasião também falaram alguns representantes do poder público que se mostraram aliados à causa trans e à luta constante pela conquista dos direitos LGBT. Na sequência, foi feita a entrega de carteiras de identidade e certificados de homenagem às pessoas trans presentes. Esse movimento foi acompanhado com o registro por meio de fotos. Ao término da reunião, serviram um lanche num espaço ao lado do auditório para todos os presentes.

Na noite do dia seguinte deu-se início à “V Semana da Visibilidade Trans 2019: Gênero e Educação”. A programação previa a realização de várias atividades entre os dias 19 de janeiro e 1º de fevereiro. A abertura aconteceu na CasAmor LGBT³², instituição localizada no bairro Inácio Barbosa da cidade de Aracaju. Ao chegarmos com alguns amigos da UFS, visualizamos várias pessoas que conversavam na fachada e na varanda da casa. Entramos para conhecê-la. Na sala, havia uma exposição de quadros assinados por Alice Pagan, uma artista plástica trans do Sul. Tais obras tinham um quê de simbolismo interessante sobre o processo de construção da identidade trans. Em sua composição havia tintas, linhas de costura e perfurações específicas, elementos esses particulares em cada obra exposta. No corredor que dava para os quartos e a cozinha, estavam expostos livros, calçados e outros tipos de objetos. Não poderíamos dizer se eram objetos doados para a casa ou colocados à venda para arrecadação de bens para funcionamento da instituição. Por sua vez, a cozinha era simples, contendo apenas o necessário, e os quartos também, contendo algumas camas que serviam para abrigar pessoas LGBT.

Ao lado da instituição e ao fundo do corredor à direita, vimos cadeiras enfileiradas, onde algumas pessoas estavam sentadas, e um pequeno palco contendo aparelhos de som, datashow, microfone, dentre outros equipamentos. Sobre a parede ao fundo pintada com as cores da bandeira LGBT estava projetada uma foto da transexual assassinada recentemente em Aracaju, Laysa Fortuna. Subscrito à foto havia o seguinte enunciado: #LAYSAPRESENTE. Encaminhamo-nos para aquele local e aguardamos o evento iniciar. Enquanto isso, era fácil visualizar também alguns papeis colados nas paredes com enunciados tais como: #ParemDeNosMatar, #NãoNosCalarão e “Ninguém solta a mão de ninguém”. Não tardou muito para que uma ativista travesti tomasse o microfone e desse boas-vindas a todos os presentes.

³²A CasAmor é uma organização não governamental (ONG) que fica localizada no bairro Inácio Barbosa, na cidade de Aracaju. Idealizada e fundada pela ativista transfeminista Linda Brasil, trata-se da primeira casa de acolhimento para pessoas LGBT no estado de Sergipe, e tem como público alvo LGBTs que vivem em situação de vulnerabilidade ou que foram expulsos/as de suas casas. Além disso, a instituição realiza algumas atividades, tais como reuniões quinzenais abertas à comunidade, oficinas e cursos ligados à arte e à culinária, aceitando doações e contando com vários voluntários continuamente.

Foi ela quem dirigiu toda a abertura do evento naquela noite. Realizaram apresentações de vídeos, de canto, de poesia e de contos, todas realizadas por pessoas trans e travestis. Os vídeos apresentados contavam sobre a fundação da CasAmor LGBT e traziam uma fala de Laysa Fortuna, um vídeo que fora postado em seu perfil do Instagram enquanto vivera. Para finalizar a noite, um bolo foi levado até o palco e todos cantamos “parabéns” pelo primeiro ano de existência e funcionamento da CasAmor LGBT.

No dia seguinte, passaram a ocorrer as primeiras palestras e mesas-redondas da Semana. Algumas dessas atividades se realizaram no auditório da didática VI da UFS. Assistimos a mesa-redonda intitulada “Projetos de visibilidade e diversidade na educação”, que foi composta por Linda Brasil, ativista da AMOSERTRANS e pesquisadora em educação, uma representante da DASE e um professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFS. As falas giraram em torno das inter-relações mesmas entre educação, o papel da escola e a prática docente na necessidade de formação de sujeitos políticos que criem um espaço educacional marcado pela busca da igualdade e respeito mútuo à diversidade sexual e de gênero. O caminho apontado pelos membros da mesa-redonda foi a importância de se repensar, dentro do universo escolar, as configurações sociais resultantes do modelo de sociedade patriarcal, heterossexista e cisheteronormativa, a exemplo do machismo, racismo, LGBTfobia, etc. Várias pessoas e outros ativistas LGBT estiveram ali presentes, e muitos deles fizeram contribuições relevantes sobre os temas abordados, gerando uma discussão produtiva, no sentido de solicitar, também, na próxima edição da Semana (no caso, em 2020), a presença e participação do reitor e de demais representantes de setores administrativos da UFS, com o fim de levar a cabo as propostas e demandas existentes a favor de uma melhor inclusão das pessoas trans e LGBT dentro da instituição.

O encerramento da Semana aconteceu no Teatro João Costa do Centro Cultural de Aracaju, localizado no Centro da cidade. Na recepção do prédio, os convidados tinham acesso ao Teatro ao entregarem um quilo de alimento e receberem um calendário contendo o nome do evento e fotos de algumas personalidades artísticas trans do movimento LGBT de Sergipe. Várias apresentações artísticas como danças, performances, dublagens de músicas, cantos e declamações de poemas foram feitas, as quais tinham alto teor crítico e sentimentalista, ora divulgando um engajamento político extremamente forte em prol da identidade trans e travesti e da desconstrução da cisheteronormatividade, ora evocando as consequências da transfobia e a invisibilidade social nas experiências de vida trans. Ao final da noite, houve a exibição de um vídeo em homenagem a Rodrigo Dornelas, coordenador do Ambulatório Trans de Sergipe, e a

João W. Nery, primeiro homem trans no Brasil, recentemente falecido. Em especial, o depoimento gravado por João Nery, à época da sua luta incessante contra o câncer, versava sobre a importância das conquistas para a população LGBT e a necessidade de se continuar lutando em favor da conscientização e do respeito à diversidade sexual e de gênero em nossa sociedade.

No mês de março de 2019, fomos participar de uma oficina do Projeto *Pode Contar Conosco* da ASTRA, a qual foi realizada no SINDIPETRO. Quando chegamos, encontramos Rogério, vice-presidente da ASTRA, e Maria Eduarda, secretária e ativista trans da entidade, na porta do local, aguardando mais participantes chegarem. Materiais de divulgação do Projeto e alguns preservativos para entrega gratuita estavam expostos sobre uma mesa em frente à porta. Não tardou muito para que vários outros participantes como homossexuais, mulheres trans, travestis, mulheres cisgêneras, outros ativistas e um representante da Defensoria Pública do Estado de Sergipe chegassem e dessem início à oficina. O tema central da oficina foi o processo de retificação de nome civil para pessoas trans (travestis e transexuais). Falou-se sobre os procedimentos necessários para a consolidação desse direito recentemente conquistado, as dificuldades encontradas pelas pessoas trans no atendimento pelos cartórios da cidade (por exemplo, o tratamento inadequado de alguns funcionários que utilizam o pronome “ele” para se referir às mulheres trans e travestis), mesmo que acompanhadas de ativistas LGBT, e a importância da parceria entre as entidades LGBT, a contribuição jurídica da Defensoria do estado e voluntários do movimento afeitos à causa.

Face às observações diretas realizadas, percebemos o quanto elas foram de grande valia para conhecermos um pouco mais sobre a natureza e o funcionamento do movimento LGBT de Aracaju, perscrutarmos as possíveis relações entre os pontos de pauta levantados nas ações com os aspectos da referenciação, da construção argumentativa, das estratégias de construção do *ethos* e de apelação ao *pathos*, das práticas sociais de luta e resistência, dos índices recentes de violência LGBTfóbica, das concepções de gênero e orientação sexual em circulação nos discursos do ativismo, etc. Tais reflexões nos ajudaram no processo de elaboração do roteiro para as entrevistas abertas.

Ao cabo dessa primeira etapa da coleta de dados, realizamos, portanto, o cadastro da nossa pesquisa na Plataforma Brasil para sua respectiva aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Após isso, encaminhamos toda a documentação necessária à secretaria do PPGL e aos responsáveis das duas entidades LGBT investigadas para assinaturas de declarações e termos, os quais, logo em seguida, foram anexados ao nosso cadastro pessoal na Plataforma

Brasil. Tendo recebido a aprovação, dirigimo-nos para a ASTRA e para a ADHONES, a fim de realizarmos as entrevistas abertas.

3.4 Entrevistas com ativistas LGBT de Aracaju

Nossa intenção prévia, à época de elaboração do projeto de pesquisa, era entrevistar ativistas de quatro entidades LGBT de Aracaju, resultando em aproximadamente dez entrevistas. Entramos em contato com vários/as ativistas gays, lésbicas e trans de Aracaju, contudo, apenas quatro gays e uma travesti nos concederam as entrevistas. Tais ativistas LGBT entrevistados/as foram aqueles/as que nos acolheram em suas ações político-identitárias ao longo do ano de 2018 e início de 2019, as quais estão relatadas no tópico 3.3. Não obtivemos retorno das demais ativistas lésbicas e trans contatadas por nós, o que nos faz eleger uma única justificativa: insatisfação pelo retorno da pesquisa. Sim, essa questão pode ter levado várias ativistas lésbicas e trans a não participarem das entrevistas. Trata-se de um fato corrente, em pesquisas de cunho etnográfico/estudo de campo, a recusa dos sujeitos investigados face à coleta de dados, visto que diversos pesquisadores realizam suas pesquisas com determinados grupos sociais e, ao cabo delas, não retornam com os respectivos resultados.

As entrevistas com ativistas LGBT de Aracaju ocorreram durante o primeiro semestre do ano de 2019. Foram realizadas apenas 05 (cinco) entrevistas, sendo três concedidas por ativistas da ASTRA e outras duas por ativistas da ADHONES. Não excluímos a entrevista com a ativista travesti do nosso *corpus*, embora isso pudesse tornar mais homogênea ou mais “coerente” o recorte da nossa pesquisa, justamente porque: i) a pauta trans representa principalmente o lugar de fala dessa ativista; ii) a pauta é recorrente no movimento LGBT de Aracaju; iii) concerne a um dos nossos motes temáticos em análise; iv) a pauta permanece em foco também nas entrevistas com os ativistas gays. Portanto, os critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa foram estes: a) disponibilidade; b) organizações não governamentais (ONGs) com foco na população LGBT; c) foco no *ethos* coletivo do/a ativista LGBT (o que não necessariamente exija uma amostra de dados heterogênea, tendo em vista que o roteiro da entrevista compreendeu pautas comuns e recorrentes no movimento LGBT aracajuano).

Como já mencionado, as entrevistas foram abertas ou semiestruturadas, dispondo de um roteiro inicial previamente elaborado com o intuito de orientar a interação textual/discursiva entre pesquisador (P) e entrevistados/as (INF01, INF02, INF03, INF04, INF05). O roteiro era composto por 07 (sete) questões, sendo que quatro delas (1, 4, 5 e 6, ver a seguir) correspondiam

a quatro aspectos e pontos de pauta vinculados atualmente às ações político-identitárias de ativistas aracajuanos/as. Eis o roteiro:

- 1- O que é ser LGBT, hoje, na sociedade aracajuana?
- 2- Em sua opinião, qual é a principal e atual pauta do movimento LGBT de Aracaju?
- 3- De que forma você contribui para o movimento LGBT de Aracaju?
- 4- Como o movimento LGBT de Aracaju e/ou seu grupo têm combatido a LGBTfobia na cidade e/ou no estado de Sergipe?
- 5- Como e por que ocorre, hoje, a luta pela visibilidade trans no interior do seu grupo?
- 6- Como e por que ocorre, hoje, a luta pela conscientização de uma diversidade sexual e de gênero no interior do seu grupo?
- 7- Em sua opinião, quais seriam as próximas conquistas do movimento LGBT de Aracaju e/ou Sergipe?

Ressaltamos que as questões acima não foram enunciadas em ordem linear, visto que serviram apenas para guiar a conversação e não perder de vista os temas centrais a serem abordados pelo pesquisador, além de justificarmos que o foco das entrevistas abertas foi verdadeiramente pautado na espontaneidade da interação. Também nos cabe aqui mencionar que, tendo em vista que foram realizadas cinco entrevistas, cada uma delas percorreu um rumo diferente e específico, mediante a focalização que cada ativista ia atribuindo a determinados tópicos e referentes textuais em favor de sua construção argumentativa e propostas de dizer. Dessa maneira, houve condições para que outras questões, além das previamente planejadas, surgissem no decorrer de algumas entrevistas. Os diálogos travados foram simétricos e assimétricos (MARCUSCHI, 2007a) ao mesmo tempo, pois tanto dirigimos a conversação na maioria das vezes quanto fomos direcionados a nos atentarmos para subtópicos que eram introduzidos nas falas dos/as ativistas em certos momentos.

Sendo assim, as entrevistas foram realizadas e gravadas, por meio de gravador de voz de telefone celular, em sala fechada com cada um/a dos/as ativistas. Antes de as iniciarmos, apresentamos-lhes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³³, contendo informações gerais sobre a nossa pesquisa (nome do pesquisador, objetivo geral, justificativa, metodologia de coleta da entrevista, forma de identificação da entrevista no gravador, forma de apresentação dos dados da entrevista no texto da dissertação, riscos e benefícios, contatos do

³³O modelo do TCLE encontra-se na seção Anexos.

pesquisador e do Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, etc.), conforme o disposto na Resolução CNS 466/12, com aprovação prévia do Comitê de Ética. Além do Termo, apresentamos também a cada ativista uma cópia daquela Resolução para consulta caso ele/ela julgasse necessário. Os Termos foram assinados em duas vias, ficando uma com o/a ativista entrevistado/a e a outra com o pesquisador. No curso das entrevistas, observamos que os/as ativistas se sentiram à vontade um pouco mais do que esperávamos. Isso pode ser talvez justificado pelo fato de termos participado de ações realizadas pelas suas entidades e/ou vinculadas ao movimento LGBT de Aracaju no ano anterior (2018). Por fim, a duração das cinco entrevistas variou entre 23 e 47 minutos.

3.5 Procedimentos de análise

Como vimos na seção anterior, a construção do *corpus* para análise nesta pesquisa foi encaminhada por meio da realização de entrevistas abertas. Dessa maneira, os procedimentos de análise foram a transcrição, a seleção e a categorização temáticas após as entrevistas com os/as ativistas.

Quando finalizamos as entrevistas, realizamos as transcrições dos áudios. Determinados trechos das gravações eram quase inaudíveis, chegando ao ponto de entendermos palavras que sequer foram pronunciadas nas entrevistas. Por essas dificuldades, íamos e voltávamos exaustivamente para delas depreendermos o máximo possível de informações. Ao final das transcrições, realizamos ainda mais duas escutas, com o intuito de não transpor quaisquer erros para a tela do computador. Apesar disso, houve mesmo determinados trechos que não puderam ser transcritos *ipsis litteris* pelo fato de haver truncamentos entre a fala do pesquisador e do/a ativista. Sendo assim, ao considerarmos que tais passagens não eram relevantes ao foco da pesquisa, optamos por anulá-las das transcrições completas. Cabe-nos dizer que seguimos apenas algumas técnicas de transcrição propostas pela Análise da Conversação (MARCUSCHI, 2007a): escrita ortográfica (mas não rigorosamente, a ponto de mudarmos a estrutura das sentenças e dos períodos), troca de turnos de fala e atribuição de pausas (uso exaustivo de vírgulas e reticências).

Subsequentemente, passamos para a seleção e a categorização temática. O roteiro nos ajudou nesse processo porque nele havia as informações principais que foram abordadas nas entrevistas e porque melhor orientaria a sequência de apresentação do *corpus* no capítulo 4. Nesse sentido, considerando que, durante as entrevistas, uma pauta tinha sido abordada mais de uma vez e, procurando focalizar as análises nas pautas mais relevantes de luta dos/as ativistas,

extraímos das transcrições feitas as respostas referentes a quatro motes temáticos: i) ser LGBT em Aracaju; ii) combate à LGBTfobia; iii) visibilidade trans e acompanhamento sócio-jurídico; iv) conscientização da diversidade sexual e de gênero. Vale ressaltar que as questões 2, 3 e 7 não foram consideradas na seleção dos motes porque tanto serviram como recursos exploratórios das questões acopladas às pautas selecionadas quanto compreenderam questões individuais acerca de cada ativista, o que não correspondia aos nossos objetivos de pesquisa.

Ao término dessas etapas, perscrutamos as transcrições para verificar quais processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas se apresentavam de forma mais recorrente, de tal modo que necessitassem de uma abordagem teórico-analítica mais acurada. Finalizando o tratamento dos dados, realizamos algumas análises das falas dos/as ativistas, lançando sobre elas um olhar ao mesmo tempo individual e global, de modo a enfatizar os aspectos linguístico-discursivos como indícios da construção do *ethos* discursivo coletivo do/a ativista.

Uma vez acionados os procedimentos metodológicos e o contexto desta pesquisa, passemos à análise do *corpus* (discurso do/a ativista LGBT de Aracaju) no capítulo a seguir.

4 A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO DO ATIVISTA LGBT DE ARACAJU

Neste capítulo, o nosso propósito consiste em proceder à análise textual e retórico-discursiva do *corpus* da pesquisa. Com base no que elucidamos na Introdução, somos guiados pelo seguinte problema de pesquisa: que *ethos* discursivo coletivo é indiciado por processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas no discurso do/a ativista LGBT de Aracaju acerca de suas ações político-identitárias?

Levando em consideração as reflexões teóricas acionadas nos capítulos 1 e 2, nosso percurso analítico opera um entrecruzamento entre uso da linguagem e práticas político-identitárias do ativismo LGBT. Em primeiro lugar, consideramos os estudos de primeira e segunda tendência em referenciação no tocante aos processos referenciais e às predicções. Em segundo lugar, mobilizamos categorias da argumentação retórica, principalmente, as figuras, os lugares e os argumentos. Assim sendo, procuramos atingir os seguintes objetivos específicos:

- Observar a recorrência de expressões referenciais e estratégias argumentativo-retóricas na progressão temática e referencial do discurso do/a ativista;
- Analisar as inter-relações entre processos referenciais, estratégias argumentativo-retóricas e as ações político-identitárias dos/as ativistas da pesquisa.

Diante disso, convém afirmarmos que os fragmentos selecionados não compõem a linearidade temporal com que foram realizadas as entrevistas abertas com os/as ativistas, mas seguem uma coesão temática em termos de recorrência de expressões referenciais observadas e pautas correlatas. Sendo assim, os vinte fragmentos analisados a seguir correspondem aos seguintes motes temáticos: i) Ser LGBT em Aracaju; ii) Combate à LGBTfobia; iii) Visibilidade trans e acompanhamento sócio-jurídico; iv) Conscientização da diversidade sexual e de gênero. Assim, os informantes da pesquisa (INF) e o pesquisador (P) estão identificados desta maneira:

QUADRO 6 – Sujeitos da pesquisa

SIGLA/NOME	CÓDIGO	ORIGEM
SSM	P	UFS
BTCM	INF01	ADHONES
MECM	INF02	ASTRA
RFSS	INF03	ASTRA
GOP	INF04	ASTRA
MLM	INF05	ADHONES

Fonte: elaboração própria

4.1 Ser LGBT em Aracaju

[Fragmento 01]

[...] P – Aí eu te pergunto: o que é ser LGBT, hoje, em Aracaju?

INF05 – É *uma busca constante pela cidadania*, né? Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais *vivem uma luta plena pela vida*, né? É *lutar pela vida*, porque *continuamos sendo desrespeitados, ameaçados, a LGBTfobia* continua crescendo, então, ser LGBT é *lutar pela vida*, é continuar tentando se firmar enquanto *cidadãos de direito*, de *sujeitos de direito*, né? É *isso* o que eu acho, ser LGBT. [...]

Inicialmente, cabe-nos dizer aqui que ser ativista de qualquer movimento social significa adotar uma postura, a um só tempo, desafiadora e empoderada. A imagem prévia que o senso comum guarda de um ativista social pode ser, basicamente, a de “barraqueiro”, “bandoleiro”, “arruaceiro” ou de alguém “forte”, “resistente”, “ousado” e “corajoso”. A partir da expressão “*ser LGBT*” explicitada na pergunta da entrevista, o ativista INF05 traz algumas predicções que funcionam como anáforas recategorizadoras (CAVALCANTE, 2012b): “*uma busca constante pela cidadania*”, “*uma luta plena pela vida*”, “*desrespeitados*”, “*ameaçados*”, “*lutar pela vida*”, “*cidadãos de direito*”, “*sujeitos de direito*”. Elas transformam os sentidos da expressão introduzida (“*ser LGBT*”) ao efetuarem definições positivas sobre a identidade LGBT. São expressões referenciais que apontam para a reativação de um contexto sócio-histórico amplo: a dificuldade de sobrevivência de pessoas LGBT numa sociedade dominada predominantemente pelo discurso cisheteronormativo. Além disso, elas sinalizam relações semânticas entre a repetição de termos (luta, cidadania, direitos), figuras de escolha e o reforço do dizer pelo ativista LGBT.

Tais expressões se somam a dois verbos importantes nesse primeiro fragmento: “*vivem*” e “*continuamos*”. O primeiro, marcado no tempo presente e pela 3ª pessoa do plural, denota certo distanciamento de INF05, como se ele não fizesse parte da comunidade LGBT. Porém, ele se inclui no segundo verbo (“*continuamos*”), o qual demarca, por meio de sufixo /-mos/ (1ª pessoa do plural – “*nós*”), a sua posição dentro da comunidade, muito antes de se caracterizar enquanto ativista LGBT. Para encerrar a resposta à pergunta do entrevistador/pesquisador (P), INF05 utiliza a anáfora encapsuladora retrospectiva “*isso*” (CAVALCANTE, 2012b), que, a nosso ver, engloba porções cotextuais cujos sentidos são contraditórios, por exemplo: “*cidadãos de direito*” versus “[*cidadãos*] *desrespeitados*”. Aqui estão presentes dois pontos de vista em confronto: a voz do movimento LGBT e a voz/atitude das pessoas LGBTfóbicas.

De início, o uso dessas expressões referenciais pelo enunciador aponta tanto para a construção de um *ethos* positivo e sofredor quanto para a apelação ao *pathos*, ao sentimento de piedade que o entrevistador e a sociedade devem passar a admitir no tocante às dificuldades de sobrevivência das pessoas LGBT. Faz-se uso do *movere* (FERREIRA, 2010), no intuito de provocar no auditório o movimento das paixões humanas, da comoção, diante dessa realidade (“*a LGBTfobia*”). De acordo com a fala de INF05, além de desrespeitadas, as pessoas LGBT lutam para viver e sobreviver, embora sejam “cidadãs de direito”, aspecto garantido pela Constituição, no Brasil. Essa população, segundo o entrevistado, possui um direito que é violado diariamente por uma sociedade LGBTfóbica. Daí a necessidade de “lutar plenamente pela vida”, ponto de vista defendido também por outro ativista:

[Fragmento 02]

INF01 – Bom... *Ser LGBT, ser lésbica, ser gay, ser bissexual, ser transexual, intersexual*, na atualidade, a meu ver, é, antes de mais nada, você conhecer como pessoa, né, estar dentro do movimento, não só social, mas saber de onde você vem, a sua sexualidade, a importância que você tem... seja ativista... Independente da sexualidade. Mas é você ser... *ser político*, trazendo a sexualidade como... Porque é *uma resistência diária, né? Ser gay, ser trans, ser bissexual, ser travesti é uma resistência diária, cotidiana*, porque você enfrenta *preconceito, a discriminação, a intolerância, a ignorância, o ódio*... Então *ser gay*, em Sergipe, e creio que, no Brasil e no mundo, é você *resistir diariamente, né*, e você saber *a origem de onde você vem, se conhecer como pessoa, como pessoa humana*, que é *digna de acesso à saúde de qualidade, acesso à educação, à segurança, ao trabalho*, porque é muito difícil *pro gay*, é, principalmente... Eu admiro muito *as trans* por conta que é uma... o corpo é político, esse enfrentamento pra sociedade... [...]

Assim como INF05, o ativista INF01 discorre semelhantemente sobre o que é “ser LGBT em Aracaju”, apresentando dois pontos de vista contrários, ou melhor, duas práticas sociais opostas: resistir diariamente e discriminar. Várias expressões referenciais anafóricas orquestram o primeiro ponto de vista: “*ser político*”, “*uma resistência diária*”, “*uma resistência diária, cotidiana*”, “*a origem de onde você vem*”, “*conhecer-se como pessoa humana*” e “*digna de acesso à saúde de qualidade, à educação, à segurança, ao trabalho*”. Por outro lado, a prática social de discriminação contra pessoas LGBT é apresentada por INF01 a partir do uso destas expressões: “*preconceito*”, “*a discriminação*”, “*a intolerância*”, “*a ignorância*” e “*o ódio*”. Vemos que as duas práticas sociais elencadas são introduzidas por oposições semânticas, pois os pontos de vista de INF01 situam o duelo social entre a luta pela existência/sobrevivência e a luta pelo extermínio das identidades dissidentes de gênero e sexualidade por parte de pessoas LGBTfóbicas. Desse modo, o ativista realiza comentários

avaliativos positivos em relação à primeira prática, assim como imputa um posicionamento negativo em relação à segunda.

No que tange à prática social da discriminação, INF01 apresenta expressões referenciais que podem ser encapsuladas por outra expressão mencionada no discurso de INF05: “a LGBTfobia”. Explica o *Manual de comunicação LGBTI+* (2018) que a LGBTfobia é um problema social e político dos mais graves, de tal modo que abarca tanto o ódio, a aversão, o medo irracional, quanto fenômenos sociais atrelados ao preconceito, à intolerância e à discriminação, transcendendo a hostilidade e a violência contra pessoas LGBT em sentido situado. Como vemos, o ativista expõe e avalia os sentidos reconhecidos da LGBTfobia pelo movimento LGBT, pois, em contrapartida, a pessoa “lésbica”, “gay”, “bissexual”, “transsexual” ou “intersexual” enfrenta “uma resistência diária”, o que o/a situa no lugar derivado do valor da pessoa (PERELMAN; TYTECA, 1996), tendo em vista a sua dignidade e os seus direitos enquanto cidadãos/cidadãs (“*digna de acesso à saúde de qualidade, à educação, à segurança, ao trabalho*”).

Cabe-nos ainda observar que, nesse fragmento 02, INF01 se utiliza de algumas figuras de presença e de escolha (FERREIRA, 2010) ao mesmo tempo em que articula determinadas expressões referenciais anafóricas em torno do lexema “resistir”. Processo semelhante ocorre no discurso de INF05, que procura construir sentidos sobre a pessoa LGBT a partir do uso dos lexemas “lutar” e “viver”. Assim, as expressões referenciais anafóricas, que indicam figuras e lugares retóricos, nesses fragmentos 01 e 02, contribuem para a progressão temática e referencial das entrevistas sobre os significados da pessoa LGBT na cidade de Aracaju. Ainda nesse fragmento 02, a definição do que é ser LGBT, na visão de INF01, conduz explicações, paráfrases e um paralelismo sintático importante.

A inter-relação entre esses processos aponta para a construção da cadeia referencial anafórica em três momentos sequenciais no fragmento: (i) “*Ser LGBT*”, “*ser lésbica*”, “*ser gay*”, “*ser bissexual*”, “*ser transsexual*”, “*intersexual*”; (ii) “*Ser gay*”, “*ser trans*”, “*ser bissexual*”, “*ser travesti*”; (iii) “*o gay*”, “*as trans*”. Quer dizer, o ativista parece selecionar, à medida que o seu texto avança, aquelas categorias identitárias mais próximas da sua realidade e de seu cotidiano de lutas. Esse movimento textual/discursivo procura reforçar um valor caro ao ativismo LGBT, qual seja, o direito à igualdade social pela existência de uma identidade particular. Outros valores também são importantes: vida, cidadania, respeito, etc. A partir das escolhas lexicais, o ativista estabelece relações de sentido na progressão textual que contribuem para reforçar o discurso da diversidade sexual e de gênero.

Posto isto, ao final desse fragmento, observamos que apenas duas expressões referenciais anafóricas diretas permanecem ativadas: “o gay” e “as trans”. Indo ainda um pouco além, INF01 focaliza o sentido da resistência diária nas pessoas trans (“*Eu admiro muito as trans*”), reforçando-o a partir de uma afirmação: “*o corpo é político*”. Paralelamente a INF01 e INF05, outro ativista, a nosso ver, direciona o primeiro mote temático para duas questões entrelaçadas: identidade LGBT e LGBTfobia:

[Fragmento 03]

INF03 – [...] *O preconceito está no mundo todo, né? Não só em Aracaju, no Brasil, que lidera o ranking de LGBTfobia... Porém, a gente tem que separar por sigla, né, tipo: lésbicas são vistas de uma forma pela sociedade, têm homens que adoram sexo lésbico, mas não aceitam a lesbianidade das mulheres. Pessoas trans já sofrem em todos os âmbitos, seja no mercado de trabalho quando não conseguem adentrar, na família quando inicia o seu processo de transição, na escola quando são desrespeitadas a ponto de abandonar a mesma, no serviço de saúde quando não têm nem o seu nome social respeitado, então, assim, isso varia muito de LGBT pra LGBT, né, vai variar muito. E assim, o homossexual tem uma facilidade muito maior de conseguir adentrar no mercado de trabalho, de permanecer na escola, muitas vezes tem problema com a família muito rígida que não aceita, mas consegue ter, assim como lésbicas, uma maior forma de sobreviver, né? É tanto que homossexuais e lésbicas não estão dentro de uma faixa etária de vida de trinta e cinco anos. Então, assim, aqui em Aracaju, segundo o dossiê da Rede Trans, ficou em primeiro lugar no Nordeste por proporção e população de assassinatos a LGBTs. Então foram cinco assassinatos no ano de 2017. Pra quantidade de população de Sergipe, foi um dado alarmante, preocupante, né? Por mais que as pessoas digam: “Ah, mas foi só cinco”. Mas são cinco pessoas trans que têm todo um histórico já de negação de vida, de seus direitos, desde lá do início, então, assim, aqui em Aracaju a gente tem essa preocupação com a falta de políticas públicas. [...] Mas ser LGBT em Aracaju é continuar lutando da mesma forma que em outros lugares, continuar fazendo valer a sua voz, e não deixar, não baixar a cabeça pra que as pessoas nos digam o que vamos ser e o que temos que fazer.*

Nesse fragmento 03, observamos que INF03, antes mesmo de discorrer sobre a sua definição do que é “ser LGBT em Aracaju”, inicia o seu texto com a introdução referencial “o preconceito” e uma anáfora indireta dessa expressão (“o ranking de LGBTfobia”), o que já nos leva a considerar que haja uma associação pertinente entre ser LGBT e a LGBTfobia, segundo seu posicionamento. INF03 parte de uma perspectiva ampla para uma perspectiva específica quando, a partir do referente “sigla”, ele encadeia expressões anafóricas indiretas como “lésbicas”, “pessoas trans” e “o homossexual”. Elas remetem à sigla LGBT introduzida na entrevista por P.

Assim, o ativista focaliza três segmentos da população que vivenciam os flagelos da LGBTfobia no cotidiano (lésbicas, pessoas trans e homossexuais), expondo fatos por meio de predicções referenciais: (i) “[...] têm homens que adoram sexo lésbico, mas não aceitam a

lesbianidade das mulheres”; (ii) “Pessoas trans já sofrem em todos os âmbitos, seja no mercado de trabalho [...], na família quando inicia o seu processo de transição, na escola quando são desrespeitadas [...], no serviço de saúde quando não têm nem o seu nome social respeitado”; (iii) “[...] o homossexual tem uma facilidade muito maior de conseguir adentrar no mercado de trabalho, de permanecer na escola, muitas vezes tem problema com a família muito rígida [...]”. Procurando explicitar fatos sociais cotidianos em torno da LGBTfobia, em (i), INF03 assinala a fetichização masculina da lesbianidade (“homens que adoram sexo lésbico”), ao passo que em (ii) e (iii) direciona os fatos para a negação de direitos civis às pessoas trans e aos homossexuais, a partir destas expressões: “todos os âmbitos”, “(n)o mercado de trabalho”, “(n)a família”, “(n)a escola” e “(n)o serviço de saúde”. Essas expressões, em específico, constituem argumentos pelo exemplo (PERELMAN; TYTECA, 1996).

A diferenciação das lésbicas em relação às pessoas trans e homossexuais, segundo o texto do ativista, parece indicar práticas sociais de discriminação e violência distintas contra esses três segmentos da população LGBT. Por essa razão é que o ativista utiliza a anáfora encapsuladora retrospectiva “isso”, a qual tanto pode abarcar os fatos agrupados por nós em (i), (ii) e (iii), como pode constituir um dêitico espacial que aponta para as expressões “o preconceito” e “o ranking da LGBTfobia”, anteriormente introduzidas. Todavia, observamos que INF03 reserva para o objeto de discurso “pessoas trans” um conjunto de expressões muito maior em relação aos outros dois referentes. Essa estratégia argumentativa vai direcionar a continuidade referencial em seu texto, assim como ocorre nos fragmentos 01 e 02. Nesse sentido, julgamos que são fatos de observação (PERELMAN; TYTECA, 1996) os quais ele explicita, de modo a qualificar negativamente as ações de pessoas LGBTfóbicas, partindo da premissa do auditório universal que, por sua natureza, não poderia jamais questionar esses fatos. Dessa maneira, INF03 começa a edificar uma imagem negativa da sociedade e, em contrapartida, construir um *ethos* positivo da pessoa LGBT, tendo em vista as suas dificuldades de acesso e permanência em diferentes setores da sociedade civil: família, educação, saúde e mercado de trabalho.

Subsequentemente, INF03 introduz a anáfora indireta “uma faixa etária de vida de trinta e cinco anos”, a qual se ancora em “pessoas trans”, pois, com base em nosso conhecimento compartilhado e na focalização desempenhada pelo ativista, nesse fragmento 03, tal expectativa de vida pertence exclusivamente a esse segmento da população LGBT. É nesse enfoque discursivo concernente à população trans que outras expressões referenciais anafóricas indiretas são apresentadas por INF03, tais como: “a Rede Trans”, “o Nordeste”, “proporção

e população de assassinatos a LGBTs”, “cinco assassinatos no ano de 2017”, “a quantidade de população de Sergipe”, “um dado alarmante, preocupante”, “cinco pessoas trans”, “um histórico de negação de vida” e “[um histórico de negação] de seus direitos”. Além de estarem ancoradas ao objeto de discurso “pessoas trans”, essas anáforas indiretas operam uma referenciação difusa, posto que algumas delas também se ancoram nas duas expressões inicialmente introduzidas (“o preconceito”; “o ranking de LGBTfobia”). Tais expressões, partindo de fatos/dados comprovados, apontam para o acordo retórico estabelecido entre auditório imediato (pesquisador) e auditório universal (sociedade aracajuana). É relevante também afirmar que a expressão “cinco assassinatos no ano de 2017” é recategorizada por “um dado alarmante, preocupante”, o que denota uma orientação argumentativa muito explícita desse ativista engajado na luta contra a violência LGBTfóbica.

Nessa visada, após efetuar um movimento argumentativo complexo entre ser LGBT e LGBTfobia, INF03 procura resumir sua fala numa definição em três trechos: (a) “continuar lutando da mesma forma que em outros lugares”; (b) “continuar fazendo valer a sua voz”; (c) “não baixar a cabeça”. Nesses excertos, o uso de verbos de ação no infinitivo e no gerúndio (continuar, valer, [não] baixar, lutando, fazendo) nos faz compreender que a tarefa necessária de ativistas LGBT e de seu público alvo consiste em algo constante, interminável e incansável. Além disso, o uso de dêiticos pessoais como “a gente” e “nos” remetem a uma coletividade, uma unidade, dentro da população LGBT, não apenas na cidade de Aracaju, mas também em outros espaços, municípios e estados, conforme (a). Por esse prisma, INF03 indicia basicamente um *ethos areté* (FIORIN, 2018), isto é, dotado de coragem necessária ao enfrentamento da LGBTfobia.

A temática trans, foco presente nos fragmentos anteriores, também é mobilizada por uma ativista travesti, no fragmento abaixo:

[Fragmento 04]

INF02 – Eu acredito que ser LGBT aqui no nosso estado e no nosso município é *uma realidade bem próxima dos demais estados e municípios*, assim, porque a gente vê que a gente não tem tantas pautas que avancem assim, com relação.... Apesar de a gente em Aracaju ter quatro leis que asseguram a população LGBT, a gente vê que com relação à visão da sociedade sobre essa população, ainda tem *muita coisa assim obscura*, de que *ser gay, ser LGBT é vadiagem*, que *toda travesti está no mercado da prostituição*, a questão do *preconceito* a gente vê assim que é uma pauta que não consegue ser sanada e avançada com relação à nossa população. Eu não vejo a nossa realidade tão distante de outros estados e municípios. Inclusive, quando eu me formei, eu fiz *um projeto de intervenção* que era “O mercado de trabalho para travestis e transexuais: um desafio da ASTRA”. E, durante esse tempo, eu pude constatar que *90% da população de travestis e transexuais* daqui, do nosso estado, continuam, estão na mesma proporção dos outros

estados, que é 90% também, no mercado da prostituição, compulsoriamente. Então, a gente vê assim que, tendo esses dados comparados, a gente vê que a nossa realidade não é tão diferente de outras. A gente sabe que, tipo, São Paulo é uma metrópole, e aí tem grandes arcabouços assim de lugares propriamente para LGBTs, por exemplo, aqui, em Aracaju, a gente não tem hoje espaços que sejam só para LGBTs, inclusive as boates que tinham só para LGBTs fecharam. Então a gente não tem muitos espaços de sociabilidade para LGBTs. Eu acho que é bem por aí. A nossa realidade é essa. [...]

Nesse novo fragmento, percebemos que, semelhantemente aos fragmentos anteriores, a questão gay e a questão trans aparecem em primeiro plano, embora a segunda seja mais firmemente focalizada no curso da entrevista. Antes disso, INF02 apresenta algumas anáforas diretas recategorizadoras mediante a introdução referencial “*ser LGBT*”, enunciada por P: “*uma realidade bem próxima dos demais estados e municípios*” e “*vadiagem*”. Para essa ativista, a questão da identidade LGBT ainda é mal compreendida pela sociedade, de tal modo que, no cenário nacional, o preconceito contra pessoas LGBT faz-se presente desde muito tempo. Na sequência, ela parte dessa questão geral para adentrar na pauta trans, destacando um estereótipo social, o qual é apresentado por meio de predicação, a saber: “*toda travesti está no mercado da prostituição*”. Essa imagem é tributária do senso comum sobre o “*ser travesti*”.

De acordo com Amossy (2008), a estereotipagem consiste em pensar a realidade por intermédio de uma representação cultural cristalizada. Assim, “a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica” (AMOSSY, 2008, p. 125-126). Nesse sentido, INF02 visa desconstruir uma imagem prévia da pessoa travesti (categoria na qual se inclui) para edificar um *ethos* discursivo diferente, segundo dados obtidos em seu projeto de intervenção, o que revela a assunção do acordo retórico fundamentado em fatos: “*90% da população de travestis e transexuais daqui, do nosso estado, continuam, estão na mesma proporção dos outros estados, que é 90% também, no mercado da prostituição, compulsoriamente*”.

Nessa visada, ao citar um dado que corresponde a um fato inerente à categoria do real (PERELMAN; TYTECA, 1996), INF02 procede à separação entre uma imagem prévia disponível no acervo sociocultural sobre a travesti (toda travesti é prostituta ou trabalha como prostituta porque quer) e uma visão factual acerca dela (a maioria das travestis está no mercado da prostituição compulsoriamente). É nessa medida que *ethos* e estereótipo se unem ou se desassociam. Nesse caso, embora demonstre uma contradição entre acreditar/ver (“*Eu não vejo*”, “*a gente vê*”) e constatar (“*eu pude constatar*”), INF02 modifica o *ethos* prévio da travesti em seu discurso por meio de um fato estatístico, o que coloca em evidência a falta de fundamento do estereótipo, bem como revela um *ethos* positivo dessa ativista mediante a sua

autoridade enquanto oradora e porta-voz do ativismo LGBT. Mais informações trazidas após esse momento da entrevista explicitam uma justificativa da prostituição compulsória de várias travestis, a saber: a transfobia institucional.

É interessante notarmos também que, ao operar a construção de um *ethos* discursivo diferente do senso comum, INF02 reforça a contradição existente entre “*ser LGBT*” e o ato da “*vadiagem*”. Quer dizer, se uma anáfora direta recategorizadora cumpre a função textual de transformar os sentidos em torno de um referente, ela o faz, de igual modo, no plano sociodiscursivo da linguagem. Vale ressaltar que, para essa ativista, o mercado da prostituição não significa um espaço de trabalho inferior ou menos digno para pessoas trans, conforme defendido em momentos posteriores da entrevista. Dessa maneira, a aceitação de travestis e de outras pessoas LGBT, no estado de Sergipe, segundo a ativista, assemelha-se muito à LGBTfobia praticada em outros estados e municípios.

Diferentemente de INF01, INF02, INF03 e INF05, o ativista identificado por INF04, embora reflita também sobre preconceitos, direciona de modo geral a sua resposta à nossa primeira questão, ou seja, aponta um olhar para a sexualidade e deixa de lado a especificidade da identidade de gênero trans. Vejamos:

[Fragmento 05]

INF04 – Então, *ser LGBT hoje em Aracaju é... Não é tão difícil* o quanto já foi. Mas ainda existem *algumas dificuldades*, né? *A própria questão de se assumir ainda é um tabu...* Devido às cidades, né, Aracaju ser... e o estado mais... *Sergipe* também, englobando os interiores, *ser um estado muito provinciano*, é... muito... Não há *uma certa liberdade de grandes capitais*, como São Paulo, Rio de Janeiro, que você vê, quando você visita, *pessoas de mãos dadas...* e ali, lógico que não são em todos os locais, mas você ainda vê isso, e aqui não, *aqui é muito difícil*, quase nunca você vai poder andar com o namorado, namorada, de mãos dadas ou *trocar um afeto* ou algo do tipo, é... *a gente* vivendo aqui em Aracaju. Então, reforçando o que eu queria dizer...comparado ao que era, né, acho que evoluiu bastante, né, *na questão da aceitação*, mas ainda precisa quebrar um pouco *o preconceito*. *O preconceito* ainda existe, e não é algo assim tão simples de ser exterminado. Aos poucos, *a gente* sabe... é preciso que haja *pessoas que possam dar a cara*, né, não se escondam, seja qual for o motivo, que você mostre *quem você realmente é*. Porque, só assim, só *a gente tendo voz*, só *a gente tendo espaço*, é que *a gente vai poder ter respeito*. Porque, afora isso, se a gente não lutar, né, não vai ter *essa liberdade que todo mundo almeja*. Porque se a gente for comparar com *casais heterossexuais*, *os casais heterossexuais* não são banidos de nada, entendeu? Um afeto, uma coisa, *eles* permanecem fazendo porque foram considerados como *padrões*, né, *impostos*. [...] Então, eu acho que, nesse sentido, melhorou sim, comparado a décadas passadas. [...] Acho que precisa ser *algo total*, que você possa sim se sentir *livre* e fazer tudo o que você queira fazer.

Nesse fragmento 05, a argumentação de INF04 nos encaminha basicamente para uma oposição e uma comparação. Em primeiro lugar, a oposição se faz entre a expressão pública do

relacionamento homoafetivo no estado de Sergipe e a de outros estados/capitais maiores (São Paulo e Rio de Janeiro). Em segundo lugar, a comparação se apoia no uso de presunções, estabelecendo igualdade entre a expressão pública do relacionamento heterossexual e a expressão pública do relacionamento homoafetivo.

No ato da oposição, INF04 reserva algumas expressões referenciais para a expressão pública homoafetiva em outros estados: “*uma certa liberdade de grandes capitais*”, “*pessoas de mãos dadas*” e “*essa liberdade*”. Já para a expressão pública homoafetiva em Sergipe e/ou Aracaju, INF04 introduz algumas expressões: “*ser LGBT hoje em Aracaju*”, “*algumas dificuldades*”, “*a própria questão de se assumir*”, “*um tabu*”, “*um estado muito provinciano*”, “*muito difícil*”, etc. O ativista em questão, utiliza vários argumentos baseados na estrutura do real, tais como o exemplo e a ilustração, quando cita tipos de comportamento, atitudes e características tanto de Sergipe quanto de outros estados brasileiros no tocante à cisão entre o relacionamento LGBT e o relacionamento entre pessoas heterossexuais, socialmente normalizado.

Observando que a carga avaliativa é marcante na escolha lexical dos referentes do texto de INF04, compreendemos que ele atribui sentidos positivos à expressão pública do relacionamento homoafetivo em São Paulo e no Rio de Janeiro, posto que, pela própria diversidade/variabilidade na distribuição populacional, econômica, política e cultural presente nessas cidades, a percepção social da expressão pública de afeto de casais homoafetivos seja mais tranquila, ao passo que em Sergipe tal percepção/recepção ocorra de forma menos positiva.

No ato da comparação, por sua vez, INF04 reserva quatro expressões referenciais para a expressão pública heterossexual: “*casais heterossexuais*”, “*os casais heterossexuais*”, “*eles*” e “*padrões impostos*”. Já para a expressão pública homoafetiva, ele procede a uma cadeia referencial com o uso de enunciados (“*é preciso que haja pessoas que possam dar a cara*”; “[*é preciso que haja pessoas que*] *não se escondam*”; “[*é preciso*] *que você mostre quem você realmente é*”; “*só a gente tendo voz, só a gente tendo espaço, é que a gente vai poder ter respeito*”) e de algumas expressões anafóricas recategorizadoras “*algo total*” e “*livre*”. A partir dessas expressões e enunciados em destaque, observamos que o ativista propõe que a expressão pública da homoafetividade seja tão aceita e respeitada quanto a do relacionamento heterossexual. Tal movimento argumentativo é sugerido como convincente para o auditório por meio uma figura de comunhão e de presença: “*a gente*”.

Nesse trecho em destaque, o posicionamento de INF04 se volta para a necessidade de igualdade de direitos civis, isto é, para a necessidade de os relacionamentos homoafetivos serem inseridos na ordem social hegemônica, que diz o que é ou não aceitável no funcionamento das relações públicas. Destarte, INF04 procura questionar as hierarquias concretas (PERELMAN; TYTECA, 1996) estabelecidas discursivamente na sociedade, como é o caso da superioridade do comportamento heterossexual sobre o comportamento homossexual e homoafetivo. Assim, INF04 realiza esse movimento argumentativo com o uso da regra da justiça (FERREIRA, 2010), insinuando que a expressão pública de casais homoafetivos seja “*algo total*” e “*livre*”, assim como ocorre com casais heterossexuais. Nesse contexto, o lugar do preconceito deve ser ocupado pela igualdade e pelo respeito às pessoas LGBT.

Nesse primeiro mote temático, vários processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas foram acionadas nos textos dos/as ativistas: anáfora direta recategorizadora, anáfora indireta, anáfora encapsuladora, dêitico pessoal, as funções *movere* e *areté*, figuras de escolha, de presença e comunhão, lugar derivado do valor da pessoa, regra da justiça, argumentos de exemplo e ilustração, fato de observação, hierarquias concretas e valores. Além disso, fizeram-se presentes também escolhas verbais nas predicções, reforço do dizer, explicações, paráfrases e paralelismos sintáticos. Dessa forma, tais aspectos textuais-discursivos indiciam um sujeito LGBT cindido em diferentes identidades e passível de uma variedade de opressões e privação de direitos civis. Porém, isso o faz sinônimo de luta e resistência diária.

4.2 Combate à LGBTfobia

[Fragmento 06]

[...] P – No caso, como vocês têm combatido a LGBTfobia durante esses anos? [...]

INF05 – Primeiro, assim, deixar claro que as *instituições* como *ADHONES*, *ASTRA* e *UNIDAS* foram *PIONEIRAS* em *um monte de coisa*, assim, né? Eram poucas instituições. Primeiro veio o *Dialogay*, que contribuiu muito, e em consequência do *Dialogay* vieram outras instituições como a *ADHONES*, *ASTRA* e *UNIDAS* que foram *PIONEIRAS* na conquista de lá pra cá, com a *aprovação de leis ou projetos*, como a *primeira lei de combate à homofobia*, que *FUI EU MESMO* que *redigi* e *passsei* para a vereadora Rosângela em 2007... *O projeto de lei* foi oficializado pela vereadora Rosângela... [...] Demorou muito! Demorou bastante. De 80 pra cá foi muita coisa que demorou. Mas *nós fizemos* parte de uma geração que construiu essa história, né? Que foram projetos como *leis contra homofobia*, *a lei de nome social*... *moções de louvor*, utilizamos os espaços que podíamos pra falar sobre *LGBTfobia*, foi *muito árdua a luta*, e *hoje nós estamos nessa situação mais ou menos confortável* entre aspas, né?

Nesse fragmento 06, o entrevistado faz uso de expressões referenciais que se repetem pelo menos duas vezes ao longo de seu depoimento (“*instituições pioneiras*”, “*ADHONES*”, “*ASTRA*”, “*UNIDAS*”, “*Dialogay*”, etc.). Por meio dessas expressões, ele faz uso de lugares retóricos (PERELMAN; TYTECA, 1996), tais como o lugar da ordem, lugar da qualidade e lugar da autenticidade. O fato de sempre mencionar a sua instituição como a segunda pioneira no estado sergipano pode levar o auditório à compreensão de que a ADHONES tem uma maior trajetória política em relação às demais instituições LGBT que surgiram depois. Numa radiografia histórica do movimento LGBT de Sergipe, Menezes (2018) observa que a primeira instituição a surgir depois do Grupo Dialogay de Sergipe foi a ASTRA (2001), e não a ADHONES (2003). Todavia, podemos também interpretar que esse primeiro lugar na hierarquia pode ser explicado se, por exemplo, pensarmos que o ativista assume o lugar de fala de presidente da instituição para a qual também foi direcionada a pergunta.

O ativista demarca a ADHONES, a ASTRA e a UNIDAS como as primeiras instituições em Sergipe após a extinção do Dialogay, o que nos faz perceber que o lugar da qualidade também é introjetado em seu discurso retórico, tendo em vista que essas instituições foram “*PIONEIRAS*” em “*um monte de coisa*”, e, desta forma, são únicas, raras, originais em relação às que vieram depois. Na expressão referencial “*instituições PIONEIRAS*”, o ativista realiza a demarcação da palavra por meio de uma ênfase entonacional (DIONÍSIO, 2012), procurando mesmo chamar a atenção do coenunciador para essa qualidade inerente às três primeiras entidades LGBT na capital. Por isso, muito além de um marcador conversacional, a ênfase, nesse caso, uma característica própria da oralidade e da conversação espontânea (comum na entrevista aberta), a nosso ver, assume uma característica argumentativa interessante para que o orador possa edificar uma imagem positiva de si e do movimento LGBT aracajuano. Vale destacar que a introdução referencial “*um monte de coisa*” produz algumas anáforas indiretas: “*a aprovação de leis ou projetos*”, “*a primeira lei de combate à homofobia*”, “*o projeto de lei*”, “*leis contra homofobia*”, “*a lei de nome social*”, “*moções de louvor*”, dentre outras. Tais expressões servem para apresentar também lugares de quantidade, tendo em vista a enumeração de ações político-identitárias elencadas por INF05.

Apesar de o ativista apresentar outra ênfase entonacional argumentativa num dêitico pessoal no singular (“*FUI EU MESMO*”) e enunciar dois verbos de ação (“*redigi*” e “*passei*”) em torno de suas ações individuais, na sequência ele focaliza sua argumentação na luta coletiva da sua e de outras entidades LGBT da cidade, conforme o uso de um dêitico pessoal e um verbo de ação no plural: “*nós fizemos*”. Tais verbos em destaque apontam para um tempo passado,

no qual “*a luta muito árdua*” foi decisiva para a conquista de tais direitos legais (aprovação de leis e projetos no município para segurança pública da população LGBT). Porém, a apresentação de dêiticos temporal (“*hoje*”) e pessoal (“*nós*”) na continuidade referencial e o uso de verbo de estado no tempo presente (“*estamos*”) aponta para o *ethos* prévio que se modificou em consequência das conquistas das ações do movimento LGBT. Portanto, essas expressões referenciais dêiticas e o verbo de estado, acopladas à expressão encapsuladora “*(n)essa situação mais ou menos confortável*”, contribuem para indiciar um *ethos* discursivo mais seguro e protegido não só do ativista em questão, mas de toda a população LGBT de Aracaju, que se beneficia, direta ou indiretamente, desses direitos alcançados.

Diríamos, ainda, que a expressão “*(n)essa situação mais ou menos confortável*” contém um dêitico espacial que não aponta e encapsula apenas informações cotextuais e situacionais, mas também o contexto sociopolítico e cultural contemporâneo, o qual, todavia, não demonstra muita redução na violência e nos assassinatos por LGBTfobia. Temos, aqui, o caso de uma expressão referencial difusa e complexa, que não deve ser analisada somente tomando-se por base parâmetros cotextuais e situacionais. Pois, com base nela, poderíamos nos perguntar: tal situação é confortável, hoje, para quem? Em quais contextos uma pessoa LGBT está mais isenta de LGBTfobia?

Como veremos nos próximos fragmentos, outros ativistas começam a inserir, na argumentação sobre a temática em foco, a questão da criminalização da LGBTfobia³⁴, a qual estava sendo pleiteada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na mesma semana em que realizamos a maior parte das entrevistas. Assim diz INF01:

[Fragmento 07]

INF01 – Em Sergipe, *as instituições...* elas têm as suas representatividades em *órgãos públicos*, que *dão a cara* pra poder se tornar legítima a luta em prol da *LGBTfobia*, né? Porque o combate não é só, como agora nós vemos *a... criminalização da homofobia*, que, recente, foi suspensa, infelizmente. Porque há *interesses políticos* nisso, mas é, justamente, *a sociedade civil e o poder público que devem... estar juntos na luta*, né, em *projetos de leis*, tendo *visibilidade em mídias*,

³⁴A partir do dia 13 de junho de 2019, a LGBTfobia foi considerada crime no Brasil. “Foi o que decidiu o plenário do Supremo Tribunal Federal, que declarou a omissão do Congresso em aprovar a matéria e determinou que o crime de racismo seja enquadrado nos casos de agressões contra o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) até que a norma seja aprovada pelo Parlamento. Foram julgadas duas ações: uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADO 26), enviada à Corte em 2013 pelo PPS (Partido Popular Socialista), e o Mandado de Injunção (MI 4733), que foi protocolado em 2012 pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT). [...] classificaram a LGBTfobia como crime de racismo, encerrando a votação por 8 votos a 3.” (Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/por-8-a-3-stf-aprova-a-criminalizacao-da-lgbt-fobia/>>. Acesso em: 31/01/2020).

ocupando as praças, fazer um ocupa praça, que eu acho que isso é essencial, e... ter o lado onde todos possam estar inseridos e aí está na causa... pra uma sociedade mais... respeitosa para nós. Né? Onde a gente se sente aberto, da maneira como nós somos, como pessoas, como LGBT. E tendo a consciência que ser LGBT é um corpo político, diário, né, diário. [...] Já deveria, a meu ver, há muito tempo se tornado lei, crime, sim... né? Mas, infelizmente, por conta de tanta corrupção política, de tanta falta de respeito com a população LGBT... ainda não ganhamos essa luta. Mas vamos ganhar, né? Em outros países já é crime a... homofobia, a LGBTfobia, mas tudo é história, né? [...] Por que, hoje, nós não avançamos em todos os aspectos, não só na criminalização da homofobia, da LGBTfobia, né? Porque o Brasil... ainda não é um país desenvolvido, né? Não só desenvolvido, mas... onde as pessoas tenham a empatia de... se colocar no lugar do outro, né? Então, basicamente é isso, Samuel... É... Eu acho que a gente... é... a gente tem que educar as pessoas para serem respeitadas, infelizmente. Né? Porque enquanto a gente não educar as pessoas pra respeitarem o outro, de como ele é, que é um direito, né? Eu sair com meu namorado, eu sair na rua e... dou um exemplo, assim como para um casal hétero, um casal homo, não é nada demais você sair de mãos dadas... na rua.

Diferentemente de INF05, que apenas citou exemplos de lutas e pautas no tocante à conquista de ações legais na cidade de Aracaju, INF01 menciona a relevância da conquista de uma ação legal em âmbito federal e nacional. Várias introduções referenciais, anáforas e predicções servem de base para a defesa do ponto de vista do ativista. A partir das expressões referenciais “as instituições” e “órgãos públicos”, a predicção “dão a cara”, cujas palavras são de uso coloquial, significa uma ação conjunta e consistente entre ativistas LGBT e setores públicos governamentais. Na sequência, após introduzir a expressão “a criminalização da homofobia”, INF01 a retoma tanto por meio de duas anáforas diretas de mesmo item lexical (“criminalização da homofobia”, “[criminalização] da LGBTfobia”) quanto a recategoriza por meio desta expressão: “essa luta”. Além disso, a construção argumentativa contrária à prática da LGBTfobia é efetivada, nesse fragmento, com o uso da anáfora recategorizadora “crime”, cuja carga avaliativa negativa remete à expressão referencial anteriormente mencionada “(d)a LGBTfobia”.

Percebemos que, na configuração textual do fragmento 07, INF01 imputa expressões referenciais de valor negativo à LGBTfobia, ao passo que direciona um olhar positivo para expressões que remetem à união das ações do movimento LGBT com os órgãos públicos da capital e do estado. O fato de, por exemplo, a criminalização da LGBTfobia ainda não ter sido aprovada até aquele momento da interação entre P e INF01 tornara-se condição suficiente para que este utilizasse o seguinte argumento de definição apoiado numa comparação: “o Brasil... ainda não é um país desenvolvido”. Com base em Aristóteles (2005), defende Fiorin (2018, p. 118) que “a definição consiste em declarar a essência de alguma coisa”. Porém, ao que parece, o ativista parece declarar a ausência de uma essência incrustada à realidade brasileira, partindo

da observação de um fator socioeconômico e cultural e justificando assim a possibilidade de insucesso na aprovação da lei em prol da segurança e garantia de sobrevivência da população LGBT.

Outra questão mostra-se relevante na análise da construção do *logos* e do *ethos* nesse discurso de INF01: a cumplicidade que estabelece com o auditório/pesquisador mediante o uso constante do termo “*nê*” seguido de sinal interrogativo, além da referência direta ao nome deste. Tais informações em destaque sinalizam uma proximidade e uma comunhão estabelecidas antes mesmo do contexto da entrevista gravada, assim como apontam para a existência de conhecimentos compartilhados e de uma *doxa* comum entre os sujeitos da interação, revelando a pertinência do auditório homogêneo de Amossy (2018): o conjunto daqueles que pensam como o orador. Assim, o contexto retórico e sociocognitivo de realização da entrevista aberta permitiu que o orador/ativista modulasse seu discurso em face da bagagem cognitiva e das posições sociais do auditório/pesquisador.

Além disso, assim como INF04 no fragmento 05, INF01 questiona as hierarquias concretas existentes entre “*um casal hétero*” e “*um casal homo*”, utilizando o argumento da regra da justiça por meio do seguinte trecho: “[...] *assim como para um casal hétero, um casal homo, não é nada demais você sair de mãos dadas... na rua*”. Esse trecho também constitui um argumento de ilustração, porquanto o ativista menciona um comportamento comum assumido por qualquer tipo de casal. Para INF01 e INF04, portanto, a homoafetividade merece possuir o pleno direito da expressão pública, assim como o tem garantido a vivência da heterossexualidade. Podemos dizer ainda que esse ponto de vista também se baseia em uma presunção acerca do comportamento “normal” que é *sair de mãos dadas na rua* (PERELMAN; TYTECA, 1996), obtendo-se esta conclusão: se isso é normal para casais heterossexuais, também o é para casais homoafetivos. Desse modo, INF01 situa o relacionamento não normativo na categoria do comportamento normalizado socialmente.

Questões semelhantes às apontadas por INF01 são também objeto da argumentação de INF03 no fragmento a seguir:

[Fragmento 08]

INF03 – Então, a forma de combater... *eu nem sei se a gente teria uma forma de combater. A gente luta todos os dias, como eu disse, pra conseguir avanços nas políticas públicas, pra que melhore, pra que criminalize, mesmo sendo a nível municipal ou estadual... A gente tem leis aqui no município, né, que criminalizam quem discrimina a identidade de gênero em locais públicos e privados, então, assim, isso já dá um certo bloqueio, mas a gente tem um outro problema que é a falta de... eu não diria a falta de coragem, mas eu diria o medo, tipo, às vezes*

a gente recebe aqui *meninas trans* que foram *agredidas*, vêm e conversam com a gente, querem dar impulso, mas aí ficam com medo depois de dar prosseguimento, boletim de ocorrência e identificação, por medo de serem encontradas em outro ambiente, serem assassinadas, então, assim... *é necessário gerar uma demanda*, porque quando a instituição leva, por exemplo, *a gente tem um vínculo muito bom com a secretaria de... com a Defensoria Pública e com a Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis... Mas se eu não levo você lá, que foi agredido, que a pessoa está passando pela situação pra que você faça um boletim de ocorrência e permita que seja feita uma investigação da pessoa que te agrediu, da loja que te discriminou, eles não podem fazer nada*. Eles não vão chegar lá só com o relatório institucional e “olha, a loja X tratou mal a pessoa tal que é *pessoa trans* e discriminou isso e aquilo”. Tá, a gente precisa que a pessoa venha aqui e faça o boletim de ocorrência, assine e isso e aquilo...” Então, precisa que as pessoas que passem por qualquer tipo, qualquer motivo de discriminação, seja do pequeno ao grande, ou agressão, ou passou dentro ou passou numa loja e foi chamada de *bichinha*, no mínimo, porque se a gente abaixa a cabeça ou deixa pra lá, e acontece com *muitas meninas*, e isso assim precisa ser ressaltado e informado sempre, é que *muitas meninas* chegam: “Ah, passei por isso e isso, ah, gente, não quero ir na delegacia não, deixe pra lá”. Então, sempre que deixa pra lá, é mais uma pessoa que está ali fazendo inferno na vida de *LGBTs* que está passando, que está continuando com os atos que está cometendo porque ninguém vai parar.

Quando fazemos a leitura do fragmento acima, uma questão parece chamar mais a atenção de INF03: a denúncia da transfobia. Embora, inicialmente, ele pareça criar uma contradição entre a expressão nominal “*uma forma de combater*” e a afirmação “*A gente luta todos os dias, [...] pra conseguir avanços nas políticas públicas*”, o que nos faz identificar a anáfora indireta “*leis [contra a discriminação por identidade de gênero]*”, ancorada na expressão “*avanços nas políticas públicas*”, a sua argumentação se volta predominantemente para o auxílio que a sua entidade presta às pessoas trans no processo de denúncia da transfobia, haja vista a recorrência de expressões referenciais atreladas à população trans: “*meninas trans*”, “*pessoa trans*” e “*muitas meninas*”. Somente ao final do fragmento, a apresentação de duas expressões referenciais (“*bichinha*” e “*LGBTs*”) remetem, respectivamente, à categoria dos homossexuais afeminados e à população LGBT em geral, o que nos leva a inferir que o ativista se recordou da pergunta que lhe foi direcionada e o mote temático a ela atrelado: combate à *LGBTfobia*.

As escolhas lexicais e o enquadre argumentativo desencadeados por INF03, no fragmento 08, vão focalizar a prática político-identitária da denúncia da transfobia no seguinte trecho: “[...] *a gente tem um vínculo muito bom com a secretaria de... com a Defensoria Pública e com a Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis... Mas se eu não levo você lá, que foi agredido, que a pessoa está passando pela situação pra que você faça um boletim de ocorrência e permita que seja feita uma investigação da pessoa que te agrediu, da loja que te discriminou, eles não podem fazer nada. [...]*”. Aliás, segundo descreve o ativista, o ato da denúncia da

transfobia não se limita apenas a prestar boletins de ocorrência nos órgãos públicos citados (Defensoria Pública do Estado e Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis – DAGV), pois, sem o acompanhamento por parte da entidade LGBT, tal tipo de denúncia não seria levada em frente e/ou tal violência e o(s) seu(s) agressor(es) não passaria(m) por quaisquer investigações³⁵. Daí a relevância social do ativista LGBT e de sua entidade na busca da reparação da violação de direitos LGBT, e, mais especificamente, do direito à segurança pública e à vida de pessoas trans. Na opinião de INF03, para que haja punição de pessoas LGBTfóbicas, de forma efetiva, “*é necessário gerar uma demanda*”, [pois, independentemente da falta de coragem ou medo em denunciar tais atos violentos], “*sempre que deixa pra lá, é mais uma pessoa que está ali fazendo inferno na vida de LGBTs que está passando [...]*”.

Semelhantemente ao que ocorre nos discursos de INF05 e INF01 nos fragmentos 06 e 07, anteriormente analisados, os quais elencam a aprovação de leis (a exemplo da lei do nome social) e a luta pela criação de políticas públicas em articulação com os órgãos públicos municipais e estaduais, INF03 também faz menção, nesse fragmento 08, à luta pelos avanços nas políticas públicas que visem criminalizar, principalmente, os sujeitos sociais que discriminam, agridem e/ou assassinam pessoas LGBT nos espaços públicos e privados. Tais movimentos argumentativos vão criando, na mente do auditório, pelo menos uma imagem negativa das pessoas LGBTfóbicas e uma imagem positiva do ativista. Assim, o fragmento a seguir só vem a reforçar o mesmo *ethos* discursivo do ativista LGBT aracajuano, os mesmos argumentos e posicionamentos já enunciados:

[Fragmento 09]

INF04 – Então, *é questão de conscientização. É uma questão de conscientização* no sentido de que... a gente sabe que *têm algumas leis que já criminalizam essa questão da homofobia, mas é algo ainda muito, é... municipal*. Não é nacional, *agora que, inclusive, o STF está levantando essa pauta* pra conseguir criminalizar. Mas não é ainda o Brasil todo. São pontos específicos. Ou acho assim que *a LGBTfobia não está só na agressão física. Está na agressão psicológica, nessa agressão simbólica*, por exemplo, de você renegar os seus próprios filhos, renegar uma pessoa de ter um trabalho por ser *transexual*, ou até mesmo ser *gay*, não em um padrão heteronormativo, deve ser *gay masculino* e tudo, sendo que uma tendência é... ser *um gay afeminado*, e assim... esse é um tipo de agressão aí também. São *agressões*, *afora as agressões*

³⁵Com base em consultas bibliográficas, análise de registros de vítimas de LGBTfobia em boletins de ocorrência (BO) e entrevistas com vítimas e assistentes sociais, em sua pesquisa *Os não recomendados: a violência contra a população LGBT em Sergipe*, Menezes (2018, p. 277) observa claramente “a forte presença da subnotificação, revitimização e impunidade desses casos na conjuntura sergipana e brasileira. Esses fenômenos se apresentam como um ciclo interligado que auxilia no processo de (in)visibilidade deste tipo de violência na sociedade sergipana além de auxiliar na questão da naturalização pela própria população LGBT...”.

verbais e tudo mais, mas também existe esse tipo de agressão, né, que é *uma agressão simbólica* e que, muitas vezes, dói mais, *essa psicológica*, dói mais que *a própria agressão física*. Entendeu? Então, assim, eu acho que o combate que *a ASTRA* tenta nesse sentido é *conscientizar essas pessoas que, independente da orientação sexual e independente do gênero que a pessoa tem, ela tem a sua importância*. Ela pode ser um profissional maravilhoso, ela pode ter seu caráter muito melhor do que outras pessoas que são aceitas pela sociedade e... está aí, nesse sentido, de que existem leis pra proteger esse tipo de pessoa e que se não houver... um certo respeito, existe *uma pena*, existe *um castigo* que deve ser colocado em prática, né, por não agir de acordo com *as leis*. Então, eu acho que é mais nesse sentido, acho que existe *a criação de políticas públicas*, né, tudo o que é voltado pela discriminação, *a ASTRA vem levantando posicionamento perante o legislativo*, né, pra que se criem mais leis voltadas pra o público *contra agressões*, seja lá qualquer tipo de não reconhecimento, porque quando você não é aceito num órgão público, por exemplo, com seu *nome social*, isso é você ir de encontro a *uma lei que existe aqui*, que é *a lei do nome social*, que ela deve ser aceita nos órgãos públicos, ser chamada como a pessoa deseja. Então é assim, conscientizar nesse sentido, aos órgãos públicos, à sociedade, que existem leis que protegem sim, pra que *isso* não ocorra, pra que não haja *agressão*, seja *moral*, seja *física*, *psicológica*, é isso.

Nesse fragmento 09, observamos que INF04 inicia seu texto com o uso das expressões referenciais “*questão de conscientização*” e “*uma questão de conscientização*”, as quais recategorizam a introdução referencial “*o combate à LGBTfobia*”, expressa na pergunta da entrevista. Lutar contra esse tipo de discriminação e violência, segundo ele, significa realizar ações de conscientização. Na sequência e ao final do texto, ele aponta a existência de leis municipais que criminalizam a homofobia/LGBTfobia, mas afirma que elas não são suficientes, pois não conseguem abarcar os índices de violência em funcionamento no país inteiro. Por essa razão, a exemplo do modo como já procederam outros informantes desta pesquisa, à época no processo de aprovação ou não da criminalização da LGBTfobia no STF, INF04 também delega a mesma importância a essa lei em âmbito nacional. Nesse contexto, a conquista dos direitos humanos LGBT pelo legislativo representa um valor importantíssimo do movimento.

Na progressão temática desse fragmento, INF04 articula várias outras expressões referenciais à anáfora direta “*a LGBTfobia*”, estabelecendo entre elas relações meronímicas (parte-todo): “*agressão física*”, “*agressão psicológica*”, “*agressão simbólica*”, “*agressões verbais*” e “[*agressão*] *moral*”. Em consonância com Borrillo (2009, p. 43), a homofobia e, ampliamos, a LGBTfobia é um grave problema social, pois “constitui uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito pelo outro...”. Assim, existem vários tipos de homofobia, tais como a psicológica, a social, a geral, a específica, etc., que englobam os tipos citados por INF04. Se observarmos essas expressões de um ponto de vista retrospectivo, na linearidade cotextual, também veremos que a expressão “*agressões*” encapsula as que aparecem antes e as que são mencionadas depois. Por meio dessas expressões referenciais, o ativista

utiliza a divisão do todo em partes como argumento na tessitura de sua argumentação, visto que fragmenta o todo (LGBTfobia) a fim de provar ou não a sua existência (FERREIRA, 2010). Desse modo, os tipos de agressão elencados por INF04 constituem a natureza da LGBTfobia.

Após defender esses posicionamentos com exemplos que incluem pessoas trans e homossexuais afeminados cujas famílias e o ambiente de trabalho os renegam e os discriminam, o ativista em questão menciona duas predicções sobre o referente “a ASTRA”: i) “*a ASTRA tenta nesse sentido é conscientizar essas pessoas que, independente da orientação sexual e independente do gênero que a pessoa tem, ela tem a sua importância [...]*”; ii) “*a ASTRA vem levantando posicionamento perante o legislativo, né, pra que se criem mais leis voltadas pra o público contra agressões [...]*”. São predicções que ilustram práticas político-identitárias realizadas pela entidade LGBT da qual faz parte e, além disso, apontam para uma comparação inevitável entre pessoas privilegiadas por sua sexualidade e gênero (pessoas cisheteronormativas) e aquelas desrespeitadas/violentadas em face de suas identidades não normativas (LGBTs). Também, a expressão referencial “*a criação de políticas públicas*” se ancora tanto em outras expressões no decorrer desse fragmento 09 quanto remete aos mesmos tipos de ações realizadas por INF01, INF03 e INF05 e suas respectivas entidades. Vale ressaltar que o foco na pauta trans e, em alguns momentos, na comunidade homossexual, nesse e em outros fragmentos, pode ser justificado pelo fato de as duas instituições aqui investigadas travarem contato mais estreito com esses dois segmentos.

Mais uma ativista focaliza a pauta trans em parte de sua resposta à nossa pergunta:

[Fragmento 10]

INF02 – Então, aqui em Sergipe, por exemplo, eu participo do Conselho da Mulher, do Conselho de Assistência, o outro menino participa do Conselho da Juventude, e sempre nesses conselhos a gente leva essa pauta da questão da LGBTfobia, por exemplo, a gente sabe que a gente está vendo pra ver esses dias se a gente consegue *criminalizar a LGBTfobia*. E aí já vai ser *um avanço muito grande*. [...] por exemplo, a gente agora fez *um dossiê* junto com a *Rede Trans*, que é uma rede nacional de pessoas trans do Brasil, e esse dossiê fala que, tipo, no Nordeste, Sergipe está no *primeiro lugar contra a violência a pessoas trans*. Já vou eu voltando pra questão trans. Mas é alarmante, porque, tipo, a gente não imagina uma coisa dessas, né, Sergipe é um estado tão pequeno, mas a gente está em primeiro lugar no Nordeste como o estado que mais violenta pessoas trans. Então, a gente precisa avançar nessas pautas, sim, então a gente faz o quê? A gente vai com esse dossiê na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Justiça, porque *a gente mostra e pede medidas mais eficazes pra gente conseguir combater essa transfobia existente no nosso estado*. A gente teve uma reunião com o secretário de justiça, Cristiano, onde a gente tinha pessoas sendo desrespeitadas na fila quando ia visitar um namorado na penitenciária ou com outras meninas que estavam presas, e a gente não tinha nem o campo de *nome social* naquelas carteirinhas de visita, então as meninas eram constantemente

constrangidas com o nome de registro. E aí é uma questão de LGBTfobia também. [...] Mas, com relação à LGBTfobia em geral, por exemplo, na Parada mesmo... não é só a Parada, a gente faz *um mês de atividades* em escolas, em associações de bairros, na rua, em praça, onde a gente consegue aglomerar todas as pessoas, e aí a gente vai falando as questões de LGBTfobia, prevenindo, combatendo o público em geral, pra entender que *a homossexualidade, que a travestilidade, que a transexualidade não ferem em nada as pessoas heterossexuais*. O lema que a gente usa para essas pessoas entenderem o que a gente quer é *respeito*. [...]

Assim como os ativistas mencionados anteriormente, INF02 demonstra o mesmo posicionamento positivo em relação à aprovação da lei que criminaliza a LGBTfobia no Brasil. Para essa ativista, a criminalização da LGBTfobia é qualificada como “*um avanço muito grande*”, pois pode ser uma medida de combate eficaz contra a discriminação e a violência a pessoas LGBT. Em seguida, ela mobiliza novamente em seu discurso a questão da transfobia, fazendo-nos reativar um dado negativo em relação à sociedade brasileira e, mais especificamente, ao estado de Sergipe, onde a sua instituição LGBT se encontra: “[...] *no Nordeste, Sergipe está no primeiro lugar contra a violência a pessoas trans*”.

A exposição desse fato situa o lugar da ordem num sentido negativo: “*(n) o primeiro lugar contra a violência a pessoas trans*”. Por isso é que, para ela, é mais que necessário lutar contra a LGBTfobia e a transfobia no estado e na capital sergipana. Assim sendo, ela e sua instituição realizam ações político-identitárias importantes nesse combate, tais como: ii) “[...] *a gente mostra e pede medidas mais eficazes [à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Justiça] pra gente conseguir combater essa transfobia existente no nosso estado*”; ii) “[...] *a gente faz um mês de atividades em escolas, em associações de bairros, na rua, em praça*”. Tais ações ilustram bem o modo como o movimento LGBT de Aracaju se expande em distintos espaços sociais, quer em articulação com os órgãos públicos, quer em articulação e interação direta com a comunidade aracajuana.

Face a isso, podemos compreender que a segunda forma de ação mencionada por INF02 corresponde à prática docente, isto é, o ato de levar o conhecimento da realidade LGBT ao público em geral, que geralmente desconhece muito das lutas travadas diariamente entre a pessoa LGBT e a LGBTfobia. Isso tem a ver com uma das finalidades da persuasão mencionada por Ferreira (2010): ensinar, convencer, transmitir conhecimentos (*docere*). Um dos conhecimentos transmitidos consiste nisto: “[...] *a homossexualidade, que a travestilidade, que a transexualidade não fere em nada as pessoas heterossexuais*”. A sequencialidade dessas categorias identitárias realiza, ao mesmo tempo, um paralelismo sintático e um reforço dos valores de igualdade e de luta do ativismo LGBT, situando tais identidades dissidentes no mesmo patamar social.

Semelhantemente, o ato de apresentar dados estatísticos alarmantes da Rede Trans e pedir medidas eficazes contra a transfobia às pessoas dos órgãos públicos significa utilizar a linguagem com a segunda finalidade da persuasão: comover, atingir as emoções, os sentimentos (*movere*) (FERREIRA, 2010). Ou seja, o *pathos* certamente se mobiliza em face desse contato direto entre ativista LGBT (orador) e sujeitos do governo (auditório heterogêneo/compósito), haja vista que os motivos que mobilizam as ações do primeiro quase sempre busquem suscitar sentimentos de compaixão neste último, o auditório (AMOSSY, 2018). Para INF02, sem sombra de dúvidas, entender a naturalidade da identidade LGBT levará a sociedade a abandonar práticas sociais LGBTfóbicas.

Nesse segundo mote temático, foram acionados tais processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas: anáfora recategorizadora, anáfora encapsuladora, anáfora indireta, dêiticos pessoal, temporal e espacial, relações meronímicas na anáfora direta, fato de observação, hierarquias concretas, lugares da ordem, da qualidade, da quantidade e da autenticidade, ênfase entonacional, argumentos de definição e ilustração, presunção, argumento da divisão do todo em partes, regra da justiça, as funções *docere* e *movere*, escolhas verbais nas predicções, paralelismo sintático e reforço dos valores. Assim sendo, tais recursos textuais-discursivos apelam tanto para o *pathos* (especificamente, no uso de fatos de observação sobre homo/transfobia), quanto indiciam o *ethos* prévio inseguro (sem aprovação de leis municipais de combate à LGBTfobia) que se modificou, assumindo o *status* de *ethos* discursivo engajado politicamente na articulação com órgãos públicos, visando a construção de políticas públicas.

Após efetuar as análises dos dois primeiros motes temáticos, observamos que a pauta trans se faz recorrente no discurso dos/as ativistas aqui entrevistados/as, conforme estas recorrências de termos: “*as trans*”, “*pessoas trans*”, “*travestis*”, “*transexuais*”, “*meninas [trans]*” e “*nome social*”. Portanto, focalizamos essa pauta de luta no terceiro mote temático a seguir.

4.3 Visibilidade trans e acompanhamento sócio-jurídico

[Fragmento 11]

P – E agora, já que estamos falando da questão trans, aí eu puxo a pergunta sobre a luta. Como e por que ocorre, hoje, essa luta pela visibilidade trans, aqui, no movimento?

INF05 – Rapaz... Ela ocorre porque é *uma luta pela sobrevivência*, né? *Uma questão de instinto*. Se não nós não sobrevivemos. Isso é *uma coisa permanente*. Quando *ela* vai a uma padaria que exige ser tratada como uma senhora; quando *ela* vai num cartório, exige que seja tratada de

senhora, mesmo com o nome ainda... pra mudar. A *LUTA* existe pela sobrevivência, e a *sobrevivência da gente* nos dá força pra que nós possamos pautar sempre as reivindicações da população trans. *E hoje nós temos instituições trans, né, que continuam fazendo trabalho, mesmo que seja acadêmico, mesmo que seja... no campo da base, nas ruas...* [...] A partir do momento que *eles vão dar a cara a bater*, porque eles fazem isso, eles fazem, né? Isso é *uma luta permanente e diária*. [...]

P – Agora, a gente falou e eu não retomei a questão. Qual a importância da *retificação do nome para pessoas trans*?

INF05 – É o início do reconhecimento das identidades de gênero como *cidadãs de direito*. Como *pessoas livres*, né, e como direito de ter construída sua *identidade feminina*. Então eu acho isso o *ponto de partida da cidadania plena*. É reconhecer essa identidade de gênero como algo de direito (incompreensível) e ver que *não é pênis, que não é vagina que constrói a identidade de gênero. É como ela se vê no mundo*, né? Aqui. Como ela se construiu e como ela se relaciona com o mundo externo. Isso é o principal. Por isso, até vou voltar a dizer: e por que você tem feito muito isso? Têm me procurado, né... *as meninas. Elas têm me procurado*.

[...]

INF05 – Estou fazendo isso com *o maior carinho do mundo*. Porque eu estou acordando *4 DA MANHÃ, 3 DA MANHÃ* pra ir pro cartório pra distribuir senha. [...]

Nesse fragmento 11, INF05 (re)categoriza a expressão referencial “*luta pela visibilidade trans*”, enunciada por P, por meio destas anáforas recategorizadoras: “*uma luta pela sobrevivência*”, “*uma questão de instinto*”, “*uma coisa permanente*” e “*uma luta permanente e diária*”. São expressões referenciais dotadas de orientação argumentativa positiva, pois nos possibilitam construir o sentido do heroísmo e da coragem inerente à população trans e aos sujeitos do ativismo LGBT. Na progressão referencial e sequencial do discurso, elas se estruturam por meio de paralelismo sintático, organizando semanticamente os posicionamentos do ativista em torno da pauta trans no movimento. A confluência faz-se bem presente entre a luta diária da pessoa trans e o sujeito ativista, de tal modo que visibilizar a questão trans e a vontade de autoproteção e sobrevivência parecem diluir-se nessa argumentação de INF05.

Observemos também o uso da expressão referencial “*A LUTA*”, desta vez, assinalada por ênfase entonacional, que denota o reforço do dizer e a autoridade do ativista LGBT. Nessa direção, INF05 aponta duas formas de contribuição à visibilidade trans: uma geral e uma individual. Primeiramente, a contribuição geral consiste, segundo ele, no trabalho acadêmico e na atuação nas ruas que instituições trans vêm realizando: i) “*E hoje nós temos instituições trans, né, que continuam fazendo trabalho, mesmo que seja acadêmico, mesmo que seja... no campo da base, nas ruas [...]*”; ii) *eles vão dar a cara a bater [...]*”. Assim sendo, em (ii) construímos também o sentido de enfrentamento destemido de ativistas que combatem em prol do respeito à população trans, e isso indicia argumentos de modelo e superação (FIORIN,

2018), sugerindo mesmo que tal conduta do movimento LGBT é plausível e deve ser seguida e valorizada.

Na segunda resposta acoplada ao mote temático, a partir da introdução referencial “*a retificação do nome para pessoas trans*”, enunciada por P, o ativista expõe duas anáforas recategorizadoras: “*o início do reconhecimento das identidades de gênero*” e “*o ponto de partida da cidadania plena*”. Esse tema foi incluído no desenrolar da entrevista porque se mostrou atrelado ao acompanhamento sócio-jurídico às pessoas trans durante nossas observações (1ª etapa da coleta de dados). Percebemos que essas duas anáforas recategorizadoras apontam para o lugar da ordem, fazendo-nos indagar sobre o que viria depois dessa conquista político-identitária de caráter jurídico. Por sua vez, para recategorizar o referente “*pessoas trans*”, o ativista utiliza mais duas anáforas recategorizadoras: “*cidadãos de direito*” e “*pessoas livres*”. Observamos que essas escolhas lexicais validam uma visão de mundo positiva do movimento LGBT sobre a questão da transgeneridade.

É notória, no discurso desse ativismo, a associação entre a natureza das identidades dissidentes e os princípios constitucionais brasileiros no tocante à dignidade da pessoa humana, o respeito à vida e à diversidade (“*cidadãos de direito*”, “*pessoas livres*”, “*reconhecer essa identidade de gênero como algo de direito*”). Trata-se de um movimento argumentativo com uso da alusão, que, a um só tempo, é uma figura de comunhão (FERREIRA, 2010) e um tipo de intertextualidade estrita (CAVALCANTE, 2012b). O conceito de identidade de gênero trazido por INF05 é o mais aceito e mais comum nas pautas político-identitárias LGBT. No *Manual de comunicação LGBTI+* (2018, p. 25), documento representativo dessas pautas, a identidade de gênero é concebida como “uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento...”. No parágrafo seguinte, a definição se complementa: “Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico” (p. 25). Assim, o ativista revela o apego pelo discurso autorizado nacionalmente (FERREIRA, 2010).

Embates político-identitários são reativados quando o ativista expõe visões de mundo contrárias sobre identidade de gênero: o discurso cisnormativo e cissexual de base biologicista (“[...] *é pênis, é vagina que constrói a identidade de gênero*”) ao discurso da transgeneridade/transsexualidade (“*É como ela se vê no mundo*”). Assim, o ativista utiliza o argumento *ad hominem* com esse segundo conceito, o qual está associado à opinião do movimento LGBT acerca da identidade trans, contra-argumentando a definição estabelecida

pelo discurso hegemônico, que desconsidera a existência dessa identidade porque ela escapa à ordem compulsória de sexo/gênero (BUTLER, 2015). Nesse sentido, Ferreira (2010) diz que o argumento *ad hominem* se vincula ao posicionamento de um grupo social sobre determinada questão. Vale ressaltar o foco de INF05 nas mulheres trans, evidenciado pelas seguintes expressões: “ela”, “*identidade feminina*”, “*as meninas*” e “*elas*”. Isso não significa apenas que mulheres trans sejam as mais acompanhadas pelas entidades LGBT desta pesquisa, mas também quer dizer que, para esse e outros ativistas entrevistados, esse recorte da população trans é o mais expressivo na escala hierárquica das opressões às identidades dissidentes.

Subsequentemente, quando P interroga sobre o fato de as pessoas trans procurarem o ativista em questão em seu local de trabalho na Diretoria de Direitos Humanos (DDH), observamos que ele introduz a expressão referencial “*o maior carinho do mundo*”, de modo a significar positivamente o seu acompanhamento sócio-jurídico em relação ao público das mulheres trans. Já as expressões referenciais “*4 DA MANHÃ*” e “*3 DA MANHÃ*”, enunciadas com gradação retroativa e ênfases entonacionais argumentativas, significam informações sobre a sua luta diária no processo de retificação de nome e gênero das mulheres trans. Constituem, também, no plano discursivo, um argumento de sacrifício, o qual “serve para provar as qualidades morais de uma pessoa ou de um ato” (FIORIN, 2018, p. 164). É nesse momento da entrevista que o ativista expõe uma forma de contribuição individual na luta pelo respeito à identidade trans e no acompanhamento sócio-jurídico do movimento em Aracaju. Nesse fragmento 11, INF05 edifica um *ethos* corajoso e destemido do ativista LGBT.

[Fragmento 12]

INF01 – Na verdade, para ter essa visibilidade trans, repito, *é necessário o entendimento, o conhecimento... se apropriar da identidade de gênero...* Mas, em Sergipe, a gente tem eventos das entidades, das organizações, das ONGs, como ADHONES, como ATHENAS, entre outras, que fazem eventos, que fazem *chás culturais*, fazem... *debates...* a respeito do tema, né, para o entendimento, para tornar visíveis *as trans*, que tanto lutam pela sua identidade, a sua transição, os seus direitos, a ser respeitada como *mulher*, não propriamente dito como sexo biológico. Né? Então... Esses eventos, trazendo a sociedade para *o entendimento trans ou LGBTI*, enfim, é trazer esse despertar com eventos de chás, *bingos*, né... É onde ali tem *a partilha das próprias transexuais contando as suas histórias*, né, sejam elas de sofrimento ou não, porque cada um tem a sua particularidade, de onde vem, e... *elas* lutam por *resistência...* *DIÁRIA*, para não serem apedrejadas nas ruas, como confundem que são travestis e não são, né? Uma coisa é você ser travesti, outra coisa é você ser trans. São coisas totalmente distintas. Mas *é a gente aproximar o... opressor do oprimido. Mas no sentido de enfrentamento.* “Não, nós estamos aqui e *vamos continuar lutando*”. Esse é o principal foco NOSSO.

INF01, nesse fragmento 12, assim como INF05, discorre, por meio do argumento de ilustração, acerca das ações desenvolvidas pelas instituições LGBT sergipanas em prol da visibilidade trans, mas apresenta um posicionamento singular sobre a necessidade dessa visibilidade: “*é necessário o entendimento, o conhecimento... se apropriar da identidade de gênero...*” Para esse ativista, torna-se quase uma condição obrigatória o reconhecimento interno e individual da pessoa trans para que, conseqüentemente, ela possa ocupar os espaços públicos e lutar por respeito à sua identidade. Em seguida, ele vai mencionar ações político-identitárias em defesa da população trans, a partir de algumas expressões referenciais: “*eventos das entidades*”, “[*eventos*] *das organizações*”, “[*eventos*] *das ONGs*”, “*chás culturais*”, “*debates*”, “*bingos*”, etc. Tais ações, segundo a sua visão, visibilizam as pessoas trans mediante a possibilidade de conhecimento de suas histórias de vida por parte de pessoas que respeitam ou não essa identidade dissidente.

São, portanto, esses eventos que oportunizam a sociedade a conhecer mais de perto a “*resistência DIÁRIA*” das pessoas trans, de modo que o respeito às suas existências possa ser garantido. Assim, ele utiliza o argumento de que “*aproximar o opressor do oprimido*” seja uma importante estratégia para o combate à transfobia. Ao utilizar, também, ênfase entonacional na expressão “*resistência DIÁRIA*”, INF01 reforça um atributo do *ethos* do ativista LGBT que já vem sendo edificado ao longo destas análises: a luta permanente, contínua e incansável. Nessa visada, podemos dizer que, por conter esse atributo, INF01 aqui situa as pessoas trans no lugar da essência (PERELMAN; TYTECA, 1996), visto que elas possuem uma característica bem distinta em relação às pessoas cisgêneras.

Numa visão geral, INF01 se remete a ações desenvolvidas quer pela sua entidade (ADHONES), quer pelas outras instituições (ATHENAS, dentre outras) que compõem o movimento LGBT no estado de Sergipe. Isso faz com que uma voz coletiva do movimento perpassa toda a leitura do fragmento 12. Além disso, embora introduza, no meio desse fragmento, a expressão referencial “*o entendimento trans ou LGBTP*”, isto é, inclua também outros segmentos da população que não estão especificados na pergunta da entrevista, o foco recai novamente sobre as mulheres trans, no uso de tais expressões: “*as trans*”, “*mulher*”, “*a partilha das próprias transexuais*”, “*elas*”, etc. A nosso ver, os esquemas mentais (re)ativados, nesse e em outros fragmentos anteriores, apontam para a permanência de conhecimentos de mundo acerca da violência urbana, pública e privada a que são submetidas as mulheres trans. Com base nesse fragmento, justificamos tal posição a partir deste trecho: “[...] *elas lutam por resistência... DIÁRIA, para não serem apedrejadas nas ruas*”. São esquemas mentais que, na

maioria das vezes, sempre se remetem a atos violentos de qualquer ordem contra pessoas trans, desde uma agressão verbal e moral a uma agressão física e/ou assassinato.

[Fragmento 13]

INF02 – [...] Quando a gente se aproxima da pauta de *travesti*, a gente já vê logo *algo marginalizado, uma escória da sociedade, um erro, um homem que se veste de mulher*, e é aí onde a gente precisa visibilizar as travestis e as transexuais pra ver que é totalmente diferente *desse contexto de visão que a sociedade já impregnou*, já enraizou, entendeu? [...] Aqui na ASTRA, que é a associação em que eu já trabalho há algum tempo, a gente sempre participa de *encontros, de conferências, de rodas de conversa*, é aí onde a gente consegue empoderar as meninas, muitas vezes, a gente sabe que é difícil de elas virem aqui, a gente aborda alguma menina na rua, e aí quando ela está trabalhando, a gente começa a conversar distribuindo gel e camisinha, e aí nessa forma que a gente faz *o trabalho de prevenção*, a gente também faz a cidadania, informando a ela sobre os direitos dela, por exemplo, aqui na ASTRA, a gente trabalha com *o projeto Pode Contar Conosco*, que tem eu como assistente social e Gladston que é advogado. E a gente está assim firmemente batendo na *questão da retificação de nome e de gênero*, porque, assim, tem muitas delas que não sabem, que acham que não tem como, e ficam com vergonha, então *quando tem uma travesti que nem eu e um advogado assessorando pra dar essa força por trás, elas se sentem já encorajadas a garantirem o direito delas*.

Nesse fragmento 13, INF02 recategoriza a introdução referencial “*travesti*” via algumas anáforas diretas: “*algo marginalizado*”, “*uma escória da sociedade*”, “*um erro*” e “*um homem que se veste de mulher*”. Tais expressões referenciais revelam argumentos de ilustração, focalizando *a priori* uma estereotipagem cristalizada na sociedade acerca da identidade trans. Assim como em fragmentos anteriores de sua entrevista, ela focaliza a pauta trans na questão das pessoas travestis, talvez pelo fato de se identificar como uma delas. A partir dessas anáforas diretas, ela evoca uma voz social adepta da transfobia, que interpreta a existência das pessoas trans como uma anormalidade e uma camada da sociedade de pouco valor, devendo, pois, ser exterminada sob os mais distintos meios de violência. O movimento argumentativo de INF02 vai, inicialmente, reativando contextos transfóbicos³⁶ da sociedade via certas expressões anafóricas, para, em seguida, contradizê-los mediante práticas do movimento LGBT que visam a emancipação social das pessoas trans. Nesse sentido, a contradição de posicionamentos e

³⁶Em seu livro *Quando dizer é violentar: violência linguística e transfobia em comentários online*, Silva (2019a) articula várias abordagens teórico-analíticas para dar conta da análise de atos de fala transfóbicos produzidos em práticas digitais de interação. Partindo de um diálogo entre os estudos contemporâneos de gênero com a Nova Pragmática Linguística, o autor problematiza os contextos (re)estabelecidos que dotam de força ilocucionária os atos de fala que são capazes de ferir e subalternizar pessoas trans. Assim, a análise empreendida compreende cinco contextos distintos pelos quais se realiza a transfobia na linguagem: a) contextos de abjeção; b) contextos médico-científicos; c) contextos religiosos; d) contextos de colonialidade; e) contexto do *continuum* das violências.

atitudes transfóbicas vai sendo desvelada mediante a sequencialidade do texto da ativista em questão, visto que o contradiscurso é prática social inerente ao movimento LGBT. Assim, a transfobia, de certa maneira, cai por terra quando a ativista atua na desconstrução da estereotipagem.

Após introduzir a anáfora encapsuladora retrospectiva “(d)esse contexto de visão”, o qual abarca as expressões referenciais acima elencadas, INF02 vai discorrer justamente sobre práticas político-identitárias realizadas por sua entidade (a ASTRA), introduzindo estas expressões referenciais: “encontros”, “conferências”, “rodas de conversa”, “o trabalho de prevenção”, “o projeto *Pode Contar Conosco*” e “(n)a questão da retificação de nome e de gênero”. Elas correspondem a ações voltadas para a visibilidade trans, para o combate à transfobia e para o acompanhamento sócio-jurídico às pessoas trans. Um dos objetivos do projeto *Pode Contar Conosco* (sobre o qual já falamos no tópico 3.3) trata-se de realizar esse acompanhamento no processo de retificação de nome civil e gênero nos documentos de identificação da pessoa trans. Essa ação corresponde à lei de nome social³⁷ em funcionamento no estado de Sergipe, uma conquista para o movimento LGBT, encabeçada pela ASTRA.

Subsequentemente, acerca desse acompanhamento sócio-jurídico, INF02 relata o seguinte: “[...] quando tem uma travesti que nem eu e um advogado assessorando pra dar essa força por trás, elas se sentem já encorajadas a garantirem o direito delas.” A anáfora direta “elas” retoma a expressão “as travestis e as transexuais” e nos indica que o público das mulheres trans faz-se muito mais presente do que o dos homens trans, nessas ações do movimento. Destarte, esses sentidos de coragem e apoio encontrados nas práticas político-identitárias de ativistas LGBT de Aracaju levam-nos a construir uma imagem do ativista como alguém solidário, preocupado e engajado firmemente na pauta da visibilidade trans. De um lado, a oportunidade de contar com o apoio de uma travesti como assistente social e, de outro, com um ativista gay como advogado parece-nos indicar que as pessoas trans acompanhadas pelo trabalho da ASTRA recebem um tratamento eficaz como garantia de seus direitos civis.

Diante dessas análises, fica evidente até aqui que a argumentação dos ativistas em prol da visibilidade trans aponta, primeiramente, para o reconhecimento dessa identidade e, em segundo lugar, para as ações propostas e desenvolvidas dentro do movimento LGBT no

³⁷“O projeto de Lei nº 3.963/2010 dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais, nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração direta e indireta no município de Aracaju. Sancionada no dia 16 de novembro de 2010, essa lei teve influência direta com atuação da ASTRA – Direitos Humanos e Cidadania LGBT, liderada por Tathiane Araújo, considerada uma importante vitória para o movimento Trans.” (MENEZES, 2018, p. 41).

combate à transfobia. Questões semelhantes a essas estão presentes também no discurso de outro ativista abaixo:

[Fragmento 14]

INF04 – [...] A luta pela visibilidade trans é *extremamente necessária*. Primeiro, porque a *transexualidade é algo muito recente*. Sempre existiu, mas eu acredito que, *na questão de ser... levada a sério, é algo recente*. Das pessoas entenderem que uma pessoa que não se identifica com aquele gênero, ela não é uma pessoa que tem *problemas mentais*, que não é uma pessoa que está sendo, é... *uma criminosa...* porque às vezes até isso, né, muito já se falou, levando em conta um pouco ou a comparando à *homossexualidade*, que já foi tratada como *crime* e como *doença*, e isso perpassa também pra própria transexualidade. Porque é como se você... “Ah, não, você está fazendo algo diferente do que é o certo, do que é...” Que não existe o certo e o errado, né? [...] Então, assim, eu acredito que a luta pela visibilidade trans está aí, *na questão de divulgar, né, a existência dessas pessoas... Elas estão na sociedade, elas precisam ser reconhecidas como são, e...* pra isso ter sentido na vida delas e... também a questão que vai ter como consequência *uma melhor aceitação consigo, porque até elas também se aceitarem é difícil, porque quando a sociedade não a reconhece você acaba sendo marginalizado, segregado, e você diz “não, então realmente eles estão certos, eu não sou isso; eu sou aquilo”,* que é o que as pessoas querem que ela seja. Então, é isso o que eu acho que é a importância da visibilidade. Ela precisa existir, mesmo porque não é algo que é de um dia pro outro. Já existe há muito tempo, só que foi sempre tratada com *desprezo*, com *ignorância*, entendeu, *falta de compreensão...* [...]

P – É... Na questão da divulgação... A ASTRA e outros movimentos, aqui, no caso, divulgam a existência das pessoas trans, seria uma ação importante, né?

INF04 – Sim. A *ASTRA tem esse papel*, sempre teve, inclusive foi *a grande precursora*, eu acho, *no sentido da transexualidade*, porque... porque *a própria presidente daqui, Tathiane Araújo, é uma transexual* e nenhuma outra ONG conseguiu fazer, colocar à frente *uma Parada LGBT*. Então, eu acho que isso é de grande importância, né, primeiro, da visibilidade, né, e também pela questão de levantar que existem ainda conquistas a serem feitas. E precisa-se lutar muito ainda, tanto *na questão educacional, na questão do trabalho, na questão da saúde*, pra que todo mundo seja incluso na sociedade, como *pessoas de direito*.

Inicialmente, INF04 recategoriza a introdução referencial “*a luta pela visibilidade trans*”, enunciada por P, qualificando-a como “[luta] *extremamente necessária*”. É com base nessa avaliação que ele vai tecer sua argumentação em torno da natureza da identidade trans, a qual, historicamente, assim como a homossexualidade, foi e é concebida como transtorno mental, pecado, doença, crime, etc., em alguns países. Ele remete a outras vozes sociais baseadas na transfobia a partir do uso de expressões como “*problemas mentais*” e “*uma criminosa*”, as quais consideram a transexualidade sob o ponto de vista médico-científico e criminal. De modo semelhante, INF04 imputa ao objeto de discurso “*homossexualidade*” algumas expressões anafóricas recategorizadoras como “*crime*” e “*doença*”, as quais também

se associam ao universo semântico do discurso homo/transfóbico de base criminal e médico-científica, respectivamente.

Em 29 de janeiro de 2018, o Conselho Federal de Psicologia aprovou a Resolução Nº 1/18, a qual estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Os artigos 7º e 8º dessa Resolução, por exemplo, versam sobre a proibição de psicólogas e psicólogos realizarem ações ou eventos, durante o exercício profissional, que tratem as pessoas trans sob um olhar patologizante ou que visem a terapias de conversão ou readequação de sua(s) identidade(s) de gênero. Por sua vez, a homossexualidade foi retirada do Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 17 de maio de 1990. Com relação às identidades trans, a OMS também retirou, em 18 de junho de 2018, a transexualidade da lista dos transtornos de identidade de gênero, excluindo sua designação como doença mental. Apesar dessas conquistas, a homofobia e a transfobia se mostram sempre recorrentes na sociedade brasileira e mundial, de tal modo que o uso de termos como “homossexualismo” e “transexualismo” ainda é plenamente aceitável em determinados contextos cujas crenças atribuem um *status* de patologia ou anormalidade a tais identidades dissidentes.

Nesse contexto, as expressões referenciais acerca da homossexualidade e da transexualidade aparecem no corpo de algumas predicções que contra-argumentam conceitos homo/transfóbicos construídos historicamente, isto é, negando-os de forma incisiva: “[...] *ela não é uma pessoa que tem problemas mentais [...] não é uma pessoa que está sendo [...] uma criminoso...* Ao discordar desses conceitos, INF04 realiza um procedimento argumentativo que anula uma definição preestabelecida e, ao mesmo tempo, vai ao encontro de um argumento por definição (FIORIN, 2018), o qual acaba por conferir à pessoa trans o *status* de sujeito social honesto e inocente judicialmente, bem como saudável mentalmente. É como se esse ativista utilizasse uma proposição desta natureza: “X não é isso; X é isto”. Assim, na continuidade do fragmento, INF04 apresenta o mesmo posicionamento de INF01 (fragmento 12) no tocante à necessidade da visibilidade das pessoas trans: reconhecer-se primeiro para que a sociedade a reconheça. O autorreconhecimento da pessoa trans, qualificado por ele como algo difícil, consiste num fator primordial para a conquista do respeito do outro, aniquilando-se paulatinamente a “*ignorância*”, o “*desprezo*” e a “*falta de compreensão*”.

Ao responder a pergunta vinculada às ações realizadas pelas entidades LGBT aracajuanas, INF04 afirma que “A ASTRA”, entidade da qual participa, cumpre desde sempre com o papel de divulgar a existência das pessoas trans, no que ele a recategoriza como “a

grande precursora no sentido da transexualidade”, na trajetória de lutas na capital sergipana. Além disso, ele apresenta mais duas expressões referenciais concernentes à pauta trans no cotidiano de lutas da ASTRA: “*a própria presidente Tathiane Araújo*” (recategorizada por “*uma transexual*”) e “*uma Parada LGBT*”. Tais objetos de discurso, remetendo, respectivamente, a um sujeito social e a um evento municipal de visibilidade LGBT, levam-nos a compreender que esse ativista, em primeiro lugar, defende que a visibilidade trans tem uma recepção coerente e adequada em sua ONG porque tem na liderança uma pessoa trans, que, muito mais do que qualquer outro LGBT, entende melhor a importância dessa pauta.

Em segundo lugar, o fato de mencionar que a ASTRA cumpre com a tarefa de organizar a Parada LGBT todos os anos a situa num lugar muito relevante nesse engajamento político-identitário. Podemos dizer que o ativista situa a sua instituição no lugar da qualidade (PERELMAN; TYTECA, 1996), o que revela a sua autoridade institucional, pois realiza uma avaliação positiva que indica a sua originalidade em relação às demais entidades. E, assim como outros ativistas já o disseram, INF04 defende que a luta pela visibilidade trans também consiste na busca pelo respeito e pela inclusão “*(n)a questão educacional*”, “*(n)a questão do trabalho*” e “*(n)a questão da saúde*”. Outro ativista inicia sua resposta tocando nesses pontos específicos:

[Fragmento 15]

INF03 – [...] *As instituições conversam, participam de setores da saúde, da segurança pública, da educação, mas têm normas, têm algumas portarias que auxiliam a população LGBT, mas tem coisas que não.* Então, assim, são coisas que precisam ser votadas, leis que precisam ser inseridas, e *tudo isso é barrado.* Tipo, *é... A lei pra discutir gênero nas escolas é uma coisa que as pessoas colocaram na cabeça que é pra ensinar as crianças a serem LGBTs, e isso não é verdade. Gênero é uma coisa que todo mundo que está na escola tem, uma menina tem gênero, um menino tem gênero, então é uma coisa que precisa ser discutida.* [...]

INF03 – [...] *é uma coisa que é totalmente modificada, uma coisa que é uma melhoria, não só, nenhuma melhoria que venha pra população LGBT vai ser uma melhoria apenas pra população LGBT. Toda melhoria, seja política, seja algum avanço de cura de doença, o que for, não vem só pra uma pessoa, um LGBT é uma pessoa como toda outra. Então, se você tem uma melhoria pra um público LGBT, isso vai ser uma melhoria para a população em geral.* Se uma trans não for assassinada porque teve acesso ao trabalho, porque teve acesso ao estudo, isso não vai entrar numa estatística, porque é triste colocar que o país lidera os assassinatos contra pessoas LGBT. Está entendendo? Então, assim, as pessoas não têm essa noção, *as pessoas são muito hipócritas* e, por outro lado, também *muito individualistas.* “Ah, não, eu não gosto da pessoa trans. Eu não gosto do negro. Eu não gosto da bicha afeminada”. Então, *isso tudo* vai colocando barreiras de uma pessoa não gostar da outra e aí fazer uma maldade para com aquela pessoa. E isso vai se tornando *essa bola de neve que a gente vive. E é difícil.*

Nesse fragmento 15, observamos que, mais uma vez, o trabalho diário de ativistas LGBT aracajuano/as se faz em articulação aos órgãos públicos da educação, da saúde e da

segurança pública, os quais podem promover a aprovação de portarias e resoluções em prol da comunidade LGBT. Porém, segundo INF03, há algumas que são impedidas de aprovação, tal como “*A lei pra discutir gênero nas escolas*”, que ele recategoriza como “*uma melhoria*”, opondo-se aos discursos de outrem que a avaliam negativamente. Ele faz menção a esses discursos (a lei “*é para ensinar as crianças a serem LGBTs*”) para, em seguida, negá-los por meio de um argumento de caráter universal: “*Gênero é uma coisa que todo mundo que está na escola tem*”, no intuito de silenciar quaisquer outros posicionamentos contrários. Assim como INF04, ao discordar desse posicionamento social ilógico, INF03 realiza um procedimento argumentativo que anula uma definição preestabelecida e, ao mesmo tempo, vai ao encontro de um argumento por definição (FIORIN, 2018).

Continuando em sua reflexão sobre o ensino de gênero na escola, INF03 enuncia estas palavras: “*Então, se você tem uma melhoria pra um público LGBT, isso vai ser uma melhoria para a população em geral*”. Mais uma vez, esse constitui um argumento de caráter universal que direciona uma relação de causa e consequência, uma vez que a aprovação da lei em questão contribuiria para todos os estratos sociais, independentemente de serem LGBTs ou não. Com base em nosso conhecimento de mundo, compreendemos que, implicitamente, o ativista se refere a casos de violência transfóbica e LGBTfóbica que cotidianamente ocorrem nas cidades brasileiras. Podemos citar, como exemplo, a agressão física sofrida por um pai e seu filho³⁸, quando foram vistos abraçados enquanto caminhavam na rua, no ano de 2011, no interior do estado de São Paulo. Esse é um caso típico de violência urbana de motivação homofóbica, vitimando, todavia, pessoas heterossexuais. No decorrer da entrevista, INF03 faz menção também ao caso de Laysa Fortuna, uma mulher trans que foi assassinada na esquina da Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), no dia 18 de outubro de 2018. Por ocasião desse transfeminicídio, o DAGV começou a funcionar por 24h, de tal modo que passa a ser garantida a proteção a outras minorias sociais em Aracaju.

³⁸Esse fato ocorreu no ano de 2011: “Um homem teve a orelha mordida e decepada enquanto passeava com o filho na Exposição Agropecuária Industrial e Comercial (Eapic) em São João da Boa Vista, no interior de São Paulo. A vítima, de 42 anos, estava abraçada com o filho, de 18, quando foi abordada pelos agressores, que ainda não foram identificados pela polícia. O grupo de cerca de 20 pessoas teria perguntado se os dois eram gays. O homem tentou explicar que eles eram pai e filho, mas, pouco depois, levou um soco. A vítima disse à EPTV que desmaiou depois de ser golpeado no queixo. Quando acordou, ouviu as pessoas gritando que ele tinha perdido um pedaço da orelha, arrancada com uma mordida por um dos agressores. O filho teve ferimentos leves. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.” (Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/pai-abraca-filho-e-e-agredido-por-homofobicos-em-sp.html>>. Acesso em: 31/01/2020).

Os dois fatos acima elencados constituem situações reais de violência homo/transfóbica e, ao mesmo tempo, constituem argumentos pelo exemplo. Eles contribuem para a defesa do ponto de vista do enunciador a partir da generalização de um caso particular (PERELMAN; TYTECA, 1996). Como forma de qualificar os sujeitos sociais que praticam a LGBTfobia, INF03 utiliza as expressões referenciais “[pessoas] *muito hipócritas*” e “[pessoas] *muito individualistas*”, levando a construir sentidos negativos e, conseqüentemente, um *ethos* negativo sobre parte da sociedade que está em desacordo com o ensino de gênero e sexualidade nas escolas. Tal orientação argumentativa aponta para uma trilha interpretativa que se confirma quando o ativista traz a anáfora encapsuladora “*isso tudo*” (CAVALCANTE, 2012b), abarcando todas as informações co(n)textuais mencionadas e indiciadas a partir das expressões referenciais e dos argumentos acionados.

Esse tipo de anáfora, além de encapsular as informações sobre as tentativas de não aprovação da lei de gênero nas escolas e os sujeitos que a elas se filiam, também inaugura um novo referente no texto e nos encaminha para um argumento de direção, o qual, para Fiorin (2018, p. 169), refere-se a “rejeitar alguma coisa, porque ela desencadeará uma reação em cadeia, uma perda de controle, uma consequência indesejada”. Eis o argumento: “*isso tudo vai colocando barreiras de uma pessoa não gostar da outra e aí fazer uma maldade para com aquela pessoa*”. Ou seja, queremos dizer que o ativista, com o uso dessa anáfora, apresenta uma consequência da não aprovação da lei: a agressão física ou o assassinato às pessoas LGBT e/ou trans. Além da predicação ser uma consequência negativa, INF03 também inaugura um novo referente no texto, ou seja, um rótulo (FRANCIS, 2003): “*essa bola de neve*”. Na visão dele, uma coisa leva a outra. Nesse raciocínio, quanto mais os órgãos públicos se absterem da criação de dispositivos de proteção às pessoas trans, mais consequências haverá para esse recorte da população LGBT.

Nesse terceiro mote temático, outros processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas indiciam o *ethos* discursivo do ativista LGBT: anáfora recategorizadora, anáfora encapsuladora, rótulo, anáfora direta, ênfase entonacional, figura de comunhão, lugares da qualidade, da essência e da ordem, argumentos de definição, direção, exemplo, ilustração, modelo, superação e de sacrifício, argumento *ad hominem*, discurso autorizado, paralelismo sintático, intertextualidade por alusão, gradação e reforço do dizer. Aqui, os aspectos textuais-discursivos recaem ainda mais sobre a pauta trans, levando-nos a construir um *ethos* corajoso e solidário do/a ativista LGBT.

Passemos agora à análise do *ethos* discursivo do ativista LGBT no quarto mote temático:

4.4 Conscientização da diversidade sexual e de gênero

[Fragmento 16]

P – [...] Então, como é que ocorre hoje e por que ocorre a luta pela diversidade sexual e de gênero?

INF05 – Por que ocorre? Porque nós precisamos garantir *nossos direitos*, né? E *a livre expressão, a livre orientação sexual*, e porque *o capitalismo e essa sociedade brasileira* ainda não nos consideram como *cidadãos de direito*. Ainda somos *cidadãos de segunda categoria* e pessoas que temos que viver à margem da sociedade. Então por isso essa luta vai existir sempre, né? *A gente vai continuar lutando por isso, porque essa discriminação vai continuar, esse desrespeito vai continuar, e nós vamos morrer desrespeitados, tá entendendo?* Então essa luta tem que continuar mesmo. Independente de qualquer vitória, nós temos que continuar pelo respeito à nossa própria vida. [...]

INF05 – *É mostrando a cara, é combatendo, é dizendo que é gay, é dizendo que somos trans, é dizendo que somos lésbicas, é brigando no cartório, é brigando na TV, é brigando dentro de casa, é brigando no trabalho, é brigando na rua... É mostrando, é conscientizando no ônibus que uma trans não pode ser agredida, é pedindo ao prefeito ou ao governador cargos pra gente poder, de coordenadoria LGBT, de financiamento LGBT, de política pública LGBT, é tudo isso... Que nós precisamos fazer, né? É no cotidiano.* [...]

Nesse fragmento 16, para responder à pergunta de P, o ativista em questão introduz o objeto de discurso “*nossos direitos*”, o qual encapsula prospectivamente duas expressões que vêm em seguida: “*a livre expressão*” e “*a livre orientação sexual*”. A nosso ver, esses dois direitos estariam relacionados, respectivamente, à expressão pública de quaisquer identidades e expressões de gênero dissidentes e à expressão pública/privada das sexualidades não normativas. Assim, na sequência, INF05 procura apontar dois elementos que, na conjuntura social, tendem a impedir essa liberdade de direitos LGBT, os quais nos são apresentados com o uso destas introduções referenciais: “*o capitalismo*” e “*essa sociedade brasileira*”. No cenário pós-moderno, o discurso hegemônico capitalista relega as identidades dissidentes à condição de abjeção, posto que indicam um desencontro com toda a estrutura social amparada em valores ultraconservadores. Assim, a argumentação de INF05, nesse fragmento 16, vai de encontro a esses ideais, tendo em vista a sua defesa pelo respeito à diversidade sexual e de gênero. Embora faça parte desse tipo de sociedade, o ativista em questão assume uma voz coletiva do movimento LGBT que questiona esse sistema de produção das violências pelo aparato socioideológico da cisheteronormatividade.

No que tange à segunda expressão, INF05 provoca certo distanciamento e parece demonstrar a sua exclusão, visto que, pelo contexto linguístico e sociocultural (re)ativado em

nossa leitura, o uso de pronome demonstrativo “*essa*” aponta para um grupo social que ocupa um lugar oposto ao do ativista LGBT: o lugar da LGBTfobia. Mesmo se reconhecendo como parte da sociedade brasileira, o ativista utiliza tal expressão referencial de modo a reativar, implicitamente, todo o contexto da entrevista anteriormente mobilizado, fazendo-nos articular novamente objetos de discurso de caráter avaliativo negativo atrelados às práticas sociais de invisibilidade, de violência e de negação de direitos, desencadeadas pelo discurso hegemônico frente às identidades dissidentes de gênero e sexualidade.

Nesse ínterim, INF05 apresenta mais duas expressões que contêm visões de mundo opostas: “*cidadãos de direito*” (movimento/população LGBT) e “*cidadãos de segunda categoria*” (sociedade brasileira LGBTfóbica). O modo como isso é enunciado faz-nos perceber uma espécie de ironia em sua fala, posto que o mesmo seria dito por uma pessoa que está em desacordo com a dignidade e a conquista dos direitos LGBT, principalmente neste trecho: “*Ainda somos cidadãos de segunda categoria e pessoas que temos que viver à margem da sociedade*”. Quer dizer, além de estarem em segundo plano na hierarquia social, as pessoas LGBT são compelidas a viver na periferia da sociedade, isto é, de forma marginalizada, sem os mesmos direitos e privilégios de outrem.

Essa oposição de lugares sociais situa esse discurso do ativista na categoria das hierarquias concretas (PERELMAN; TYTECA, 1996), pois aponta que, na sociedade brasileira LGBTfóbica, pessoas cisgêneras e heterossexuais são superiores a outras cujas identidades escapam a quaisquer padrões hegemônicos. Por essa razão, acreditamos que o discurso desse ativista ganha maior força persuasiva e aponta para um *ethos* incansável e invencível da pessoa LGBT quando fazemos a leitura deste trecho subsequente: “*A gente vai continuar lutando por isso, porque essa discriminação vai continuar, esse desrespeito vai continuar, e nós vamos morrer desrespeitados, tá entendendo?*”

Para prosseguir em sua argumentação, INF05 aponta algumas formas de luta que ele acredita ser viáveis, diárias e importantes na conquista dessa conscientização da diversidade sexual e de gênero. Elas apontam para algumas questões e espaços: i) a defesa da identidade LGBT (“*É mostrando a cara, é combatendo, é dizendo que é gay, é dizendo que somos trans, é dizendo que somos lésbicas*”); ii) atuação nos espaços públicos e privados: “*é brigando no cartório, é brigando na TV, é brigando dentro de casa, é brigando no trabalho, é brigando na rua... É mostrando, é conscientizando no ônibus que uma trans não pode ser agredida*”; iii) articulação com os órgãos públicos municipais e estaduais: “*é pedindo ao prefeito ou ao*

governador cargos pra gente poder, de coordenadoria LGBT, de financiamento LGBT, de política pública LGBT”.

Os verbos grifados por nós mostram-se relevantes na construção do *ethos* discursivo, pois parece alterar uma das imagens prévias disponível no repertório social cristalizado acerca do papel do ativista LGBT: um sujeito arruaceiro e barraqueiro que luta apenas para atender aos seus próprios interesses. Mas os verbos em destaque, embora em sua maioria se remetam a esse tipo de comportamento (“*brigando*”), por outro lado, ajudam-nos a construir uma imagem menos agressiva desse agente social, remetendo-nos, então, à prática da docência como algo tranquilo e ponderado (“*mostrando*”, “*dizendo*”, “*conscientizando*”, “*pedindo*”). Além disso, conjugados no gerúndio, eles indicam ações permanentes, contínuas, no movimento LGBT. Destarte, entendemos que INF05 constrói um *ethos* discursivo cindido entre o uso da força física e a prática docente, na qual o uso da linguagem é elemento imprescindível.

No fragmento 17 a seguir, outro ativista também discorre sobre ações político-identitárias vinculadas à conscientização da diversidade e à identidade LGBT:

[Fragmento 17]

INF01 – Bom... Principalmente, como *vice-presidente da ADHONES*, Associação de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Transexuais, Travestis e Intersexuais do Estado de Sergipe... É... Desde quando a *ADHONES* foi reconhecida, né, como utilidade pública, pela lei 5.745, em 1º de novembro de 2005, sancionada pelo governador João Alves Filho... e também, de autoria do vereador Iran Barbosa... de utilidade pública municipal, da lei nº 3.324... o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, ou seja, a *instituição ADHONES possui uma larga experiência nas execuções de projetos sociais*. Cabe destacar que a maior... há 15 anos de existência, a *ONG executou 11 projetos*, né, como Meu Brother, a prevenção contra as ISTs, HIV e AIDS, pra crianças e adolescentes LGBTs. Nas baladas GLBTs, também... que têm em Aracaju... e também... a capacitação profissional do GLBT, né, do LGBT. Então, ocorre o Seminário sobre a Diversidade Sexual, que é o Educando para a Diversidade, né, onde, dentro das siglas, ocorre a diversidade... a diversidade sexual, ou seja, o heterossexual, (*folheando o Manual de Comunicação LGBTI+ da Aliança Nacional LGBTI e Gay Latino*), o homossexual, a pansexualidade, a lésbica, o gay, o cisgênero, o agênero, *drag queen*³⁹... [...]

INF01 – Porque... a *sexualidade não tá... ela não tá na genitália*, né, ela não tá especificamente na genitália, mas tá no modo que eu me relaciono, né, como pessoa. *É o afeto, o afetivo*. Então, essa... essa vasta sigla de diversidade gera não só os desejos pelas pessoas, enfim, mas o lado afetivo, né? [...]

³⁹Diz também o *Manual de Comunicação LGBTI+* (2018, p. 28) que *drag queen* significa “homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma *drag queen* não deixa de ser um tipo de “transformista”, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero”.

Ao introduzir a expressão referencial “*vice-presidente da ADHONES*”, INF01 indica ao auditório que vai falar dessa pauta a partir de sua perspectiva dentro da entidade. De início, essa escolha lexical constitui um argumento de autoridade, e é retomada por três anáforas diretas (“*a ADHONES*”, “*a instituição ADHONES*”, “*a ONG*”) que, por menção repetitiva, podem ser interpretadas como figuras de presença (FERREIRA, 2010), pelo simples fato de permanecerem em foco em nossa memória enquanto leitores/as. Nessa visada, o ativista aproveita para apresentar informações acerca de ações voltadas para a conscientização da diversidade LGBT, no uso destas expressões nominais: “*uma larga experiência*”, “*(n)as execuções de projetos sociais*”, “*15 anos de existência*” e “*11 projetos*”. A primeira qualifica positivamente a instituição LGBT da qual esse ativista faz parte. A segunda trata-se de uma anáfora encapsuladora prospectiva, porque engloba uma série de outras expressões subsequentes relativas a nomes de eventos realizados pela ONG. Por seu turno, as duas últimas indicam lugares da quantidade (PERELMAN; TYTECA, 1996), isto é, informações quantitativas que edificam uma boa imagem de instituição experiente na luta em prol da população LGBT.

Outra expressão referencial que encapsula algumas que vêm na sequência é “*(d)as siglas*”, compreendendo categorias identitárias reconhecidas pelo movimento LGBT em contexto nacional: “*o heterossexual*”, “*o homossexual*”, “*a panssexualidade*”, “*a lésbica*”, “*o gay*”, “*o cisgênero*”, “*o agênero*” e “*drag queen*”. O ativista enumera tais expressões referenciais fazendo uso de discurso autorizado (o *Manual de comunicação LGBTI+* da Aliança Nacional LGBTI e da Gay Latino), ou seja, utilizando categorias e conceitos consensuais entre diversos segmentos do movimento LGBT. Todavia, o uso da expressão “*o heterossexual*” é realizado porque, acreditamos, o ativista visa defender a heterossexualidade também faz parte dessa diversidade e esta não se sobrepõe a outras categorias identitárias.

Diz Ferreira (2010, p. 96) que “o ‘discurso autorizado’ compreende a retórica dos representantes das instituições (o porta-voz da Igreja, Judiciário, escola, Poder Executivo etc.) ou de grandes segmentos sociais”. Desse modo, INF01 nos faz compreender que a perspectiva identitária da ADHONES está em acordo com associações ou instituições nacionais LGBT, tais como a ABGLT (citada no capítulo 3), a Aliança Nacional LGBTI, a Gay Latino, dentre outras. Isso significa que a instituição se encontra atualizada em relação às perspectivas e às pautas político-identitárias em funcionamento no Brasil. Evidenciamos, todavia, que a expressão “*drag queen*” não denota uma categoria identitária de gênero, mas uma expressão de gênero, uma performance artística e lúdica muito comum em eventos de sociabilidade LGBT.

Para finalizar a sua resposta, nesse fragmento 17, INF01 apresenta um posicionamento comum dentro da luta pela conscientização da diversidade sexual e de gênero: “*a sexualidade não tá... ela não tá na genitália...*”. Isto é, ele procede a uma negação do discurso da sexualidade de base biologicista, o qual baliza muitas das práticas de discriminação às orientações sexuais dissidentes. O senso comum é interpelado predominantemente por esse tipo de discurso. Mas a sexualidade não poderia ser algo tão simples, e, sim, “algo muito amplo”, como ele mesmo chega a qualificar em outros momentos da entrevista. Essa tese de INF01 é respaldada por um argumento de definição (FIORIN, 2018): “[a sexualidade] *tá no modo que eu me relaciono, né, como pessoa*”. Nesse sentido, o afeto, um sentimento comum à espécie humana, não estabeleceria padrões ou regimes de sexualidade; antes, ultrapassa as limitações biológicas e genéticas/cromossômicas inscritas ou atreladas ao sexo biológico, tendo em vista que a própria noção de sexo constitui um aparato socioideológico do controle hegemônico da sexualidade (BUTLER, 2015). Ou seja, a aparente neutralidade do sexo biológico, segundo essa autora, não deixa de significar mais um dos objetos discursivos criados pelo poder hegemônico. Então, as diversas maneiras com que as pessoas se relacionam, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, é que verdadeiramente importam, segundo esse ativista.

Já a respeito das definições, Fiorin (2018, p. 118) afirma que “são argumentos quase lógicos fundados no princípio de identidade, porque, ao contrário do que pensa o senso comum, não há uma maneira unívoca de definir um objeto. [...] Por isso, elas podem ser conflitantes”. É nessa direção argumentativa que incidem os posicionamentos, argumentos e definições de INF01 (“[a sexualidade] *tá no modo que eu me relaciono, né, como pessoa*”, por exemplo), assumindo os conflitos existentes entre a defesa da diversidade sexual e de gênero e a eleição da heterossexualidade e da cisnormatividade como únicas formas válidas de experiência afetivo-sexual.

No fragmento abaixo, por sua vez, outro ativista discorre sobre a essência e a necessidade de existência da diversidade sexual e de gênero:

[Fragmento 18]

INF04 – Eu acho assim, que a luta deve existir porque, se a gente for comparar, algo mais didático, se a gente for olhar pra nossa própria mão, a gente vê que *os nossos dedos não são iguais*. Então, assim... Existe *todo tipo de pessoa no mundo*, e cada um tem a sua característica, cada um tem a sua... *Isso é o que faz a diversidade*. Isso não é diferente... seja de qualquer lugar do mundo. Não existir pessoas diferentes em cada estado... Isso é o que faz o nosso país, falando do Brasil... *um país diversificado*. Então, assim, eu acho que a diversidade precisa, sim, existir, ela precisa... é preciso lutar pra que ela exista sempre. Porque seria muito sem graça se todo

mundo fosse igual, né, todo mundo vestisse a mesma roupa, todo mundo falasse do mesmo jeito, fazer isso não teria muita graça. Eu acho que impor *essa padronização é algo errado*, é algo que não se pode fazer, porque afronta *a nossa liberdade, nosso livre arbítrio*. Então, assim, *constitucionalmente*, a gente sabe que a gente tem direito a ser quem a gente quiser, *liberdade pra gente fazer*, e lógico que não confronte o que a lei dita, mas é nesse sentido, é preciso que haja essa luta pra que tenha *a própria liberdade*, né, e *a liberdade é o nosso principal direito*, né, a gente já nasce com *o direito à liberdade, direito à vida, à liberdade*. Então, eu acho que temos que lutar por isso, por sempre ver o sentido de que somos *livres*. Então, somos *livres*, somos também quem quisermos ser. Acho que é isso.

Nesse fragmento 18, observamos, inicialmente, algumas comparações estabelecidas com o propósito de defender o discurso da diversidade. INF04 articula três objetos de discurso que vão orientar a sua argumentação inicial: “*a nossa própria mão*”, “*os nossos dedos*” e “*o Brasil*”. Constituem referentes que servem de exemplos para defender o posicionamento da diversidade sexual e de gênero. Assim, outras expressões referenciais também são associadas a elas (“*todo tipo de pessoa no mundo*”, “*a diversidade*” e “*um país diversificado*”), sendo que as duas últimas são anáforas dos referentes “*diversidade sexual e de gênero*”, introduzida por P, e de “*o Brasil*”, introduzida por INF04, respectivamente. Na contramão da diversidade encontra-se o referente “*essa padronização*”, que remete ao discurso cisheteronormativo, excluindo as possibilidades de existência de identidades não normativas, tais como a homossexualidade, a lesbianidade, a bissexualidade, a transexualidade, a intersexualidade, etc. Portanto, INF04 utiliza a anáfora direta “*algo errado*” para qualificar negativamente esse tipo de discurso. O distanciamento desencadeado pelo uso do pronome demonstrativo “*essa*” faz-nos compreender que o ativista se nega a concordar com tal discurso.

A contra-argumentação de INF04 vai ganhando maior força persuasiva quando, em seu texto, de forma prospectiva e retroativa, ele atrela várias expressões referenciais a uma forma adverbial (“*constitucionalmente*”): “*a nossa liberdade*”, “*nosso livre arbítrio*”, “*liberdade*”, “*a própria liberdade*”, “*a liberdade*”, “*o nosso principal direito*”, “*o direito à liberdade*”, “*direito à vida*”, “[*direito*] *à liberdade*”. A repetição do vocábulo “*liberdade*” indica tanto uma retomada anafórica quanto uma figura de presença, assim como ocorre com “*luta*”, em outros momentos das entrevistas. Eis o uso do discurso autorizado (FERREIRA, 2010), pois o ativista insere aqui a voz da Constituição Federal do Brasil para legitimar o seu discurso a favor da liberdade e da garantia de direitos iguais para a população LGBT. Mais especificamente, nos artigos 3º e 5º da Constituição, constam assim, respectivamente: i) “IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (p. 9); ii) “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” (p. 9, grifos nossos). Temos, portanto, mediante os valores constitucionais, o uso de uma intertextualidade estrita por referência (CAVALCANTE, 2012b).

No fragmento 19, outro ativista coloca outras duas questões em evidência: crítica ao discurso religioso judaico-cristão e a defesa do ensino de gênero e sexualidade na escola:

[Fragmento 19]

INF03 – O porquê... É porque é *uma necessidade*. Precisa-se falar de gênero. É *uma realidade* e não é de agora. Né? *A homossexualidade* vem antes de Cristo, então, assim, foi de muita hipocrisia quem escreveu *a Bíblia*, Deus que me perdoe, mas... colocar ali que era errado, que isso e aquilo, e ali foi uma pessoa que colocou suas ideias... [...]

INF03 – [...] você tem que seguir *a palavra de Deus*. Então, isso pesa. *Gênero* é uma coisa pra ser discutida. É *uma questão de saúde*. É *uma questão de educação*. Hoje a gente tem um número imenso de meninas abaixo de 15 anos engravidando. Aí meninos jovens que não assumem os filhos... Aí já se torna mais *um problema público*. Porque aí são meninas gestantes que não vão conseguir terminar os seus estudos, não vão conseguir adentrar no mercado de trabalho, não vão ter como se sustentar, está entendendo? Então, assim, é *um problema mínimo que gera inúmeros outros problemas*. *E como resolver esse problema? Discutindo sexualidade nas escolas. Discutir gênero e sexualidade*. Ah, com que idade? Eu acho que a partir dos dez anos já é importante está conversando.

A luta pela conscientização da diversidade, expressa na pergunta da entrevista, é aqui recategorizada por INF03 como “*uma necessidade*”. Ele também utiliza, um pouco depois, as anáforas diretas recategorizadoras “*uma realidade*”, “*uma questão de saúde*” e “*uma questão de educação*” para qualificar a expressão anterior “*gênero*”. Nesse sentido, a luta pela diversidade, por exemplo, pode levar a sociedade não apenas a respeitar as pessoas LGBT e diminuir a violência e as mortes por LGBTfobia, mas também possibilitar reflexões e ações em torno da saúde pública. Porém, antes mesmo de se referir à questão da saúde, INF03 introduz duas expressões referenciais (“*A homossexualidade*” e “*a Bíblia*”), de modo a criticar a autoria de discursos bíblicos que, na tradição religiosa de base judaico-cristã, engendraram/engendram práticas de discriminação e segregação em relação a pessoas LGBT. No caso da expressão “*A Bíblia*”, podemos observar que o ativista recorre à intertextualidade explícita de referência, revelando, entre ele e o auditório, as condições contextuais assumidas no acordo retórico. Quer dizer, o conhecimento compartilhado sobre o que dizem as escrituras bíblicas acerca da homossexualidade é tomado como pressuposto para o desenrolar da argumentação a seguir.

Subsequentemente, para justificar a tese de que o ensino de gênero na escola é uma necessidade, INF03 utiliza o seguinte argumento: “*Hoje a gente tem um número imenso de*

meninas abaixo de 15 anos engravidando. Aí meninos jovens que não assumem os filhos...” Tal argumento se baseia num fato cotidiano da realidade brasileira: a gravidez na adolescência. O ativista, nesse sentido, parte da categoria do real e de um fato não controverso para que nenhuma das partes do seu auditório possa questionar a sua validade (PERELMAN; TYTECA, 1996). O seu auditório, na verdade, não se limita apenas ao pesquisador que coletou esses dados, mas também a todos aqueles que a eles tiverem acesso num tempo e num espaço determinados. Todo o contexto do discurso de INF03, assim como de outros ativistas aqui já apresentados, aponta, simultaneamente, quer para a dimensão situacional, quer para uma dimensão sócio-histórica ampla.

Diante desse quadro, partindo de um fato comum que aparentemente não envolva a questão do gênero (pelo menos para a perspectiva hegemônica cisheteronormativa), INF03 realiza um movimento argumentativo eficaz para convencer o seu auditório sobre a necessidade emergente do ensino de gênero e sexualidade na escola. Ele encapsula tal fato por meio de um rótulo (FRANCIS, 2003): “*um problema público*”. Essa mesma expressão ainda é retomada por uma anáfora direta (“*um problema mínimo que gera inúmeros outros problemas*”) que, ao mesmo tempo, também introduz um argumento de direção (FIORIN, 2018), com vistas a ilustrar uma perda de controle, uma consequência indesejada no que tange aos problemas sociais de gênero e sexualidade, a exemplo do patriarcado, do machismo, do sexismo, dentre outros.

Para finalizar, INF03 propõe uma solução para tudo isso: “*E como resolver esse problema? Discutindo sexualidade nas escolas. Discutir gênero e sexualidade*”. Questões como essas, então, não se limitam a trabalhar com temas como o respeito à diversidade sexual e de gênero na escola, mas correspondem também a refletir, questionar e rever discursos e práticas sociais que, na história da humanidade, hierarquizam grupos e legitimam preconceitos, discriminações, violências e assassinatos contra minorias.

Observamos que, no último fragmento abaixo, INF02 vai na mesma orientação argumentativa de INF03:

[Fragmento 20]

INF02 – Eu esqueci de falar a você. Além de ser assistente social de formação, hoje eu curso, até inclusive com Marcelo e com Lohanna, *um curso de especialização de Sexualidade e Gênero na Educação*. Aí eu aprendi que, assim, a questão da conscientização da diversidade é a questão do que eu falei desde o início, do *respeito*. Que a gente tem que respeitar a pessoa da forma que ela é, independente das questões de gênero, das questões de orientação sexual, porque *isso NADA INTERFERE na vida do próximo*, na vida de um heterossexual, tá

entendendo? Se você é bem resolvido, você não tem problema com isso, se você está bem resolvido com a sua sexualidade, com as suas questões de gênero, nada na vida do próximo vai colocar em prova a sua heterossexualidade, tá entendendo? Então, a gente preza exclusivamente pelo respeito. E eu acho que a importância da conscientização com relação à diversidade é impregnar o respeito ao próximo, ao cidadão, independente do que ele seja. *Isso vai além da diversidade sexual, como também de raça, de gênero, de todas as outras questões.* Eu acho que a sociedade, quando se conscientiza, de modo geral, só tem a ganhar.

Nesse fragmento 20, ao introduzir a expressão referencial “*um curso de especialização de Sexualidade e Gênero na Educação*”, INF02 imputa a si mesma a posição social de alguém que possui um discurso autorizado (FERREIRA, 2010), não só do ponto de vista de quem conhece a realidade LGBT, mas também de quem detém conhecimentos científicos e formação teórica suficientes para discorrer sobre as temáticas da entrevista. Ela se coloca como alguém capaz de ser porta-voz das questões atreladas à população LGBT a partir de sua posição institucional: ativista de uma ONG LGBT. Assim, uma das conclusões a que ela se reporta, mediante a realização do curso de especialização, é “*o respeito*”, anáfora direta recorrente várias vezes em seu discurso, bem como no discurso dos outros ativistas aqui investigados.

O texto persuasivo de INF02 se encaminha para o seguinte argumento: “*isso NADA INTERFERE na vida do próximo*”. Nesse trecho, temos a presença de um anafórico-dêitico, pois, a um só tempo, encapsula as expressões referenciais anteriores (“*(d)as questões de gênero*” e “*(d)as questões de orientação sexual*”) e aponta para elas de modo incisivo, visto que a predicação subsequente é introduzida por ênfase entonacional (“*NADA INTERFERE*”). Aqui, a ativista questiona a validade da hierarquia de valores (PERELMAN; TYTECA, 1996) adotada pelo discurso hegemônico da cisheteronormatividade, direcionando, pois, um olhar de igualdade sobre a existência de quaisquer identidades sociais existentes. Dessa maneira, alcançar o respeito, segundo INF02, torna-se uma questão necessária na vida social, pois, para além das dissidências sexuais e de gênero, todos os sujeitos sociais podem garantir o seu direito à sobrevivência. Por esse prisma, a pessoa LGBT se situa num lugar comum e de igualdade em relação à pessoa cisgênera e heterossexual, ambos devendo compartilhar os mesmos direitos.

Nesse quarto e último mote temático, os processos referenciais e as estratégias argumentativo-retóricas mobilizadas nos fragmentos dos/as ativistas LGBT de Aracaju são estes: anáfora direta, anáfora recategorizadora, anáfora encapsuladora, dêitico espacial, anafórico-dêitico, ênfase entonacional, rótulo, figura de presença, fato de observação, hierarquias concretas, hierarquia de valores, lugar da quantidade, argumentos de definição, autoridade e direção, discurso autorizado, intertextualidade por referência e escolhas verbais e adverbiais nas predicações. Desse modo, podemos dizer que tais recursos textuais-discursivos

apontam para a indiciabilidade de um *ethos* do ativista invencível e ponderado em suas práticas político-identitárias.

Para finalizar, elencamos abaixo outros subtemas atrelados aos quatro motes temáticos, os quais foram recorrentes no curso das cinco entrevistas:

- Melhorias nas áreas da educação, da saúde e da segurança pública;
- Retificação de nome e gênero para pessoas trans;
- Crítica ao discurso cristão e à bancada evangélica conservadora do Senado Nacional;
- Desunião entre entidades do movimento LGBT;
- Necessidade de mais coragem e vontade de lutar por parte da comunidade LGBT;
- Direitos iguais entre pessoas LGBT e pessoas heterossexuais;
- Ensino de gênero e sexualidade na escola.

A seguir, textualizamos as Considerações Finais deste trabalho, apontando os caminhos percorridos para a execução da pesquisa, os limites encontrados, as potencialidades observadas e seus desdobramentos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender uma jornada de pesquisa, como a que está relatada e descrita nestas páginas, significa, antes de qualquer coisa, chegar a estas Considerações Finais com a sensação de missão cumprida. Uma temática. Um contragosto. Uma vontade de conhecer. Uma vontade de revolucionar. Uma vontade de vencer. Quer dizer, além da missão cumprida, outras sensações me acompanharam durante o caminho percorrido, mas outras continuam a me envolver, fazendo-me imaginar que este não é o fim da estrada. Afinal, a resistência que toca dia a dia a consciência e o coração de um ativista LGBT, chamando-o para a luta, também me toca e me pede para continuar. Assim, antes de prosseguir, convém apontar algumas conclusões às quais chegamos com esta pesquisa, bem como suas limitações, potencialidades e desdobramentos futuros.

Primeiramente, a motivação pela temática se deu numa dispersão de situações enunciativas que não podem ser resumidas prontamente. Creio que tudo começou quando tive a consciência de que, desde a minha tenra infância, eu fora insuflado paulatinamente a naturalizar práticas de discriminação e violência contra as várias minorias sociais presentes em meu contexto de cidade interiorana, Jandaíra/BA. Tudo o que eu ouvia no contexto de casa, no contexto da escola e no contexto da igreja ia, pouco a pouco, massificando e edificando o sujeito social com quem hoje eu me identifico, pelo menos parcialmente. Sim, eu não tinha a consciência de que todos os discursos de ódio que me envolviam se voltavam contra a minha própria existência. Sim, eles ultrapassaram o tempo e, chegando à fase adulta, fizeram-me compreender uma triste realidade: sou uma minoria, sou vulnerável, sou LGBT, sou marginalizado.

Foi no início da fase adulta, quando adentrava no universo acadêmico da UFS, que eu comecei a ser tocado por outra sensação: a de revolta. Sim, um contragosto foi pouco a pouco me tomando e me despertando a lutar contra os discursos e a realidade que dentro de mim tentavam me destruir. Enquanto, nas pesquisas de iniciação científica, encantava-me conhecer cada vez mais o poder fundador e transformador da linguagem nos estudos teóricos, analíticos e aplicados no âmbito das teorias da referência e da argumentação, mudanças sociais anteriores à minha existência já tinham sido alavancadas e outras entravam em novas dinâmicas. E eu não tinha a menor consciência de que a linguagem tivesse um poder maior do que aquele que imaginava, restrito a fazer análises de textos de alunos da rede pública de ensino. Eu não imaginava que a linguagem fosse tão relevante na trajetória de lutas de movimentos sociais.

Assim, durante o ano de 2017, residindo novamente em minha cidade interiorana, estava eu muito ansioso para voltar a estudar na UFS e cursar o mestrado acadêmico em Letras. O conhecimento das etapas do processo seletivo me deixava inquieto o tempo todo, de tal modo que me preocupei com a temática da pesquisa a ser desenvolvida muito antes da publicação do edital. Até então, somente uma temática me mobilizava: o ensino de gênero e sexualidade na escola. Pensei nos pressupostos da referenciação. Pensei nos pressupostos da argumentação. Pensei no volume de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Pensei em filmes. Pensei em fazer tudo isso dentro das linhas de pesquisa do PPGL. E o desespero me abateu, posto que nenhuma alternativa fosse viável. Pensei um pouco mais e pesquisei referenciais teóricos sobre a temática LGBT. Encontrei, pois, dois textos sobre o engajamento político LGBT em Sergipe. Foi a redenção!

Realizei a leitura da tese de Melo (2013) e o artigo de Costa e Melo (2014). À medida que eu avançava, mais eu me emocionava e me inquietava. Veio a vontade de conhecer ainda mais. Veio a sensação de revolução. Dessa forma, reli também vários textos sobre referenciação no âmbito da Linguística Textual e seus diálogos com a teoria da argumentação retórica. Ao voltar a Melo (2013) e me deparar com os procedimentos metodológicos acionados em sua pesquisa, fui tomado por dois questionamentos básicos: onde fica a linguagem nesse engajamento político de lideranças LGBT? Se ativistas LGBT lutam pela alteração da realidade social que os oprimem, qual papel teria a linguagem nesse contexto? De imediato, lembrei das características centrais do fenômeno da referenciação: a) (re)construção da realidade; b) negociação entre interlocutores; c) trabalho sociocognitivo.

Após definir o meu objeto de pesquisa – o movimento LGBT de Aracaju –, bem como estabelecer o *corpus* a ser analisado, acreditei que as teorias da referenciação e da argumentação retórica pudessem dar conta da análise de textos produzidos por ativistas LGBT que continuamente lutam pela conquista de direitos humanos e civis. A premissa fundamental, a de que a linguagem utilizada pelo ativista LGBT tenciona modificar as relações sociais em torno dos ideais da democracia e da desnaturalização de práticas discriminatórias e excludentes, motivou-me e me trouxe até aqui. Portanto, quando fui aprovado no processo seletivo do curso do mestrado acadêmico da UFS, fiquei muito feliz e me senti estimulado em iniciar a pesquisa. Após cursar a disciplina de *Metodologia de Pesquisa em Linguística* (2018.1), com a professora Márcia Mariano, minha proposta de pesquisa tornou-se mais arejada, relevante e menos árida.

Diante disso, entrei em contato com vários/as ativistas LGBT da cidade de Aracaju, participei de diversos eventos e encontros com eles/elas e, de certa forma, criei alguns vínculos

importantes. Mostrei-me engajado nas pautas de lutas cotidianas de suas respectivas ONGs, bem como nas questões gerais vinculadas à identidade LGBT, ao combate à LGBTfobia e às ações político-identitárias de visibilidade. Depois do primeiro semestre da pesquisa, entrei em contato com os/as ativistas das entidades que me acolheram nessa jornada e com eles/elas realizei as entrevistas abertas, as quais foram analisadas neste trabalho. Nesse contato face a face, compartilhamos muitos de nossos instintos, muitos de nossos medos e muitas de nossas esperanças em relação à melhoria da qualidade de vida e à segurança pública para a população LGBT em nosso estado e em nosso país. Veio a vontade de vencer.

Ao cabo da etapa de coleta dos dados, novas leituras vieram e novas conversas com a minha orientadora, professora Geralda Lima, levaram-me a redimensionar os interesses da pesquisa. Durante o processo de transcrição das entrevistas, percebíamos o quanto no uso da linguagem de cada ativista predominavam a força persuasiva das expressões referenciais, as estratégias argumentativo-retóricas, e, sobretudo, a questão da imagem discursiva ali em evidência, num jogo enunciativo e discursivo complexo entre a defesa das identidades dissidentes e a segregação, a discriminação e a violência advindas de vários contextos e discursos nesse cenário sociopolítico contemporâneo. Dessa maneira, muito mais do que investir no modo como os processos referenciais desencadeiam a construção argumentativa do texto, optamos por direcionar as análises do nosso *corpus* na construção do *ethos* discursivo para a qual convergem processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas. Assim sendo, procedemos à textualização da dissertação.

No capítulo 1 – “Movimento LGBT: aspectos sociais e político-identitários”, fizemos um percurso histórico da trajetória do movimento LGBT, passando, primeiramente, pelas mobilizações europeias e pela Revolta de Stonewall e, subsequentemente, pelas lutas travadas nos contextos da América Latina, isto é, em países sul-americanos como Argentina, Porto Rico e Brasil. Em contexto brasileiro, vimos que o *Somos* foi o primeiro grupo organizado no tocante à defesa das liberdades individuais e dos direitos humanos LGBT, influenciando muitos outros que surgiram depois. As pautas de lutas se ampliaram, os grupos se diversificaram, os modos de agência se alteraram, mas as resistências precisaram se manter como desde o início. Na conjuntura atual, o movimento LGBT brasileiro mostra-se bastante diversificado e distribuído em suas estratégias de ação, filiações político-partidárias e modos mais amplos de atuação. Os desafios também se alteram e se ampliam constantemente.

No capítulo 2 – “Referenciação, argumentação e práticas sociais”, acionamos os arcabouços teóricos que embasaram, metodológica e analiticamente, a execução deste trabalho.

Partindo *a priori* dos conceitos de linguagem, língua, texto, sujeito e sentido, várias reflexões nos fizeram inter-relacionar as questões contextuais de produção de textos e os embates argumentativos inseridos na vida social com o engajamento político-identitário e a construção do *ethos* discursivo por parte de ativistas LGBT. O pressuposto básico de que o texto persuasivo e engajado politicamente pode evidenciar marcas linguísticas, argumentativas e discursivas para alavancar a força dos argumentos, das ideologias e dos pontos de vista, levou-nos a compreender questões linguísticas complexas profundamente decisivas no estabelecimento das relações sociais e na construção de políticas públicas para as pessoas LGBT.

Por sua vez, no capítulo 3 – “Procedimentos metodológicos e contexto da pesquisa”, explanamos, em termos lógico-científicos e procedurais, o caminho percorrido na execução da pesquisa. As observações diretas realizadas foram demasiadamente importantes no processo de conhecimento sobre os modos de lutas do ativismo LGBT aracajuano, a diversidade de entidades, a especificidade e a uniformidade de interesses, as múltiplas percepções em torno das dissidências sexuais e de gênero, as práticas político-identitárias mais recorrentes na luta cotidiana das ONGs investigadas, etc. Essa primeira técnica de coleta de dados mostrou-se de grande valia para o nosso entrosamento com os/as ativistas entrevistados/as e a elaboração de um roteiro de entrevista que fosse coerente no que diz respeito às suas pautas em comum na busca pela promoção dos direitos LGBT na capital e no estado. De posse desses conhecimentos, tornou-se menos complexo o processo de transcrição e tratamento dos dados para as análises.

Já no capítulo 4 – “A construção do *ethos* discursivo do ativista LGBT de Aracaju”, encaminhamos as análises do nosso *corpus*, acionando os referenciais teóricos dos capítulos 1 e 2 e os procedimentos metodológicos sinalizados no capítulo 3. Selecionamos tais categorias de análise: introdução referencial, anáforas, dêiticos, figuras, lugares e argumentos. Como parte dessas categorias, consideramos também as escolhas verbais/adverbiais presentes nas predicções das expressões nominais, os objetos de acordo, o paralelismo sintático e a intertextualidade *stricto sensu*, pois se mostraram relevantes em alguns trechos. Analisamos, portanto, o número de vinte fragmentos inseridos em quatro motes temáticos: i) ser LGBT em Aracaju; ii) combate à LGBTfobia; iii) visibilidade trans e acompanhamento sócio-jurídico; iv) conscientização da diversidade sexual e de gênero.

No percurso analítico empreendido, observamos que os processos referenciais e as estratégias argumentativo-retóricas selecionadas se fazem presentes no *corpus*, além de outros recursos textuais-discursivos, a saber: fatos e presunções (objetos do real), hierarquias e valores (objetos do preferível), função do *ethos* (*areté*) e da persuasão (*docere* e *movere*), ênfase

entonacional e intertextualidade por referência e alusão. A associação entre os aspectos da referenciação e da argumentação retórica enriqueceu a análise do *corpus*, mediante a nossa hipótese, tendo em vista que: i) muitas vezes, a emergência de um sintagma nominal pode servir de base para a apresentação de figuras, lugares e argumentos, fazendo com que às vezes assumam a mesma função discursiva (por exemplo, anáfora direta e figura de presença); ii) as predicções referenciais viabilizam a apresentação, progressão e defesa dos posicionamentos e argumentos do orador. Isso respalda a eficácia dos estudos de segunda tendência em referenciação ao mesmo tempo em que confirma parcialmente a nossa hipótese: tal inter-relação contribui para a análise da construção do *ethos* discursivo do/a ativista LGBT.

Dessa visada, expressões como “luta”, “respeito”, “leis”, “liberdade”, “direitos” e “resistência” foram acionadas diversas vezes no *corpus*, significando questões centrais nas pautas de lutas dos/as ativistas entrevistados/as. A relevância discursiva desses termos é como que um corolário, um emblema, da trajetória político-identitária do ativismo LGBT. Nesse sentido, os processos referenciais e as estratégias argumentativo-retóricas, mediante as análises do *corpus*, indiciam o *ethos* discursivo resistente, corajoso e ponderado do ativista LGBT de Aracaju. Por outro lado, o/a ativista LGBT também constrói um *ethos* da pessoa LGBTfóbica como alguém individualista, desumano e violento, o que amplia a nossa hipótese de pesquisa. Para evitarmos generalizações, é conveniente afirmar que essa outra imagem discursiva assume uma complexidade enorme, visto que os subtemas e as focalizações oscilaram a todo o momento no curso das entrevistas abertas. Tanto pode apontar para a sociedade brasileira, quanto para a aracajuana ou alguém muito específico. *Grosso modo*, a construção dos *ethé* no *corpus* se realiza por meio de dois principais movimentos argumentativos:

- i) quando o/a ativista LGBT contra-argumenta os discursos cissexual e heteronormativo de base biologicista/médico-científica, religiosa e criminal, afastando-se das convenções sociais de gênero e sexualidade como fenômenos humanos fixos e homogêneos. Cai por terra a ideia de dissidência sexual e de gênero como algo anormal ou criminoso. Assim, num duelo de expressões referenciais, por exemplo, o ativista opera um apagamento de orientação argumentativa negativa direcionada à diversidade sexual e de gênero;
- ii) quando o/a ativista LGBT procura se aproximar dos padrões cisheteronormativos estabelecidos socialmente a partir, por exemplo, da comparação entre expressões referenciais, algumas remetendo à expressão pública do afeto de casais heterossexuais.

Assim, ele/ela elege como estilo de relacionamento o mesmo que é praticado por esses casais heterossexuais, incluindo os casais homoafetivos na ordem social hegemônica.

Mediante tais constatações advindas das análises do nosso *corpus*, observamos que, de modo geral, o movimento LGBT aracajuano, pelo recorte da pesquisa, situa-se nos embates entre a prática da LGBTfobia e a prática de resistência diária. A reconstrução da realidade, uma característica inerente à referenciação e à neorretórica perelmaniana, mostra-se assim como fenômeno central no uso da linguagem por parte do/a ativista LGBT. Por meio de textos persuasivos, o/a ativista recategoriza a realidade observada com o objetivo de alcançar mais visibilidade e direitos humanos no contexto sociopolítico de grandes perdas em que vivemos. O seu engajamento político-identitário é sempre um contradiscurso, uma tomada de posição frente à segregação, ao preconceito e à LGBTfobia. Nesse ínterim, a população trans parece ganhar maior relevo, visto que se mostrou como pauta mais recorrente na geração do *corpus*. Por outro lado, se, em sua contra-argumentação, o/a ativista procura afastar-se dos discursos LGBTfóbicos, por qual razão ele/ela se compara ao discurso cisheteronormativo, ao ponto de desejar ocupar também o lugar de pessoas cisgêneras e heterossexuais? Que discursos não estariam atravessando esses modos de pensar e de lutar do/a ativista LGBT? Não estaria ele/ela também interpelado por esse discurso hegemônico que cria a ilusão de que a cisheteronormatividade seja o ideal para a manutenção da espécie humana, da família “tradicional”, do bem-estar e da paz social?

Questões como essas nos inquietavam e nos atiçavam durante a jornada de pesquisa. Outras vozes e situações de interação na UFS, em casa, na rua, nas redes sociais, etc., somadas a essas questões, nos estimulavam o tempo todo em avançarmos numa abordagem interdisciplinar e crítica nos estudos de referenciação em LT. Todavia, à medida que avançávamos em algumas leituras e discussões com colegas, problemas epistemológicos de toda sorte nos fizeram compreender que o caminho de pesquisa seria muito mais complexo e difícil num curso de mestrado de curta duração. Percebíamos, durante alguns testes analíticos e apresentações em eventos locais na área de Letras, que há inter-relações significativas entre as escolhas referenciais e os posicionamentos socioideológicos dos sujeitos (ALVES FILHO, 2017; SILVA, 2019b) num ato enunciativo, bem como entre as recategorizações referenciais e os silenciamentos no processo educativo das categorias identitárias LGBT (MATOS, 2018).

É com base nessas colocações e inquietações epistemológicas que, em nosso projeto de doutorado (aprovado no Edital PPGL/POSGRAP/UFS Nº. 02/2019), procuraremos atingir o

seguinte objetivo de pesquisa: ampliar os desdobramentos teórico-analíticos da LT no que tange aos procedimentos metodológicos em referência, em perspectivas crítica e sociocognitivo-discursiva, com vistas ao aprimoramento da operacionalização de pesquisas com sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. Destarte, por meio de uma metodologia de base exploratória e de caráter qualitativo, nosso *corpus* será constituído por narrativas autobiográficas desses sujeitos. Para tanto, assumiremos uma perspectiva pós-identitária dos estudos *queer* (MISKOLCI, 2011; BUTLER, 2015; BORBA, 2015; LOURO, 2018; COLLING, 2018). Tais direcionamentos são, parcialmente, frutos do curso de extensão “Linguagem, gênero e interseccionalidades”, ministrado pelos discentes do PPGL, Emilly Silva e Danillo Silva, em 2019, na UFS.

Somam-se a esses desdobramentos futuros as duas ações a serem realizadas por nós na UFS e em rodas de conversa com ativistas LGBT da ASTRA e da ADHONES, como meios de divulgação dos resultados da nossa pesquisa, neste ano de 2020: i) Curso de extensão: “Linguagem e práticas político-identitárias: um olhar sobre ativismos LGBTs”; ii) Roda de conversa: “Usar a linguagem para resistir”. A proposta do curso será executada no primeiro semestre de 2020, ao passo que a segunda já está prevista para ocorrer em julho, no mês da Parada do Orgulho LGBT de Aracaju.

Ao final desta pesquisa, olhamos para trás e percebemos que longa e produtiva foi a jornada com suas constantes e inevitáveis (des)aprendizagens/reaprendizagens em torno dos problemas de gênero e de sexualidade. Que muitas outras vozes, muitas outras mãos, muitos outros corpos e existências possam se embeber das palavras inscritas nestas páginas, tomando-as como um cálice que alivia, pelo menos por um instante, a marginalização diária de grupos sociais não normativos. Quanto a nós, para além das contribuições acadêmicas e políticas, é inegável que aprendemos muito mais sobre nós mesmos. Mas a estrada é interminável. E a luta também. No meio do caminho, vários embates políticos nos conclamam firmemente: RESISTAMOS!

REFERÊNCIAS

ALIANÇA NACIONAL LGBTI. GAY LATINO. **Manual de comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI e Gay Latino, 2018.

ALVES FILHO, F. Linguística textual e análise do discurso. In: In: SOUZA, E. R. F. de.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (Org.). **Linguística textual: interfaces e delimitações – homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 335-356.

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2008. p. 119-144.

_____. **A argumentação no discurso**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. et al. São Paulo: Contexto, 2018.

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. 2.ed. Liège, Bruxelas: Mardaga, 1988 [1983].

BEAUGRANDE, R. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society**. Norwood, New Jersey: Alex, 1981.

BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 1.ed. vol.1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 245-287.

_____; REZENDE, R. C. Texto: conceitos, questões e fronteiras [con]textuais. In: SIGNORINI, I. (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 19-46.

_____; REZENDE, R. C. Linguística textual e sociolinguística. In: SOUZA, E. R. F. de.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (Org.). **Linguística textual: interfaces e delimitações – homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 258-301.

_____; FERREIRA-SILVA, B.; ACCETTURI, A. C. Texto, contexto e referência: programas televisivos brasileiros em foco. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 59, n. 1, Campinas, p. 175-196, jan./abr. 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v.2, n.1 (3), jan/jul, 2005. p. 68-80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 20 maio 2017.

BORBA, R. Linguística *queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2015. p. 91-107.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2009. p. 15-46.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, A. L. T. Linguística textual e teoria da argumentação na língua: texto e língua em diálogo. In: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; LINS, M. P. P.; ELIAS, V. M. (Org.). **Linguística textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador, 2017. p. 239-263.

CAPISTRANO JÚNIOR, R. **Referenciação, multimodalidade e humor em tiras cômicas do Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

CASTRO, L. G. F. de. **O meme digital: construção de objetos de discurso em textos multimodais**. 79f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

_____.; LIMA, G. O. S. Feminismo e violência contra a mulher: o meme #meuamigosecreto. In: LIMA, G. O. S.; TFOUNI, F. E. V. (Org.). **Linguística e literatura: confluências e desafios**. vol. II. Aracaju: Criação, 2016. p. 42-56.

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 44, Campinas, p. 105-118, jan./jun. 2003.

_____. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). **Referenciação e discurso**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 125-149.

_____. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012b.

_____. Abordagens da argumentação nos estudos de linguística textual. **ReVEL**, edição especial, vol. 14, n. 12, 2016. p. 106-124 [www.revel.inf.br].

_____. Referenciação: uma entrevista com Mônica Magalhães Cavalcante. **ReVEL**, v.13, n.25, 2015. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v.12, n.2, 2010. p. 56-71.

CAVALCANTE, M. M. et al. Desafios da linguística textual no Brasil. **Intersecções**, v. 18, n. 1, fev., 2016. p. 7-25.

COLLING, L. Apresentação. Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: COLLING, L. (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 7-19.

_____. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil. In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 515-531.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

COSTA, P. R. S. M.; MELO, M. R. de. A luta contra a homofobia: das condições de constituição dos movimentos homossexual e LGBTTT em Sergipe. **TOMO**, n. 25, jul/dez., 2014. p. 267-296.

CUNHA, A. M.; MARIANO, M. R. C. P. A imagem discursiva dos LGBTs+ na literatura de cordel: um estudo argumentativo. In: SILVA, D. C. P.; MELO, I. F.; CASTRO, L. G. F. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso**. Coleção Questões de Linguagem e Sociedade, v. 1, Aracaju: Criação, 2017. p. 11-29.

_____. O discurso de empoderamento de LGBTQ na mídia: estudo semiótico e argumentativo de um comercial da Natura. **Boletim Historiar**, v. 5, n. 1, jan./mar. 2019, p. 46-55. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/historiar>>. Acesso em: 15/02/2020.

CUSTÓDIO FILHO, V. Reflexões sobre a recategorização sem menção referencial anafórica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v.12, n.3, p. 839-858, set./dez., 2012.

CRUZ, C. F. **Ativismo anti-homofobia: embates político-midiáticos da rede LGBT na internet**. 267p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

DIONÍSIO, A. P. Análise da conversação. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol.2, 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 81-112.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003. p. 82-125.

_____. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311-329.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Revista Contexto/Educação**, Ijuí, Unijuí, v. 7, s.d.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto de coesão lexical de grupos nominais. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio Cassan de Deus e Thatiane Paiva de Miranda. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 191-228.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010. (Coleção Linguagem e Ensino).

FIORIN, J. L. **Argumentação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GRÁCIO, R. A.; MOSCA, L. S. A importância da nova retórica para a compreensão de textos opinativos. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016. p. 31-43 [www.revel.inf.br]

GREEN, J. N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000, p. 271-295.

_____. et al. Apresentação. 40 anos do movimento LGBT brasileiro. In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 9-13.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HANKS, W. O que é contexto. In: BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. R. (Org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bordieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008 [1989], p. 169-203.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____; Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). **Referenciação e discurso**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 33-52.

_____; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1993.

_____; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. vol.3. São Paulo: Cortez, 2005. p. 251-300.

LIMA, G. O. S. **O rei do cangaço, o governador do sertão; o bandido do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião**. 340f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. 3. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MACRAE, E. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “abertura”. In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-62.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz**. Recife: UFPE. Série Documentos, vol.1, PG em Linguística. 1983.

_____. **Análise da conversação**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007a.

_____. MARCUSCHI, L. A. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In: MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b. p. 61-81.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANO, M. R. C. P. Imagens discursivas e valores no futebol brasileiro. In: BERNARDO-SANTOS, W. J.; TFOUNI, F. E. V. (Org.). **Discurso, mídia e ensino: entrecruzamentos de abordagens**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016. p. 215-239.

MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. vol.3, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 439-473.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.

MATOS, S. S. Educação e disciplinarização: uma análise discursiva da categorização do sujeito LGBT no século XXI. **Letra Magna**, ano 14, n. 23, 2018. Disponível em: <http://letramagna.com/artigos_23/artigo10_23.pdf>. Acesso em: 06/01/18.

MELO, M. R. de. **Itinerários e “lutas”**: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). 226f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MELO, I. F. de. Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. **Bagoas**, n. 14, v. 10, 2016. p. 205-232.

MENEZES, M. L. **Avanços, lutas e desafios**: trajetórias do movimento LGBT de Sergipe. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Inclusiva) - Faculdade Jardins, Aracaju, 2018.

MENEZES, M. S. **Os não recomendados**: a violência contra a população LGBT em Sergipe. Aracaju: Edise, 2018.

MEYER, M. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Lisboa: Edições 70, 1998.

_____. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MISKOLCI, R. Não somos, queremos – reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, L. (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37-56.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAIS, T. C. de. **Estratégias de referenciação**: o encapsulamento anafórico como um processo de reelaboração de objetos de discurso no gênero editorial. 97f. Dissertação (Mestrado

em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MOTT, L. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 211-225.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. E. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. Trad. M. R. Gregolin. et al. São Paulo: Claraluz, 2006.

PEREIRA, C. F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **RIDH**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. O-. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. vol.3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-218.

PINTO, R. Linguística textual e argumentação. In: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; LINS, M. P. P.; ELIAS, V. M. (Org.). **Linguística textual**: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017. p. 263-277.

PORTO, E. M. **Anáforas indiretas e a espontaneidade na produção textual dos aprendizes da educação profissionalizante**. 123.f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Universidade FEVALE, 2013.

QUINALHA, R. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

_____. Palestra “História do movimento LGBT no Brasil”. [Apresentação em Power Point]. Seminário “Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, Ministério do Estado de Sergipe, 2019.

RIBEIRO, D. Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT. In: COLLING, L. (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 153-156.

ROCHA, D. C. S. **O papel da metáfora discursiva na construção argumentativa do gênero petição inicial**. 110f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SANTANA, F. P. **Curtindo os curtas**: análise da construção de imagens discursivas de Aracaju e de aracajuanos em curtas-metragens. 92f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

_____.; LIMA, G. O. S.; MARIANO, M. R. C. P. Intertextualidade: uma estratégia persuasiva na produção e na compreensão do texto e do discurso. In: LIMA, G. O. S.; CARVALHO, M. L. C. G. (Org.). **Linguística e literatura: confluências e desafios**. v.5. Aracaju: Criação, 2016. p. 47-61.

SANTANA, I. M. **O acordo retórico e a construção textual da persuasão**: o discurso político. 93f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

_____.; LIMA, G. O. S. Postulados da argumentação: uma breve reflexão sobre o auditório e a construção textual-discursiva. In: LIMA, G. O. S.; PEDROSA, C. E. F. (Org.). **Linguística e literatura: confluências e desafios**. vol. IV. Aracaju: Criação, 2016. p. 62-77.

SANTOS, C. C. C. **Bons tempos aqueles**: implicações na expansão do campo dêitico. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SANTOS, I. M. **Memória coletiva e ethos discursivo**: a importância do ato de argumentar em relatos de pescadores. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SILVA, D. C. P. **Quando dizer é violentar**: violência linguística e transfobia em comentários online. 1. ed. Salvador: Devires, 2019a.

_____. Emancipação das mulheres no discurso feminista *online*: dimensões textuais de uma luta hegemônica. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 22, n. 1, jan./mar.2019b, p. 239-262.

TOULMIN, S. **Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1958].

TREVISAN, J. S. Somos o quê mesmo? In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 137-155.

TRINDADE, R. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, J. N. et al. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 227-236.

ZANOLI, V. P. C. **“Bradando contra todas as opressões!”: uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos (Campinas, 1998-2018)**. 238p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2019.

ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Processos de referenciação: estratégias textual-discursivas na construção argumentativa de depoimentos de ativistas LGBT de Aracaju/SE

Pesquisador: SAMUEL DE SOUZA MATOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 11885919.2.0000.8079

Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.376.195

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa se inscreve nas tendências sociocognitivista, interacionista e discursiva da Linguística de Texto (doravante, LT) contemporânea, corrente científica situada no grupo das linguísticas discursivas (PAVEAU; SARFATI, 2006). O foco desta pesquisa é o estudo das estratégias textual-discursivas da referenciação na construção argumentativa de textos (depoimentos) de ativistas LGBT.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar estratégias textual-discursivas da referenciação na construção (e/ou organização) argumentativa de depoimentos de ativistas LGBT de Aracaju/SE, de modo a contribuir para os estudos da Linguística de Texto em interface com as ciências sociais e os estudos queer.

Objetivo Secundário:

Analisar, nos depoimentos coletados e transcritos, processos referenciais que indiciam a construção argumentativa e persuasiva, mostrando o quanto são relevantes para a continuidade temática e referencial desse gênero textual/discursivo;

Mostrar que, através do uso de processos referenciais e estratégias argumentativas, os ativistas LGBT desenvolvem ações político-sociais relevantes na instituição e

Endereço: Rua Teixeira, de Freitas, 10

Bairro: SALGADO FILHO

CEP: 49.020-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3246-8123

E-mail: cep.estaciofase@estacio.br

Continuação do Parecer: 3.376.195

legitimação de suas lutas em favor da conquista de direitos humanos e civis;

Propiciar maior visibilidade das causas e lutas de ativistas LGBT, abrindo margem para o fortalecimento de sua voz política na cidade de Aracaju/SE;

Apresentar um esquema teórico-analítico representativo para análises de textos produzidos em contextos sociais politizados sobre identidades de gênero e sexuais, aproximando investigações de Linguística de Texto com estudos Queer.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O possível risco na participação da pesquisa estará no teor de exposição das informações das respostas das entrevistas.

Benefícios:

O benefício desta pesquisa consistirá em dar maior visibilidade acadêmica ao movimento LGBT de Aracaju.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Proposta pertinente e com tema relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios são apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1286939.pdf	09/04/2019 22:03:17		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	09/04/2019 22:02:20	SAMUEL DE SOUZA MATOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.docx	09/04/2019 22:01:55	SAMUEL DE SOUZA MATOS	Aceito
Declaração de	DECLARACAO_DE_PESQUISADORES	09/04/2019	SAMUEL DE SOUZA	Aceito

Endereço: Rua Teixeira, de Freitas, 10

Bairro: SALGADO FILHO

CEP: 49.020-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3246-8123

E-mail: cep.estaciofase@estacio.br

FACULDADE ESTÁCIO DE
SERGIPE - ESTÁCIO FASE



Continuação do Parecer: 3.376.195

Pesquisadores	pdf	22:01:18	MATOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_DE_INSTITUICAO_E_INFRAESTRUTURA.pdf	09/04/2019 22:00:54	SAMUEL DE SOUZA MATOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	09/04/2019 21:47:30	SAMUEL DE SOUZA MATOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 06 de Junho de 2019

Assinado por:

ALESSA CAROLINE PEDROZA DE VASCONCELOS
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teixeira, de Freitas, 10

Bairro: SALGADO FILHO

CEP: 49.020-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3246-8123

E-mail: cep.estaciofase@estacio.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Solicitamos sua permissão para que venha participar como informante da pesquisa de mestrado de Samuel de Souza Matos, discente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O objetivo da pesquisa é investigar estratégias textuais-discursivas da referenciação na construção argumentativa de depoimentos de ativistas LGBT de Aracaju/SE.

O motivo que nos leva a fazer esse estudo é que, nos últimos anos, têm aumentado cada vez mais as discussões acadêmicas e sociais sobre as questões de identidade de gênero e diversidade sexual. Isso se deve, parcialmente, à longa trajetória de lutas, desafios e avanços encaminhados pelo movimento LGBT e, também, pela representatividade das causas LGBTs em setores governamentais. Dessa maneira, acreditamos que o uso da linguagem tem assumido um papel relevante em todo esse cenário e que a relação entre língua e argumentação tem contribuído significativamente para a conquista de muitos direitos LGBT, daí a relevância de sua participação nesta pesquisa.

A sua participação nesta pesquisa será através da realização de uma entrevista conduzida pelo pesquisador, a qual será registrada em gravador de voz de celular e receberá uma identificação com as letras iniciais do seu nome. No trabalho final (dissertação), o seu nome será substituído por INF (informante) e o número de ordem da entrevista (por exemplo: INF01). Não será cobrado nada, não haverá gastos e não estão previstos ressarcimentos ou indenizações. O possível risco em sua participação estará no teor de exposição das suas informações e o benefício consistirá em dar maior visibilidade acadêmica ao movimento LGBT de Aracaju.

Você poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer etapa da entrevista. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, seja por motivo de constrangimento e/ou outros motivos. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Também estarão garantidos o anonimato e o sigilo dos dados referentes a sua identificação. Os dados da gravação ficarão disponíveis para consulta local no banco de dados do pesquisador, obedecendo ao que está previsto na Resolução do CNS nº 466/12.

Este Termo de Consentimento será assinado em duas vias: uma via ficará em posse do pesquisador, e a outra, com o/a senhor/a. Qualquer reclamação a respeito do desenvolvimento desta pesquisa poderá ser dirigida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe por meio do telefone: (79) 2105-1805 / e-mail: cephu@ufs.br

Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Samuel de Souza Matos
Contatos: (79) 9 9915-7506 / e-mail: ssmatos20@gmail.com

ORIENTADORA: Profa. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu _____, RG nº _____, estou de acordo com a minha participação como informante na pesquisa descrita acima.

Assinatura do informante

Assinatura do pesquisador

CERTIFICADO

Certifico que

Samuel de Souza Matos

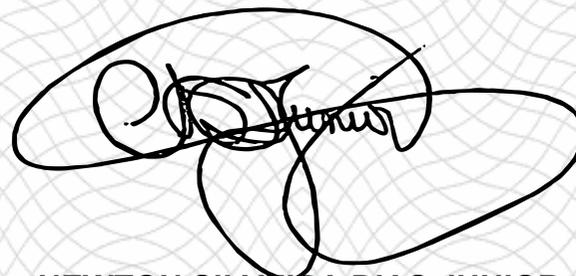
participou do evento

Seminário "Dia Internacional da Luta contra a LGBTfobia"

realizado pelo Ministério Público do Estado de Sergipe, através da Escola Superior, em parceria com a Comissão de Promoção dos Direitos LGBTs, no dia 17 de maio de 2019, na sede da Instituição, em Aracaju/SE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



NEWTON SILVEIRA DIAS JUNIOR
PROMOTOR DE JUSTIÇA
DIRETOR-GERAL DA ESMP/SE



Ministrantes:

17/05/2019	Letícia Vieira da Silva - "Direitos LGBTI no Sistema Internacional"
17/05/2019	Renan Honório Quinalha - "História do Movimento LGBT no Brasil"



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CARGA HORÁRIA:

3 horas/aulas

DIRETOR-GERAL DA ESMP/SE:

NEWTON SILVEIRA DIAS JUNIOR

COORDENADOR DE ENSINO DA ESMP/SE:

SANDRO LUIZ DA COSTA

Para verificar a autenticidade, acesse o site:
<https://sistemas.mp.se.gov.br/4.5/EventosESMP/Validador.aspx>

Com o número de validação: 201915816406

Data de Emissão: 21/05/2019